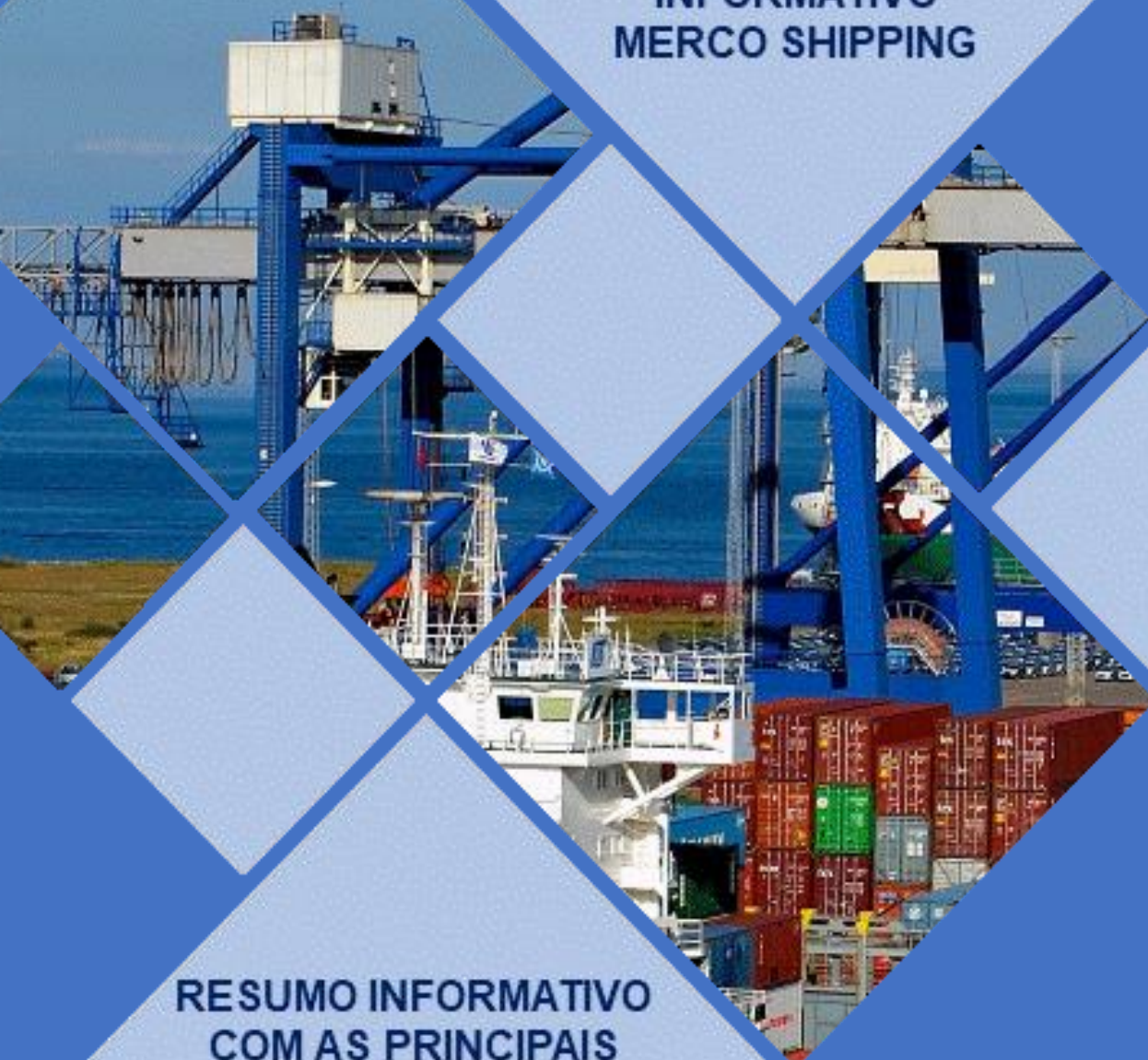


INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSHIPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 163/2023
Data: 27/09/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	5
GRUPO TRIBUNA PROMOVE 2º ENCONTRO PORTO & MAR NESTA QUARTA-FEIRA EM BRASÍLIA	5
HUB DE INOVAÇÃO: PROJETO EM SANTOS BUSCA SOLUÇÕES AOS SETORES PORTUÁRIO E INDUSTRIAL	7
PORTOS BRASILEIROS MONITORAM RISCOS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS.....	9
ESTUDO APONTA POLUIÇÃO AMBIENTAL PROVOCADA PELO DIESEL NA ZONA PORTUÁRIA DE GUARUJÁ	10
TREM EXPRESSO DE CARGAS.....	11
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	12
RAQUEL LYRA ASSINA CONTRATO R\$ 197,6 MILHÕES COM O BB E GARANTE R\$ 3,4 BILHÕES EM 2023	12
HIDROGÊNIO VERDE: UNIGEL ACELERA VIABILIZAÇÃO DA 1ª PLANTA NA BAHIA	13
CONSÓRCIO NORDESTE E BANCO MUNDIAL SE UNEM PARA APOIAR CADEIA PRODUTIVA DO H2V.....	15
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	17
COMITIVA DA ANTAQ REALIZA VISITA TÉCNICA AOS EUA COM FOCO EM HIDROVIAS E NAVEGAÇÃO INTERIOR.....	17
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF.....	18
MPOR E MTUR LANÇAM PROGRAMA PARA FOMENTAR TURISMO NACIONAL	18
MPOR INTEGRA FORÇA-TAREFA MONTADA PELO GOVERNO FEDERAL PARA MITIGAR EFEITOS DA ESTIAGEM SEVERA QUE ATINGE A REGIÃO AMAZÔNICA.....	19
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF.....	20
GOVERNO FEDERAL VAI DESTINAR R\$ 140 MILHÕES PARA DRAGAGEM EM RIOS DE AMAZONASE RONDÔNIA AFETADOS PELA SECA.....	20
EM MATO GROSSO, MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES AUTORIZA PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIA FUNDAMENTAL PARA O AGRONEGÓCIO DO CENTRO-OESTE.....	21
GOVERNO FEDERAL CONCLUI REVITALIZAÇÃO DE 35 QUILÔMETROS DA BR-163/PA.....	22
BE NEWS – BRASIL EXPORT – Dia 27-09-2023	22
EDITORIAL – INTERVENÇÃO NECESSÁRIA.....	22
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	23
<i>Hidrovias 1</i>	23
<i>Hidrovias 2</i>	23
<i>Hidrovias 3</i>	24
<i>Voo paulista</i>	24
NACIONAL - GOVERNO DESTINA R\$ 141 MILHÕES PARA OBRAS DE DRAGAGEM NA REGIÃO NORTE.....	24
NACIONAL - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES ASSINA ORDEM DE SERVIÇO PARA OBRAS NA BR-158/MT	25
NACIONAL - PROGRAMA DO GOVERNO FEDERAL PROMETE INCENTIVAR TURISMO NACIONAL.....	26
REGIÃO SUDESTE - VALE E PORTO DO AÇU ASSINAM ACORDO PARA CRIAR MEGA HUB DE PRODUÇÃO DE FERRO-ESPONJA.....	27
REGIÃO SUDESTE - PLATAFORMAS DE PETRÓLEO DA BACIA DE CAMPOS SÃO FUNDEADAS NO PORTO DO RIO DE JANEIRO.....	28
REGIÃO SUDESTE - PORTO DE SANTOS ULTRAPASSA 111 MILHÕES DE TONELADAS DE CARGA NOS 8 MESES DO ANO	29
REGIÃO NORDESTE - PORTO DO ITAQUI FINALIZA MAIS UMA OPERAÇÃO DE TRANSBORDO A CONTRABORDO	29
BE NEWS – BRASIL EXPORT – Dia 26-09-2023	30
EDITORIAL – FORTALECENDO A SEGURANÇA NOS PORTOS E AEROPORTOS	30
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	31
<i>Bahia 1</i>	31
<i>Bahia 2</i>	31
<i>Estados Unidos 1</i>	31
<i>Estados Unidos 2</i>	31
<i>Alemanha</i>	32
NACIONAL - MINISTROS DISCUTEM PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PARA PORTOS E AEROPORTOS	32
NACIONAL - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES GARANTE USO DE CNH POR BRASILEIROS RESIDENTES EM PORTUGAL	33
REGIÃO SUL - CONCESSIONÁRIA ANUNCIA OBRAS DE AMPLIAÇÃO NO AEROPORTO DE JOINVILLE.....	33
REGIÃO SUL - PORTO DE ITAPOÁ ENTRA EM ROTA QUE CONECTA AMÉRICA À EUROPA.....	34
REGIÃO SUL - NAVIO COM VELAS METÁLICAS INICIA EMBARQUE DE FARELO DE SOJA EM PARANAGUÁ.....	35
REGIÃO SUL - PORTOS PARANAENSES TÊM AUMENTO DE 6% NA MOVIMENTAÇÃO DE 2023	36
REGIÃO SUDESTE - BNDES APROVA FINANCIAMENTO DE R\$ 10 BI PARA TRANSPORTE EM SP.....	37
NACIONAL - A INOVAÇÃO AVANÇA ENQUANTO ESTAMOS POR AQUI	38
OPINIÃO – ARTIGOS - SECA DE IDEIAS E IDEAIS	40



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	41
ESPECIALISTAS DISCUTEM PLANEJAMENTO ESPACIAL MARINHO BRASILEIRO	41
AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS PROMOVEU A PRIMEIRA REUNIÃO COM OS SIGNATÁRIOS DO MANIFESTO ESG DO PORTO DE SANTOS.....	42
DIÁLOGO CONSTRUTIVO: FRENLOG E MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA DISCUTEM FUTURO ENERGÉTICO DO BRASIL	43
EM MATO GROSSO, MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES AUTORIZA PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIA FUNDAMENTAL PARA O AGRONEGÓCIO DO CENTRO-OESTE.....	43
MAPA PARTICIPA DE ENCONTRO EMPRESARIAL NA EMBAIXADA BRASILEIRA EM LIMA PARA DEBATER AS OPORTUNIDADES COMERCIAIS ENTRE OS PAÍSES	44
HADDAD DIZ QUE RELAÇÃO SÓLIDA ENTRE BRASIL E EUA PODE SERVIR DE MODELO PARA O MUNDO NA AGENDA SUSTENTÁVEL.....	45
ANTT E PRF UNEM FORÇAS PARA FORTALECER A SEGURANÇA VIÁRIA	45
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS.....	46
POLÍTICA PARA HIDROGÊNIO DEVE INCENTIVAR DEMANDA, DEFENDE ABH2.....	46
EXPANSÃO DO SETOR DEPENDE DO MERCADO CHINÊS, MOSTRA ANÁLISE DO EMER.....	48
PETROBRAS AVALIA USAR MOEDA CHINESA EM TRANSAÇÕES FINANCEIRAS.....	50
SILVEIRA SE DIZ SURPRESO COM TROCA NA ELETROBRAS.....	51
JORNAL O GLOBO – RJ.....	52
CAMPOS NETO DEFENDE META DO GOVERNO DE ZERAR DÉFICIT E PEDE TAXAÇÃO DE ‘SUPER-RICOS’.....	52
IMPASSE NA SAÚDE: FAZENDA QUER ADIAR PISO CONSTITUCIONAL PARA 2024 E EVITAR CORTE DE ATÉ R\$ 20 BI EM OUTRAS ÁREAS.....	54
CAMPOS NETO VAI SE COLOCAR COMO CANAL ENTRE GOVERNO LULA E CONGRESSO.....	56
LULA SOBRE OBRAS DO PAC: ‘A GENTE DIMINUI A BANDIDAGEM NA COMUNIDADE SE GERAR EMPREGO, SALÁRIO E RENDA’.....	58
PACHECO GARANTE ESFORÇO, E GOVERNO AFIRMA QUE APROVAÇÃO DO DESENROLA SERÁ ATÉ DIA 3 DE OUTUBRO.....	58
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	59
COMISSÃO DO SENADO REAGE A STF E APROVA MARCO TEMPORAL NA DEMARCAÇÃO DE TERRA INDÍGENA.....	59
PADILHA FALA SOBRE REUNIÕES ‘A PORTAS FECHADAS’ COM CENTRÃO: ‘VOCÊS NÃO TÊM IDEIA’.....	60
LULA ESTICA A CORDA E LIRA ANUNCIA OBSTRUÇÃO NA CÂMARA.....	60
GERDAU ESTÁ NA IMINÊNCIA DE FAZER DEMISSÕES POR CONTA DO CENÁRIO DO AÇO, DIZ PRESIDENTE DA EMPRESA.....	61
‘NÃO ESTAMOS FAZENDO PICARETAGEM COM OS PRECATÓRIOS; NÃO TEM PEGADINHA’, DIZ SECRETÁRIO DO TESOUREIRO.....	62
LULA DIZ QUE PAÍS ‘NÃO OFERECE RISCOS’, MAS QUEDA NO INVESTIMENTO EXTERNO CHEGA A 36% DESDE A POSSE.....	66
MAIOR IMPORTADORA DE DIESEL RUSSO DO BRASIL ENTRA NA DISTRIBUIÇÃO DE GASOLINA	67
VALOR ECONÔMICO (SP).....	68
CADE MANTÉM ARQUIVAMENTO DE INVESTIGAÇÃO CONTRA IPIRANGA, VIBRA E RAÍZEN.....	68
MINISTRO DOS PORTOS ASSUME COMPROMISSO DE ‘RESOLVER DEFINITIVAMENTE’ QUESTÃO DO GALEÃO.....	69
BATERIA EM LEILÃO DE ENERGIA DEPENDE DE REGRAS, DIZ CTEEP.....	70
NOVO MINISTRO PROMETE INVESTIMENTO DE R\$ 4 BI PARA CEM AEROPORTOS	71
COSTA FILHO DIZ QUE REPUBLICANOS DEVE MANTER MÉDIA DE APOIO AO GOVERNO NAS PAUTAS ECONÔMICAS.....	75
ÁREA DE HIDROVIAS SAI DOS TRANSPORTES E SERÁ INCORPORADA AO MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS, DIZ COSTA FILHO.....	76
LEILÃO DO LOTE 2 DE RODOVIAS DO PARANÁ RECEBEU APENAS UMA PROPOSTA, SEGUNDO FONTES.....	77
VALE PRETENDE CONSTRUIR ‘HUB’ VOLTADO PARA DESCARBONIZAÇÃO NO PORTO DO AÇU.....	79
AGÊNCIA BRASIL - DF.....	80
FALHA EM PARQUES EÓLICOS E SOLARES NO CE CAUSOU APAGÃO DE AGOSTO.....	80
GOVERNO PREVÊ R\$ 42 BI EM INVESTIMENTO NO COMPLEXO INDUSTRIAL DE SAÚDE.....	81
PORTAL PORTOS E NAVIOS	84
ACELEN E BUNKER ONE FIRMAM PARCERIA PARA OPERAÇÃO DE BUNKER EM ITAQUI.....	84
GOVERNO FEDERAL LIBERA R\$ 41 MILHÕES PARA DRAGAGEM NO RIO SOLIMÕES.....	85
CONTEÚDO LOCAL: ANP DEBATE EM AUDIÊNCIA PÚBLICA RESOLUÇÃO SOBRE ACREDITAÇÃO DE CERTIFICADORAS	85
PORTOS BAIANOS MOVIMENTAM 1,08 MILHÃO DE TONELADAS EM AGOSTO	86
PORTOS RS MANTÉM PORTO DE PORTO ALEGRE SEM OPERAÇÕES DEVIDO A ENCHENTE NO GUÁIBA	86
DP WORLD BRASIL RECEBE NOVO SERVIÇO SEMANAL QUE CONECTA A EUROPA E O MEDITERRÂNEO.....	87
MANIFESTO ESG DO PORTO DE SANTOS TEM TRÊS NOVAS ADESÕES	88
LICITAÇÃO DO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE PARANAGUÁ TERÁ CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICAS PRÉVIAS.....	88
PORTO DO ITAQUI REALIZA MAIS UMA VEZ GRANDE OPERAÇÃO DE TRANSBORDO A CONTRABORDO	89
PORTO DE SANTOS ULTRAPASSA 111 MILHÕES DE TONELADAS DE CARGA NO ANO.....	89
TCP MELHORA PRODUTIVIDADE EM JULHO E AGOSTO	90
PORTO DO RIO RECEBEU TRÊS PLATAFORMAS NO FIM DE SEMANA	91



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 163/2023
Página 4 de 94
Data: 27/09/2023
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

ULTRACARGO AVANÇA EM ESTRATÉGIA DE INTERIORIZAÇÃO COM NOVOS TERMINAIS NO CENTRO-OESTE E NORTE	91
VALE E PORTO DO AÇU ASSINAM ACORDO PARA DESENVOLVER MEGA HUB PARA DESCARBONIZAÇÃO DA CADEIA SIDERÚRGICA.....	92
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	93
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	94



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

GRUPO TRIBUNA PROMOVE 2º ENCONTRO PORTO & MAR NESTA QUARTA-FEIRA EM BRASÍLIA

Investimentos do PAC para o Porto de Santos são o foco do evento, que ocorrerá no Windsor Plaza Brasília Hotel

Por: *Bárbara Farias*



Túnel submerso Santos-Guarujá está entre as obras previstas no novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Foto: Vanessa Rodrigues/AT

Uma janela de oportunidades para que novos negócios sejam alavancados no Porto de Santos. É dessa forma que os investimentos previstos para o complexo santista no novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) são vistos pelo setor portuário. Esse é o tema central do 2º Encontro Porto & Mar, que será promovido pelo Grupo Tribuna hoje, a partir das 14 horas, em Brasília. O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho,

está entre os convidados.

A expectativa criada pelo novo PAC é justificada pelos projetos relacionados ao Porto de Santos que ele engloba: túnel submerso Santos-Guarujá, acessos rodoviários e ferroviários e o aumento da profundidade do canal do maior porto do Hemisfério Sul. Obras estruturantes que podem dinamizar o trabalho no Porto por onde circulam cerca de 30% da corrente de comércio internacional do País.

O evento, que será realizado no Windsor Plaza Brasília Hotel, reunirá representantes de terminais, associações e de setores diversos do Governo Federal. Em visita à Baixada Santista, na semana passada, o ministro de Portos e Aeroportos elogiou o Grupo Tribuna pela iniciativa de aproximar o mercado portuário e o Governo Federal na capital da República para debater “esse setor que é tão importante para a economia”.

“É fundamental a aproximação do setor produtivo com o Poder Executivo. A gente constrói uma agenda produtiva. A gente tem que prestigiar quem produz, levando segurança jurídica, crédito e, sobretudo, projetos que possam trazer o setor produtivo para perto”, ressaltou Costa Filho.

Propósito

A visão do ministro vai ao encontro do propósito do Grupo Tribuna. “É importante para o Grupo Tribuna levar o nosso principal evento de Porto para próximo das principais autoridades que participam das principais decisões do setor”, observou o diretor comercial do Grupo Tribuna, Demetrio Amono.

Amono reiterou que “este debate é de extrema relevância para o futuro do Porto de Santos e de toda cadeia logística do País. Sem infraestrutura, nosso comércio exterior fica comprometido. A capacidade do Porto de Santos já está chegando ao limite e os investimentos não podem esperar. É preciso ampliar a sua capacidade e ao mesmo tempo investir na infraestrutura para escoamento das cargas”.

O diretor-presidente da TV Tribuna, Roberto Clemente Santini, afirmou que é imprescindível discutir os investimentos do PAC para o maior complexo portuário do Hemisfério Sul, que impulsiona a



economia regional e nacional, respondendo por 30% da balança comercial do País. “O Porto de Santos tem demandas diárias, inovações, investimentos, quebra de recordes, então, o debate sobre esses investimentos previstos no PAC é importante para o mercado portuário”.

Agenda

A programação terá início às 14 horas, com o credenciamento, seguido das boas-vindas do diretor-presidente de A Tribuna, Marcos Clemente Santini, e da palestra de abertura, a ser feita pelo secretário-executivo do Ministério de Portos e Aeroportos, Roberto Gusmão.

Também foram convidados para a abertura do 2º Encontro Porto & Mar os deputados federais Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) e Rosana Valle (PL).

Em seguida, dois painéis discutirão o Programa de Aceleração do Crescimento. “O primeiro painel vai ouvir o mercado e os stakeholders (impactados pela atividade portuária). Já no segundo painel, os envolvidos com o Governo Federal para dar andamento ao PAC”, explicou o apresentador da TV Tribuna e mediador do encontro, Maxwell Rodrigues.

Por fim, às 18 horas, o ministro Silvio Costa Filho deverá fazer o encerramento.

Programação

14 horas -Credenciamento

14h15 - Welcome -Marcos Clemente Santini, diretor-presidente de A Tribuna

14h20 - Abertura - Roberto Gusmão, secretário-executivo do Ministério de Portos e Aeroportos

14h30 - Painel 1 - “Novo PAC - Retomada de investimentos e Redução de Custos. O que pensa o mercado?”

Angelino Caputo, diretor-executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra)

Aristides Russi Junior, CEO da APM Terminals Suape

Caio Morel, diretor-executivo da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec)

Carlos Kopittke, presidente executivo da Associação Brasileira de Terminais de Líquidos (ABTL)

Eduardo Lustosa, diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação da Autoridade Portuária de Santos (APS)

Marcelo Neri, presidente da Federação Nacional das Agências de Navegação Marítima (Fenamar)

Murillo Barbosa, diretor-presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP)

Ricardo Arten, CEO da Brasil Terminal Portuário (BTP)

Roberto Teller, diretor de Operações Portuárias de Contêineres, Veículos e Carga Geral da Santos Brasil

Silvana Alcântara, diretora de Regulatório e Institucional da VLI

15h30 - Coffee break

15h45 - Painel 2 - “Novo PAC: R\$ 349 bilhões em investimentos”

Alexandre Porto, diretor da Rumo Logística

Amanda Barros Seabra, diretora do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) do Governo Federal

Anderson Pomini, presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS)

Caio Farias, diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq)

Eduardo Jeronymo, engenheiro naval com MBA em Agronegócios pela Escola Superior de Agricultura da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

Eduardo Estevam de Matos, logística da Azul Cargo

Felipe Queiroz, diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

João Almeida, presidente da Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips)

John Edwin Mein, coordenador-executivo da Aliança Pró-Modernização Logística do Comércio Exterior Jorge Bastos, diretor-presidente da Infra S/A

Luiz Fernando Garcia, presidente da Associação Brasileira de Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph)

Mauricio Muniz, secretário Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil

18 horas - Encerramento Silvio Costa Filho, ministro de Portos e Aeroportos
Geraldo Alckmin, vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (a confirmar)

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 27/09/2023

HUB DE INOVAÇÃO: PROJETO EM SANTOS BUSCA SOLUÇÕES AOS SETORES PORTUÁRIO E INDUSTRIAL

Prefeitura e Ciesp-Santos estão à procura de parceria para tirar do papel complexo de inovação

Por: Ted Sartori



Porto de Santos: sempre no alvo das inovações Foto: Alexander Ferraz/AT

Um hub de inovação para trazer soluções tecnológicas que facilitem o cotidiano de empresas nos ramos da indústria, automação e mecanização, logística, e-commerce, trading, direito, engenharia, comércio exterior e negócios portuários. Este é o foco de um projeto regional que atrai os olhares da Prefeitura de Santos e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo em Santos (Ciesp-Santos). Entre os objetivos, estão o aumento de eficiência, uma maior produtividade e ganhos em rentabilidade.

No ano passado, a Administração Municipal e a entidade do segmento industrial chegaram a anunciar, em 16 de fevereiro, a criação do Complexo de Inovação Porto-Indústria (Coinpi) em Santos. A assinatura do termo de cooperação para o hub de inovação aconteceu no Paço Municipal, mas um dos pilares da proposta, a Áurea Innovation Finance, não atua mais nesse setor.

A então holding de investimentos e de desenvolvimento da inovação previa investir cerca de R\$ 2 milhões na fase inicial do Coinpi, como A Tribuna mostrou em 2022. Um chamamento com essa finalidade chegou a ser aberto, com duração até o fim de março do ano passado. Procurada para comentar a respeito do que aconteceu para a iniciativa não progredir, a Áurea não foi encontrada pela Reportagem.

Em nota, a Prefeitura de Santos informou que está reavaliando o termo de cooperação para o desenvolvimento do projeto e que segue em busca de novas parcerias para viabilizar o espaço e impulsionar o desenvolvimento de startups voltadas para soluções tecnológicas nos setores da indústria, logística e Porto, assim como um local adequado para a iniciativa.

A Administração destacou a equipagem do Parque Tecnológico de Santos dentro destas ações. Em maio, A Tribuna esteve no prédio de sete andares, entregue em outubro de 2020 e construído em parte do terreno do antigo Colégio Santista, no Bairro Vila Nova.

Apenas um andar, o 6º, apresentava ocupação desde o início: um laboratório de logística e mobilidade, uma sala para coworking - em que espaço e recursos são compartilhados para o trabalho de várias empresas - e a administração.

Os outros andares estão em obras - e que encontram-se em estágio avançado, segundo A Tribuna apurou, com previsão mantida para o segundo semestre - ou aguardando por alguém que se interesse por eles.



Além disso, a Prefeitura acrescentou que continua em conversas com o Ciesp-Santos e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) para explorar possíveis parcerias e colaborações no desenvolvimento do setor, “estimulando a inovação e o crescimento econômico local”.

Já o Ciesp-Santos, também em nota, respondeu na mesma linha da Prefeitura: “A diretoria regional do Ciesp-Santos informa que está avaliando junto com a Prefeitura novos termos de cooperação, uma vez que a Áurea Innovation Finance não atua mais nesse segmento”.

SAIBA MAIS

O que são?

Os hubs de inovação são espaços que vêm crescendo nos últimos anos no Brasil e no mundo. Eles trazem diversos benefícios ao ecossistema de inovação e às grandes corporações. Podem ser resumidos como ambientes baseados na filosofia da inovação aberta, ou seja, que buscam, por meio da colaboração, gerar oportunidades de parcerias bem sucedidas para o desenvolvimento de soluções inovadoras.

Quais as vantagens?

Eles integram e estimulam a interação entre diversos atores de um ecossistema de inovação como startups, empresas, instituições de ensino e pesquisa, além de investidores. Todos em um ambiente que favorece o networking e as conexões para gerar negócios inovadores. Esses ambientes não se limitam a espaços físicos. Eles também podem ser formatados em plataformas virtuais, conectando instituições, independentemente da localização física.

Como funcionam?

O modelo de hub de inovação, regra geral, envolve a cooperação entre o poder público, grandes empresas e startups. Assim, o poder público gera mecanismos de incentivo – por exemplo, investimentos em infraestrutura ou leis de apoio à ocupação de áreas degradadas – em troca de vantagens fiscais. As empresas investem e as startups se instalam no hub. Forma-se, então, um ambiente colaborativo, capaz de aproximar todos os elementos das cadeias produtivas de inovação.

Quais os avanços?

A disseminação do conhecimento, empreendedorismo e tecnologias, seja através de cursos, workshops e palestras, ministrados inclusive pelas próprias startups que fazem parte do hub, são alguns pontos. Muitos hubs contam com a estrutura de laboratórios e recursos para experimentação e a construção de protótipos. Alguns contam, ainda, com a presença de incubadoras e aceleradoras, que são instituições com foco no apoio a startups.

O que é extraído?

Startups e empreendedores se beneficiam da visibilidade e atração de investidores e parceiros, que podem fazer seu negócio alavancar. Já grandes empresas se valem da aproximação de soluções tecnológicas, seja para suas demandas internas ou de seus clientes. Por sua vez, os investidores dessa área se beneficiam do acesso a novas soluções com grande potencial de retorno. Os hubs de inovação funcionam como uma porta de entrada para quem deseja se inserir no ecossistema de inovação.

Como é o mercado?

Algumas corporações brasileiras criaram seus próprios hubs de inovação, em busca de colaboração externa e para encontrar novas soluções e tecnologias para os seus problemas. Fonte: Sebrae

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 27/09/2023

PORTOS BRASILEIROS MONITORAM RISCOS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Estudos e análises fazem parte da rotina de autoridades, empresas e especialistas do setor

Por: *Ted Sartori*



Três portos brasileiros foram estudados em trabalho recente: Aratu (BA), Rio Grande (RS) e Santos Foto: Matheus Tagé/AT

O mundo está de olho nas mudanças climáticas. Eventos extremos, como ondas de calor, tempestades e aumento da velocidade dos ventos, são cada vez mais comuns. E isso não atinge apenas o cidadão comum: os portos de todo mundo, incluindo o de Santos, o maior do Hemisfério Sul, também estão diretamente ligados neste processo, com reflexo na questão econômica.

No último dia 13, ventos fortes que atingiram cerca de 70 km/h na Baixada Santista acabaram derrubando no mar dois contêineres vazios que estavam no pátio de um terminal. Um deles foi içado na mesma madrugada e o outro ficou submerso junto à Ilha Barnabé, na Margem Esquerda do complexo santista, até dia 15, quando foi retirado.

“A questão climática pode ser surpreendente. O máximo que podemos fazer são estudos, monitorar as questões climáticas e tentar desenvolver, dentro da infraestrutura portuária, questões básicas relativas à drenagem, piscinões para algum tipo de inundação. Para ventos fortes, por exemplo, nossos equipamentos têm tecnologia limitada com relação a isso”, explica o gerente de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho da Brasil Terminal Portuário (BTP), Renato Ferreira da Silva. Ele abordou o assunto durante o primeiro encontro da segunda edição da Agenda ESG, promovida na última terça-feira, no auditório do Grupo Tribuna.

Um desses estudos teve sua última etapa aprovada em junho deste ano pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). A abordagem, intitulada Impactos e Riscos da Mudança do Clima nos Portos Públicos, de relatoria da diretora da Antaq Flávia Takafashi, faz parte da parceria com a Agência Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ, na sigla em alemão).

Três portos brasileiros foram estudados: Aratu (BA), Rio Grande (RS) e Santos. De acordo com as conclusões apresentadas, todos possuem riscos de paralisações em caso de chuvas fortes. Também apresentam riscos – em casos de chuva persistente, chuva forte e inundações devido ao aumento de 0,2 metro do nível do mar – a exposição de suas infraestruturas causadas por intempéries, “resultando em altas demandas de manutenção, crescimento de custos e capacidade geral reduzida”.

O estudo também revelou que os três portos não apresentam dados com série histórica de danos estruturais sistematizada e organizada, “não havendo, portanto, registros de impactos às infraestruturas e superestruturas”. Além disso, os dados de paralisações da operação do porto também eram limitados, correspondendo a um curto período, o que representou uma grande limitação ao estudo.

“Embora as análises de risco possuam incertezas sobre a dimensão dos impactos, isso não deve impedir que o Porto faça a gestão dos seus riscos relacionados a eventos climáticos futuros”, observa o texto que indica os resultados do levantamento de risco climático no Porto de Santos.

No exterior

O olhar para as mudanças climáticas é plural no exterior. Uma das convidadas do evento Agenda ESG da última terça, a gerente de Desenvolvimento de Negócios da WayCarbon, Ana Carolina Oliveira, também abordou o assunto por dois aspectos. Um deles é o aumento do nível do mar. “Há

um caso emblemático na Europa, se não me engano na Holanda, que está fazendo adequações de infraestrutura em razão disso”.

O outro é o viés econômico, a partir da experiência vivida recentemente por ela quando trabalhava em um grande grupo global canadense.

“Nossa empresa principal tinha um protocolo específico que não só avaliava riscos e viabilidade econômica do ponto de vista se valia a pena ou não, mas também era obrigado a ver do ponto de vista ambiental, social e de governança. E qual era o principal item ambiental? O risco climático. Tínhamos que fazer todo um mapeamento futuro para todas as potenciais novas aquisições. Nem se sabia se iriam comprar, mas tinha que se saber a viabilidade climática daquela região para ver se o investimento fazia sentido”, explica.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 26/09/2023

ESTUDO APONTA POLUIÇÃO AMBIENTAL PROVOCADA PELO DIESEL NA ZONA PORTUÁRIA DE GUARUJÁ

Pesquisa da Prefeitura e Uninove aponta concentração de cádmio entre 32 e 154 vezes acima do normal na Rua do Adubo

Por: Bárbara Farias



Prefeitura de Guarujá plantou 1.400 árvores, em sua maioria Ipês, na Rua do Adubo e entorno, para mitigar a poluição ambiental Foto: Hygor Abreu/PMG

Estudo de poluição atmosférica aponta alta concentração de cádmio, um metal pesado proveniente do diesel, na Rua Idalino Pinez, mais conhecida como Rua do Adubo, no Jardim Boa Esperança, em Vicente de Carvalho, Guarujá. A conclusão do estudo denominado Projeto Atlas da Poluição Ambiental foi apresentada ontem, na Secretaria de Meio Ambiente de Guarujá (Semam).

Pesquisadores afirmam que o poluente é proveniente da queima de combustível de caminhões que circulam na Margem Esquerda do Porto de Santos, com destino aos terminais.

A iniciativa faz parte de um termo de cooperação firmado em 2018 entre Prefeitura de Guarujá, Universidade Nove de Julho (Uninove) e Universidade de São Paulo (USP). A pesquisa foi integralmente financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

A pesquisadora responsável pelo Atlas da Poluição, a professora da Uninove Andreza Portella Ribeiro, explicou que para medir os níveis de poluição do cádmio, um metal pesado originário do diesel, foram utilizadas bromélias, da espécie conhecida como “barba de bode”.

“Nós distribuimos as bromélias na Serra do Guararu, área de preservação ambiental onde não há poluição, e na Rua do Adubo e entorno, que concentra fluxo intenso de caminhões em direção ao Porto de Santos. Enquanto no Guararu a concentração de cádmio foi de 35 ppb (partes por bilhão), na Rua do Adubo os picos variaram entre 1.148 ppb e 5.424 ppb no verão e no inverno, respectivamente”.

Contudo, Andreza ressaltou que a alta concentração do poluente não é diretamente inalada pela população. “Isso não quer dizer que as partículas estejam no ar, o estudo apenas constatou a concentração do cádmio nas bromélias”.

Nesta primeira fase do estudo, também foi feito um mapeamento das internações na rede pública de saúde por problemas respiratórios num período de quatro anos.

“Nós fizemos uma análise exploratória das internações de pessoas que residem no Guarujá por doenças respiratórias crônicas. Com base no banco de dados que solicitamos à Secretaria Municipal de Saúde, analisamos 402 internações entre 2018 e 2021, na faixa etária até 93 anos. É importante ressaltar que são dados de pessoas que dependem do Sistema Único de Saúde. Na cidade, 65% dos habitantes utilizam o SUS”, afirmou a médica infectologista e epidemiologista Alessandra Pellini, que é docente da Uninove.

Ainda de acordo com Alessandra, o estudo aponta que a idade média dos pacientes era de 39,5 anos. Do total de pacientes, 54% eram pardos e 55%, mulheres — vale lembrar que as mulheres são a maioria da população de Guarujá. “Nessa primeira etapa, o objetivo foi analisar onde essa população reside, para numa segunda etapa avaliarmos se existe ou não uma relação entre os problemas respiratórios e a poluição”, explicou.

Já o secretário-adjunto de Meio Ambiente de Guarujá, Cleiton Jordão Santos, afirmou que, com base no estudo prévio já desenvolvido, a Prefeitura providenciou “o plantio de 1.400 árvores ao redor da Rua do Adubo, já iniciando o processo de mitigação da poluição ambiental no local”.

Em nota, a Autoridade Portuária de Santos (APS), informou que “a participação da APS, como parceira da Secretaria de Meio Ambiente de Guarujá, consiste em acompanhar os resultados, compreender as ações sugeridas e fazer um plano de ação. A Margem Esquerda, como parte do Porto de Santos, recebe da APS atenção em vários programas de monitoramento de água, terra e ar, como condicionantes da sua licença de operação. Neste sentido, vê com bons olhos a contribuição da Prefeitura de Guarujá”.

Pesquisa da Unoeste

A Prefeitura, em parceria com a Universidade do Oeste Paulista (Unoeste), também investiga a presença de poluentes no sistema respiratório e cardiovascular de crianças e idosos, que residem no Jardim Conceiçãozinha e no Jardim Boa Esperança. O Perequê também fará parte do levantamento, como grupo de controle, por ser o ponto mais distante da Margem Esquerda do Porto.

Prevista para iniciar neste mês, a pesquisa foi anunciada em agosto e terá duração de 15 meses. O trabalho de campo acontecerá a partir do monitoramento de materiais particulados em tempo real e da coleta de dados de 1.300 pessoas, com idades entre 8, 9, 10, 11 e 60 anos ou mais.

“Nós estamos adaptando os dois monitores de partículas, um equipamento será instalado no Jardim Conceiçãozinha e o outro no Perequê, onde não há atividade portuária, para podemos comparar os resultados. Nós fizemos as visitas técnicas junto às comunidades e, no final do mês, vamos iniciar a instalação dos equipamentos”, afirmou Cleiton Jordão.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 26/09/2023

TREM EXPRESSO DE CARGAS

Para migração de cargas em alta escala, a solução está em gerar confiança cada vez maior às ferrovias e à cabotagem

Por: Luis Claudio Santana Montenegro



A solução, portanto, está em gerar confiança cada vez maior às modalidades ferroviária e de cabotagem Foto: Alexander Ferraz/AT

No Brasil, cerca de 85% das cargas de maior valor agregado são transportadas por caminhões. Esse é o resultado de um estudo de 2004 feito pelo Governo Federal que, apesar dos seus quase 20 anos, ainda mostra resultados praticamente inalterados. Para um país de dimensões continentais como o nosso, essa matriz se mostra distorcida do benchmarking



mundial, já que o transporte rodoviário não é a modalidade mais eficiente para longas distâncias. Nesse formato, nossa matriz de transporte é muito mais aderente a países pequenos, com distribuição de cargas em curtas distâncias.

Mas quais são os reais motivos dessa distorção? Por que não transportamos mais contêineres por trens e navios? Antes de responder, é preciso desmistificar algumas questões. A primeira delas é de que esse cenário estaria associado a uma teoria da conspiração de que a indústria automobilística não permite o desenvolvimento da ferrovia e da cabotagem no Brasil. Ora, o Plano JK, de desenvolvimento de 50 anos em cinco, preferiu investir nas rodovias para conectar o Brasil simplesmente porque a construção delas era muito mais rápida que tirar ferrovias do papel.

Outro mito é o de que a resistência estaria nos caminhoneiros. Sobre esse ponto, é importante saber que, se apontássemos para um caminhão qualquer em um mapa do Brasil, haveria cerca de 35% de chance de ele estar transitando vazio, o que demonstra a dificuldade de se conseguir fretes de retorno, de gerar contratos de transporte distantes do local de origem do transportador, dentre outros. Nenhum caminhoneiro fica satisfeito quando roda milhares de quilômetros com seu caminhão vazio ou, no jargão do setor, batendo lata. Feliz está aquele caminhoneiro que transporta cargas a curtas distâncias, com garantias contratuais e volume de carga e que dorme todos os dias com sua família.

O diagnóstico correto para a nossa matriz distorcida está no fator “confiabilidade”. Certa vez, um executivo de logística de uma grande empresa me disse: “Melhor seria que atrasos e descumprimento de escalas em outras modalidades ocorressem regularmente, porque assim a logística das empresas conseguiria se organizar, mas esses fatores acontecem de forma intermitente”. Fato é que ainda há incertezas sobre frequência e pontualidade de partidas, sobre a garantia de disponibilidade de transporte e sobre o cumprimento de prazos para essas modalidades.

Porém, a logística para cargas de alto valor agregado é do tipo just-in-time desde 1970, com manutenção de estoques mínimos e com suprimento diretamente nas linhas de produção, o nível de exigência das empresas é muito alto, e o espaço para incertezas para contêineres é praticamente zero. A solução, portanto, está em gerar confiança cada vez maior às modalidades ferroviária e de cabotagem. Somente assim, as cargas de maior valor agregado migrarão em larga escala para esses modais, mais eficientes em longas distâncias, com a manutenção dos caminhões fazendo o transporte nos trechos mais curtos de alimentação de terminais ferroviárias e portos.

O modelo já foi tentado com o chamado trem expresso de cargas – trens com agendas confiáveis de saída na origem e chegada no destino – e tem uma evolução muito grande na cabotagem. Mas, como a construção dessa confiabilidade nessas duas modalidades exige investimentos regulares de alta magnitude, é preciso discutir incentivos governamentais, com a contrapartida de que, ao promovermos a ferrovia e a cabotagem, reduziremos as externalidades negativas da nossa matriz de transporte atual para toda a sociedade, aumentando eficiência, reduzindo acidentes e congestionamentos e nos tornando mais competitivos no cenário mundial.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 26/09/2023*



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

RAQUEL LYRA ASSINA CONTRATO R\$ 197,6 MILHÕES COM O BB E GARANTE R\$ 3,4 BILHÕES EM 2023

O desembolso do recurso deve ser realizado até o final deste ano
Por Jairo Lima



O prazo total para a operação é de 10 anos, com um ano de carência, a governadora Raquel Lyra (PSDB) assinou mais um contrato em 2023. Foto: Janaína Pepeu.

A governadora Raquel Lyra (PSDB) assinou um contrato de financiamento junto ao Banco do Brasil, com garantia da União, no valor de R\$ 197,6 milhões, nesta terça-feira (26/9) no Palácio do Campo das Princesas. O financiamento será destinado para investimentos prioritários do governo estadual nas áreas de ressocialização e segurança pública, desenvolvimento agrário, entre máquinas e

equipamentos, além da habitação. A vice-governadora Priscila Krause (Cidadania) esteve presente no encontro.

“Com esse recurso, a gente completa mais de R\$ 3 bilhões conquistados para que a gente possa fazer investimentos em estradas, acesso à água, segurança, na nossa saúde, e fazer Pernambuco um lugar melhor para se viver”, disse Raquel Lyra.

O prazo total para a operação é de 10 anos, com um ano de carência. O desembolso do recurso deve ser realizado até o final deste ano. “O time do Banco do Brasil está à disposição do Governo de Pernambuco para continuar essa jornada de parceria. Vamos transformar aqui em um ótimo Estado para se viver e para se investir”, ressaltou Sandro Jacobsen, superintendente do setor público do Banco do Brasil.

EMPRÉSTIMOS

A atual gestão estadual conquistou o maior volume de operações de crédito contratadas em um ano comparadas às últimas décadas em Pernambuco. Já foram assinados R\$ 3,4 bilhões em operações de crédito, contabilizando R\$ 900 milhões com o Banco do Brasil, R\$ 1,7 bilhão com a Caixa Econômica Federal, depois mais R\$ 650 milhões com a Caixa, e agora os R\$ 197 milhões novamente com o Banco do Brasil.

O montante contratado pela nova gestão já representa um recurso superior à soma de todos os empréstimos conquistados em Pernambuco nos últimos dez anos. O maior valor anual de contratação de empréstimos das últimas décadas havia sido em 2012, um total de R\$ 3,12 bilhões.

Estiveram presentes também o secretário estadual de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional, Fabrício Marques, além de Ana Paula Matos, superintendente do Banco do Brasil em Pernambuco, Edilberto Passos, gerente geral de Agência do Banco do Brasil, e Bruno Vieira, gerente de negócios do Banco do Brasil.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 26/09/2023

HIDROGÊNIO VERDE: UNIGEL ACELERA VIABILIZAÇÃO DA 1ª PLANTA NA BAHIA

Ao criar subsidiária para o “combustível do futuro”, conglomerado busca se posicionar no setor de hidrogênio verde, de olho na descarbonização da economia

Por Fernando Ítalo

Em meio à corrida pelo pioneirismo na produção de hidrogênio verde em escala industrial no Brasil, a Unigel acelera o ritmo para viabilizar sua planta na Bahia. Segunda maior fabricante de fertilizantes nitrogenados do país e uma das empresas químicas líderes na América Latina, a multinacional brasileira constituiu uma nova subsidiária, a Ecohydrogen Energy, que será o braço responsável pela fábrica e todas as operações de H2V da companhia.



Hidrogênio verde: Ecohydrogen Energy será o braço responsável pela fábrica na Bahia, a primeira em escala industrial no país, e toda a atuação da companhia na área de H2V/Foto: Unigel (Divulgação)

Ao criar uma nova divisão, a Unigel visa ter uma estrutura societária compatível com o desafio do negócio, além de facilitar a entrada de parceiros estratégicos para posicionar a companhia no mercado do “combustível do futuro”.

“Essa alteração trará mais celeridade, fazendo, por exemplo, que o projeto na Bahia avance da maneira mais rápida possível, já que a Ecohydrogen Energy será exclusiva para cuidar do hidrogênio verde, facilitando o andamento do processo e a formação de parcerias”, explica Pedro Branco, consultor da Proquigel, subsidiária da Unigel que vinha liderando o projeto de H2V.

Ele ressalta que a prioridade atual é justamente a articulação com players na tecnologia de produção do H2V, produtores de energia limpa e fornecedores de equipamentos. Entre os contratos já fechados para a aquisição de maquinário, está a compra de três eletrolisadores com potência total de 60 megawatts (MW), que serão produzidos pela alemã ThyssenKrupp. Esses aparelhos são os mais importantes na produção do H2V.

Hidrogênio verde: fábrica em Camaçari terá investimentos de US\$ 1,5 bi

Anunciada pela Unigel em 2021, quando foi assinado protocolo de intenção com o governo baiano, a unidade de H2V é um investimento de US\$ 1,5 bilhão. A planta, que será construída em Camaçari, tem previsão de entrada em operação em 2024 e a pedra fundamental foi lançada em julho de 2022.

Na sua primeira etapa, a fábrica terá capacidade de produzir de 10 mil toneladas por ano de hidrogênio verde que podem ser convertidas em 60 mil toneladas anuais de amônia verde. Na segunda fase do projeto, prevista para 2025, a empresa deve quadruplicar a produção de hidrogênio e amônia verdes. o quadro de pessoal é estimado em 500 profissionais.

O CEO da Unigel, Roberto Noronha deixa claro que objetivo da empresa, com a planta baiana, é sair na frente da concorrência. “Temos acompanhado o que se tornou uma corrida pelo título de pioneiro no mercado. Porém, é importante diferenciarmos cada iniciativa. Temos o único projeto em escala industrial em construção no Brasil. A Unigel e a Bahia ocupam o pioneirismo do Brasil no hidrogênio verde”, sustenta.

“Há inúmeros diferenciais que nos permitem liderar o Brasil rumo à economia do hidrogênio”, afirma o executivo em tom de desafio.

“Primeiro, a Unigel tem capacidade suficiente para absorver toda a produção da fábrica de H2V e transformá-la em amônia verde, matéria-prima para a produção de fertilizantes nitrogenados. Além disso, contamos com acesso a fontes de energia limpa e competitiva no Polo Petroquímico de Camaçari. Também contamos com infraestrutura logística, por meio do nosso terminal de amônia no porto de Aratu”, detalha.

Hidrogênio verde: quem é a Unigel?

A Unigel foi fundada em São Paulo, em 1966, pelos engenheiros químicos Henri Slezynger e Edgardo Menghini. Ao longo de cinco décadas, se tornou um conglomerado de empresas nas áreas petroquímica e de plásticos, com unidades de produção no Brasil (Bahia, Sergipe e São Paulo) e no México (nos estados do México, San Luís Potosí e Veracruz). Os insumos são destinados aos setores de eletrodomésticos e eletrônicos, automotivo, tintas e revestimentos, construção civil, papel e celulose, embalagens, saúde e beleza, têxtil, mineração e agricultura.

Hidrogênio verde é corrida do ouro no Nordeste, com disputa entre BA, CE e PE

No Nordeste, além da Bahia, outros dois estados estão na competição pela pole position no H2V: Ceará e Pernambuco. Os cearenses têm demonstrado bastante agressividade. Já foram assinados 32 memorandos de entendimento entre governo do estado e empresas privadas que planejam investir US\$ 8 bilhões em projetos de hidrogênio verde no Porto do Pecém.

Enquanto isso, a autoridade portuária anunciou em fevereiro deste ano um megaprojeto, de R\$ 2,2 bilhões, para garantir a infraestrutura necessária a essas operações, incluindo um terminal exclusivo. A execução do pacote de obras é estimada em cinco anos.

A cartada mais recente do Ceará foi um acordo de cooperação técnica, na área de H2V, que acaba de ser firmado, entre as federações das indústrias local e de São Paulo (Fiec e Fiesp), Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) e a Abeeólica (Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (Abeeólica)).

O que é o hidrogênio verde?

O hidrogênio é uma matéria-prima que possui aplicação em diversos setores industriais, desde o segmento de alimentos até fertilizantes. Porém 96% da produção mundial hoje é resultante de métodos poluentes, gerando 830 milhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂) por ano, o correspondente a 2% das emissões anuais de CO₂ em todo o mundo. Ao adotar fontes de energia renováveis, a produção do hidrogênio verde (H2V) a partir da água tem se mostrado uma alternativa promissora na transição global para uma economia de baixo carbono.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 26/09/2023

CONSÓRCIO NORDESTE E BANCO MUNDIAL SE UNEM PARA APOIAR CADEIA PRODUTIVA DO H2V

A produção de hidrogênio verde deve se concentrar nos locais onde haverá maior disponibilidade de geração de energia limpa.

Da Redação ME



Oito governadores do Nordeste compareceram a assinatura do memorando de entendimento com o Banco Mundial que vai apoiar projetos em várias áreas, incluindo a futura cadeia produtiva do H2V. Foto: Divulgação

A implantação de empreendimentos de hidrogênio verde (H2V) começa a ter uma frente mais ampla, onde quem estiver mais organizado vai sair na frente. Nesta segunda-feira (25), o Consórcio Nordeste assinou um memorando de entendimento com o Banco Mundial para potencializar iniciativas que desenvolvam a cadeia produtiva do hidrogênio verde. Estiveram presentes oito dos nove governadores nordestinos – incluindo a governadora Raquel Lyra (PSDB)-, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

“O Ministério de Minas e Energia já vem desenvolvendo políticas para o desenvolvimento do hidrogênio de baixa emissão de carbono no Brasil. Esse acordo é mais uma oportunidade para que tenhamos uma maior segurança energética no Brasil, para novos empregos e para a descarbonização da indústria e dos transportes”, disse o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, durante o evento que ocorreu na sede do Banco Mundial, em Brasília.



Ainda de acordo com o ministro, o governo federal está se empenhando para conseguir aprovar o marco regulatório do hidrogênio verde.

Além de iniciativas na área de energia renovável, o memorando inclui também o desenvolvimento de projetos voltados à energia limpa, água e saneamento, meio ambiente e conectividade. O documento que selou a parceria foi assinado pelo presidente do Consórcio Nordeste e governador da Paraíba, João Azevêdo, e pelo diretor do Banco Mundial para o Brasil, Johannes Zutt, no escritório da entidade, em Brasília.

Segundo o governador da Paraíba, “o Nordeste será o grande produtor de hidrogênio verde do mundo e é preciso que isso aconteça de forma harmônica, regulamentada e esse memorando que assinamos hoje vai permitir que o Banco Mundial coloque sua expertise à disposição do Consórcio Nordeste e a troca de experiências entre os Estados fará com que tenhamos as condições de estabelecer um caminho seguro e sustentável para gerarmos riqueza com inclusão social”.

Ainda no evento, o diretor do Banco Mundial para o Brasil, Johannes Zutt, disse que o documento assinado tem o objetivo de contribuir com o aumento do nível de desenvolvimento na região. “Este memorando que assinamos reflete nosso firme compromisso de cooperar com o desenvolvimento sustentável dos estados do Nordeste brasileiro em quatro áreas-chave: transição energética, principalmente o desenvolvimento de hidrogênio verde e geração eólica offshore; engajamento comunitário; preservação da Caatinga; e desenvolvimento digital. O Brasil tem um grande potencial para se tornar líder global na transição energética e a região Nordeste pode ser a líder desse processo no Brasil e vamos compartilhar nossas experiências com os Estados”, argumentou.

Também presente ao evento, a governadora Raquel Lyra falou sobre os projetos que Pernambuco desenvolve com o Banco Mundial na área de agroecologia e um financiamento ao Porto de Suape. E acrescentou: “É muito importante atuarmos de maneira integrada, percebendo de que forma podemos fazer a transição energética nas nossas cadeias produtivas. Com o que está sendo firmado agora, estamos tendo a possibilidade de redimensionar os nossos arranjos produtivos, tornando-os mais sustentáveis”.

Além dos governadores já citados, estiveram presentes os seguintes chefes do Executivo: Fátima Bezerra (Rio Grande do Norte), Rafael Fonteles (Piauí), Carlos Brandão (Maranhão), Elmano de Freitas (Ceará), Jerônimo Rodrigues (Bahia), Paulo Dantas (Alagoas) e Fábio Mitidiere (Sergipe).

Frente ampla a favor do hidrogênio

Além da assinatura do memorando com o Banco Mundial, um evento marca mais um passo na direção da implantação de uma cadeia produtiva do H₂V no Brasil. Os diretores da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec) fazem uma reunião nesta terça-feira, às 14 h, com representantes de entidades de energias renováveis, como a Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica) e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) na sede da Fiesp. A intenção do encontro é fazer um acordo que visa a ampliação da produção e do uso do hidrogênio verde.

A produção do hidrogênio verde ainda não é feita em grande escala no Brasil. Geralmente, o hidrogênio usado em processos industriais é produzido a partir de um combustível fóssil -como o gás natural-, sendo chamado de hidrogênio cinza. O H₂V tem que ser produzido a partir de energia renovável para continuar sendo uma energia limpa.

O acordo entre estas instituições vai abranger todo o território nacional, mas com foco em São Paulo e no Ceará. A futura cadeia de produção do hidrogênio verde vai precisar de muitos equipamentos que poderão ser fornecidos pela indústria instalada em São Paulo, como os eletrolisadores, usados na fabricação do hidrogênio verde.

Já a produção de hidrogênio verde provavelmente vai se concentrar no Nordeste pelo que foi dito até agora devido à grande necessidade de energia limpa para produzir este tipo de combustível. No Nordeste, o Estado que está mais organizado para esta cadeia produtiva é o do Ceará que já chegou

a aprovar um projeto de lei na Assembleia Legislativa do Ceará (Alece) estabelecendo uma política para os empreendimentos de hidrogênio verde. Também está sendo construída uma estrutura em comum para escoar o H2V pelo Porto de Pecém, próximo à capital cearense, Fortaleza.

Fonte: *Mercos Shipping Marítima Ltda*

Data: 26/09/2023



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

COMITIVA DA ANTAQ REALIZA VISITA TÉCNICA AOS EUA COM FOCO EM HIDROVIAS E NAVEGAÇÃO INTERIOR

Convite partiu do U.S. Army Corps of Engineers (USACE) como mais uma etapa do acordo que será celebrado pelas duas instituições



Comitiva da ANTAQ já está em New Orleans para iniciar visitas técnicas focadas na gestão de Hidrovias e da Navegação Interior

Brasília 25/09/2023 - Entre os dias 25 e 29 de setembro, uma comitiva da ANTAQ participa de visita técnica aos Estados Unidos com foco em Gestão de Hidrovias e da Navegação Interior. A missão internacional é mais uma importante etapa do acordo que será celebrado entre a autarquia brasileira e o U.S. Army Corps of Engineers (USACE), entidade responsável por

gerir todo o Vale do Mississippi desde 1824.

Diretores e técnicos da ANTAQ serão acompanhados por representantes do Corpo de Engenheiros do Exército Americano em visitas ao Porto de Nova Orleans (LA); ao Centro de Estudos Fluviais da Universidade Estadual da Louisiana; ao Centro de Dragagem da USACE, entre outros locais estratégicos para a agência, que tem como ação prioritária do seu Plano Geral de Outorgas (PGO) o desenvolvimento das hidrovias brasileiras.

Saiba mais: Hidrovias e derrocamento do Pedral do Lourenço/PA são temas de audiência pública na Comissão de Viação e Transportes da Câmara - Diretor-geral da ANTAQ defendeu as vantagens competitivas, ambientais e operacionais do modal hidroviário

De acordo com o diretor-geral, Eduardo Nery, a aproximação com a USACE é fundamental para trazer agilidade e qualidade a todo o processo que a Agência terá que percorrer até chegar ao modelo ideal de concessão desse modo de transporte que, segundo ele, é “a última fronteira da intermodalidade no Brasil”.

“O que a USACE tem a nos oferecer é experiência e conhecimento para que possamos qualificar nosso corpo de servidores quanto aos aspectos econômicos, de engenharia, ambientais e de regulação das hidrovias. Ao final desta semana, assinaremos um Memorando de Entendimentos (MoU) nesse sentido com nossos anfitriões, um passo importante que antecede a formalização do acordo que celebraremos”, afirmou Nery.

Participam também da missão a diretora Flávia Takafashi e os diretores Lima Filho e Alber Vasconcelos, acompanhados por gestores das áreas de Concessões, Regulação, Estudos, Jurídica e de Comunicação Social.

Visita à Agência Reguladora americana

Encerrando a programação da Missão aos EUA, a comitiva fará uma visita institucional à Federal Maritime Commission (FMC), órgão do governo americano correspondente à ANTAQ, responsável pela regulação do setor e por garantir competitividade e integridade à cadeia oceânica de abastecimento.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 26/09/2023

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

MPOR E MTUR LANÇAM PROGRAMA PARA FOMENTAR TURISMO NACIONAL

“Conheça o Brasil Voando” reúne políticas para democratizar o acesso e reduzir custos operacionais.



Novo Governo Federal quer mais brasileiro viajando e para conhecer o país. Foto: Sérgio Francês/MPor

Mais brasileiros conhecendo mais o Brasil. Esse é o lema do novo Governo Federal ao lançar, nesta terça-feira com (26) o "Conheça o Brasil: Voando", uma iniciativa para incentivar que mais pessoas viagem pelo país, comandada pelos ministérios do Turismo e de Portos e Aeroportos, em parceria com a Associação Brasileira das Empresas Aéreas

(Abeare), e as companhias Azul, Gol, Latam e Voepass.

O programa reunirá esforços do governo e da iniciativa privada para desenvolver ações voltadas ao estímulo de viagens nacionais, à democratização do acesso à aviação civil e à redução do custo operacional das empresas aéreas.

Para isso, os dois ministérios irão identificar, estimular e articular medidas que possam contribuir para o crescimento do setor, além de propor e articular medidas que melhorem o ambiente de negócios do setor aéreo, trazendo mais competitividade ao mercado no país.

“Para fortalecer o mercado doméstico vamos desenvolver algumas políticas no MPor, como investir na aviação regional garantindo a infraestrutura necessária aos aeroportos e na aviação de carga para o turismo de negócios”, afirmou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

Para o ministro Celso Sabino, a iniciativa vai fortalecer o setor de turismo e criar oportunidades para todos desfrutarem o que o Brasil tem a oferecer. “Mais brasileiros vão conhecer as maravilhas do nosso país, a nossa essência e diversidade”, disse.

Stopover

Entre as novidades trazidas pela parceria está a implementação do benefício do stopover no Brasil. A prática consiste na possibilidade de parada em um destino intermediário que seja escala ou conexão de determinados voos internacionais. Outros países já contam com o serviço ofertado por algumas empresas aéreas internacionais, como a TAP Air Portugal, a Air France e a American Airlines que disponibilizam a prática em algumas conexões.

A iniciativa também contará com a realização de uma campanha nacional de promoção de destinos turísticos no país. A ideia é de que pelo menos 10% das aeronaves em operação sejam adesivadas com imagens e mensagens publicitárias dos atrativos turísticos brasileiros.

Para mais informações sobre o “Conheça o Brasil Voando”, acesse: gov.br/turismo.

Assessoria Especial de Comunicação Social com informações do Ministério do Turismo

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 26/09/2023

MPOR INTEGRA FORÇA-TAREFA MONTADA PELO GOVERNO FEDERAL PARA MITIGAR EFEITOS DA ESTIAGEM SEVERA QUE ATINGE A REGIÃO AMAZÔNICA

Ministro Silvio Costa Filho participou da assinatura do contrato para execução das obras de dragagem



O Governo Federal, que monitora atentamente a estiagem que assola os rios do Amazonas e Rondônia, liberou nesta terça-feira (26) R\$ 41 milhões para obras emergenciais de dragagem no canal de navegação do Rio Solimões, entre as cidades de Tabatinga e Benjamin Constant (AM).

Os trabalhos devem ter início no próximo dia 06 de outubro e durar 45 dias.

O contrato para a execução das obras foi assinado por uma força-tarefa formada pelos ministros de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, dos Transportes, Renan Filho, da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, pelo governador do Amazonas, Wilson Lima e pelo diretor-geral do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), Fabrício Galvão.

“É um momento de construir convergências e nós estamos alinhados para tomar todas as medidas necessárias a fim de minimizar o sofrimento da população da Região Amazônica”, destacou o ministro Costa Filho.

De acordo com o governador do Amazonas, 15 municípios do Estado já decretaram situação de emergência por causa da seca extrema. Cerca de 100 mil pessoas foram afetadas até o momento.

“A previsão é que essa estiagem dure, pelo menos, até o fim de outubro. O Rio Madeira, por exemplo, atingiu o menor nível desde 2005. A navegação em alguns trechos já está impraticável, o que pode afetar o abastecimento da população”, afirmou Wilson Lima.

Nas regiões do Tabocal e da foz do Rio Madeira, o DNIT realiza estudos emergenciais para definir o valor que será necessário para a realização da dragagem. Independentemente disso, o Governo Federal já disponibilizou R\$100 milhões para essa ação.

A estimativa é que o contrato para essa obra seja assinado dentro de alguns dias. A capacidade de transporte nessas áreas pode ser reduzida em até 40%.

“É preciso avançar em ações permanentes de ações de dragagem nesses pontos, para que a navegabilidade e o sustento das pessoas não sejam comprometidos”, disse o ministro de Portos e Aeroportos.

O ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, reforçou a importância de uma ajuda humanitária robusta aos moradores dessa parte tão importante do Brasil.

“O Governo Federal mobilizou várias pastas e muitas medidas já estão sendo tomadas, com o objetivo de garantir que comida, água e remédio cheguem até essas pessoas”, declarou Waldez Góes.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 26/09/2023

 Governo Federal

Ministério da Infraestrutura

GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

GOVERNO FEDERAL VAI DESTINAR R\$ 140 MILHÕES PARA DRAGAGEM EM RIOS DE AMAZONAS E RONDÔNIA AFETADOS PELA SECA

Ordem de serviço assinada pelos ministros Renan Filho e Silvio Costa Filho já garante trabalho entre Tabatinga e Benjamin Constant, no Amazonas. Daqui duas semanas, ação deve começar na região da Área do Tabocal e Foz do rio Madeira



Ministros Renan Filho e Silvio Costa Filho assinaram ordem de serviço do Rio Solimões - Foto: Luiz Siqueira/MT

Em pronta resposta pela emergência climática em Amazonas e Rondônia, o Governo Federal, por meio dos ministérios dos Transportes e de Portos e Aeroportos, vai destinar cerca de R\$ 140 milhões para dragagem nos rios Madeira e Solimões. Ambos são importantes vias fluviais de escoamento de cargas e produtos da região, inclusive a Zona Franca de Manaus, e de trânsito de pessoas.

O primeiro passo foi a assinatura nesta terça-feira (26), pelos ministros Renan Filho (Transportes) e Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos), da ordem de serviço que autoriza a dragagem trecho de oito quilômetros do Rio Solimões, entre Tabatinga e Benjamin Constant, no extremo Oeste do Amazonas. A intenção é combater o risco de desabastecimento da população local e reduzir os impactos econômicos da seca registrada nos estados do Amazonas e Rondônia.

“Não são os rios inteiros que estão assoreados, impedindo a navegação. O que existe são pontos críticos que precisam ser removidos para as embarcações passarem e garantir o escoamento da produção e a chegada de insumos”, afirmou Renan Filho, ressaltando que a ação foi determinada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

São R\$ 40 milhões para esta ordem de serviço, cujos trabalhos devem começar nesta semana e devem durar até 45 dias, de acordo com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), que será o responsável pela dragagem. “É um momento de construir convergências e nós estamos alinhados para tomar todas as medidas necessárias a fim de minimizar o sofrimento da população da Região Amazônica”, destacou o ministro Costa Filho.

Além de Renan Filho e Silvio Costa Filho, também participaram da reunião que discutiu os efeitos da seca no Norte do país o ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes; o governador do Amazonas, Wilson Lima; o diretor-geral do DNIT, Fabricio Galvão; representantes da Marinha; da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), deputados federais e senadores dos dois estados.

Mais recursos

Uma segunda ordem de serviço será assinada em até duas semanas, prevendo a autorização da dragagem de dois pontos críticos de navegação no rio Madeira, na região do Tabocal, próxima à

capital Manaus, e na foz do rio, em Itacoatiara. O recurso reservado para essa ação é de cerca de R\$ 100 milhões.

A hidrovía do Rio Madeira registra alta movimentação de contêineres e a restrição prolongada da navegabilidade pode provocar impactos econômicos significativos na região, a qual inclui a Zona Franca de Manaus e terminais graneleiros do Amazonas. O estado de Rondônia também enfrenta os reflexos das restrições no fluxo de transportes no Rio Madeira.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 26/09/2023

EM MATO GROSSO, MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES AUTORIZA PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIA FUNDAMENTAL PARA O AGRONEGÓCIO DO CENTRO-OESTE

“Vamos garantir essa obra da BR-158/MT, que vai facilitar o desenvolvimento do Mato Grosso, integrar o estado com o Pará e dar mais agilidade ao escoamento da produção”, disse o ministro Renan Filho



Ministro Renan Filho assina ordem de serviço que dará início às obras na BR-158/MT, em solenidade em Porto Alegre do Norte (MT).

Importante para a agricultura mato-grossense, a BR-158/MT terá seu último trecho pavimentado pelo Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, facilitando o escoamento da produção pelo Arco Norte e possibilitando a interligação com ferrovias brasileiras. Ordem de serviço assinada nesta terça-feira (26) garantiu os recursos para as obras entre os quilômetros 201,2 e 213,3, no município de Canabrava

do Norte, com investimento inicial da ordem de R\$ 40 milhões.

A região nordeste de Mato Grosso é considerada a nova fronteira agrícola do estado, especialmente em produtos como milho e soja. Com a pavimentação da BR-158/MT e a construção do contorno à aldeia, será possível integrar futuramente a rodovia à Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), que ligará Mara Rosa (GO) a Vilhena (RO), facilitando todo o escoamento da produção do Centro-Oeste brasileiro pelos portos do Arco Norte.

A pavimentação faz parte de um projeto maior, no qual Ministério dos Transportes, por meio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), vai executar a construção de uma rodovia contornando da área reconhecida como Terra Indígena Marãiwatsédé, pertencente à etnia Xavante. O novo contorno prevê a pavimentação de 195,42 quilômetros divididos em dois lotes, em um orçamento global na casa dos R\$ 670 milhões.

“É uma obra esperada há muito tempo. Nós fizemos um entendimento com as comunidades indígenas da região e vamos garantir essa obra que vai facilitar o desenvolvimento de Mato Grosso, integrar o estado com o Pará e dar mais agilidade no escoamento da produção”, afirmou o ministro dos Transportes, Renan Filho, que assinou a ordem de serviço na cidade de Porto Alegre do Norte (MT).

“Sem sombra de dúvida, a obra mais desejada de Mato Grosso é a da BR-158, que se faz através do diálogo. O diálogo com vereadores, prefeitos, com todas as lideranças e que todo mundo quis, por isso saiu”, acrescentou o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Faváro.

Novo PAC

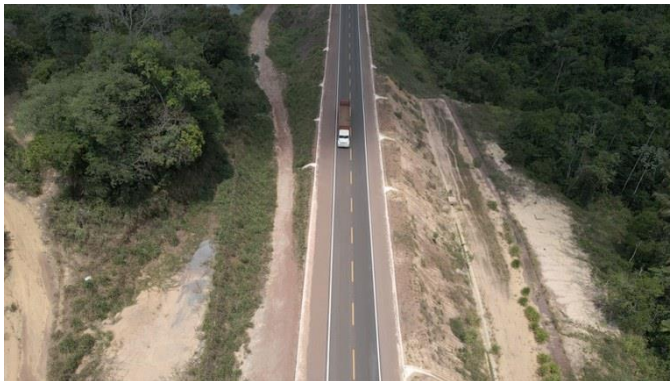
A pavimentação e a construção do contorno da BR-158/MT estão entre os projetos de transportes em Mato Grosso inseridos no Novo PAC, anunciado em agosto pelo Governo Federal. No total,

serão 18,8 bilhões investidos como prioridade para o estado, sendo R\$ 10,2 bilhões para ferrovias e R\$ 8,6 bilhões para rodovias.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 26/09/2023

GOVERNO FEDERAL CONCLUI REVITALIZAÇÃO DE 35 QUILOMETROS DA BR-163/PA

Com investimento de R\$ 20 milhões, intervenções foram realizadas em segmentos descontínuos entre Rurópolis e Santarém, a fim de reduzir alto índice de ocorrências graves na estrada federal



Rodovia é um dos corredores logísticos de maior importância e potencial econômico do Pará - Foto: Divulgação/DNIT

Mais segurança na BR-163/PA, rodovia essencial à conexão entre as regiões Norte e Centro-Oeste do país. O Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, concluiu nesta semana série de intervenções na estrada federal, por onde circulam 70 mil veículos diariamente – 70% deles de carga –, e é registrado alto índice de ocorrências graves

relacionadas ao tráfego.

Após os serviços realizados por equipes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) em trechos descontínuos entre as cidades de Rurópolis e Santarém (dos Kms 786,3 ao 836,3), a rodovia conta agora com 35 quilômetros totalmente revitalizados. O investimento foi de aproximadamente R\$ 20 milhões. A circulação de veículos nos trechos impactados já está liberada.

Confira as principais intervenções:

- Tapa-buraco;
- Roçada, capina e caiação;
- Frenagem contínua e descontínua;
- Aplicação de microrrevestimento;
- Nova sinalização;
- Reconstrução do sistema de drenagem.

Corredor logístico

A BR-163 tem 3,5 mil quilômetros de extensão, passando pelo Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso até chegar ao município paraense de Santarém. No Pará, a rodovia atravessa uma das regiões mais ricas do país em recursos naturais e potencial econômico. Trata-se de corredor logístico de grande importância para o transporte de matérias-primas e distribuição nacional e internacional de toda a cadeia do agronegócio brasileiro.

Com informações da Coordenação-Geral de Comunicação do DNIT

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 26/09/2023

A região amazônica, conhecida por sua riqueza em recursos naturais e biodiversidade, enfrenta atualmente uma seca que ameaça não apenas o equilíbrio ambiental, mas também a logística e o



bem-estar de suas comunidades. O Governo Federal, ao liberar R\$ 141 milhões para obras emergenciais de dragagem nos rios afetados em Rondônia e no Rio Amazonas, medida ocorrida nessa terça-feira, dia 26, e destacada em reportagem publicada nesta edição do BE News, demonstra um passo importante na direção certa.

A medida foi oficializada pelos ministros Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos), Renan Filho (Transportes) e Waldez Góes (Integração e do Desenvolvimento Regional), ao lado do governador do Amazonas, Wilson Lima (União), e do diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Fabricio Galvão.

A seca antecipada que atinge a região trouxe consigo desafios significativos. Os rios Solimões, Amazonas e Madeira estão enfrentando níveis de assoreamento que comprometem seriamente a navegação, essencial para o escoamento da produção e o abastecimento de insumos na região. A situação pode afetar não apenas a economia local, mas também ter repercussões em nível nacional.

As obras de dragagem nos rios Solimões e Amazonas são uma resposta urgente a esses desafios. O início dessas obras em 6 de outubro – sexta-feira da próxima semana – é uma medida essencial para permitir que as embarcações continuem a operar nessas vias fluviais críticas. Isso garantirá o fluxo de mercadorias essenciais, especialmente para a capital Manaus, e ajudará a mitigar os impactos da seca na região.

Além disso, a discussão sobre a revitalização da BR-319 é de extrema importância nesse cenário. A atual situação intrafegável dessa rodovia está exacerbando os desafios logísticos na região, impedindo o acesso e o transporte de bens essenciais. O senador Omar Aziz fez um apelo válido para que essa questão seja tratada com seriedade e pragmatismo, priorizando as necessidades das pessoas que dependem dessa via para suas vidas e sustento.

A seca na região amazônica é um lembrete contundente dos desafios enfrentados pelas áreas remotas do Brasil e da importância de uma resposta eficaz do Governo. A intervenção do Governo Federal é um passo na direção certa, mas deve ser apenas o começo. É fundamental que as ações de mitigação dos impactos da seca na região continuem a ser priorizadas e que sejam abordadas com um senso de urgência que corresponda à gravidade da situação.

Este é um momento de união e ação para proteger não apenas a economia e a logística da região amazônica, mas também o bem-estar das comunidades que dependem dela. O Governo Federal tem um papel crucial a desempenhar nesse esforço, e a sociedade espera que ele seja cumprido com eficácia e diligência.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 27/09/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

HIDROVIAS 1

A Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários passará por mudanças, a fim de dar maior destaque ao modal hidroviário. Na última segunda-feira, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, informou que o órgão, chefiado pela engenheira Mariana Pescatori, passará a se chamar Secretaria Nacional de Portos e Hidrovias, o primeiro sinal da maior atenção que essa modalidade de transporte receberá.

HIDROVIAS 2

O setor hidroviário já era coordenado pela secretaria, a partir de seu Departamento de Navegação e Hidrovias. Mas agora, o Ministério terá um maior poder sobre o segmento, fazendo também a gestão de suas obras - que até então estavam sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), do Ministério dos Transportes.

HIDROVIAS 3

Em entrevista ao BE News, publicada no último dia 20, o ministro Silvio Costa Filho anunciou, com exclusividade, que o setor hidroviário seria uma de suas prioridades e que a pasta concentraria as ações para este modal, recebendo a gestão das obras do Dnit. Também afirmou que buscaria linhas de financiamento para o segmento, aproveitando os recursos do Fundo de Marinha Mercante. Nessa ocasião, o ministro destacou que “se teve uma agenda que não entrou na pauta nacional nos últimos anos foi a questão hidroviária. Portos e aeroportos tiveram atenção, mas não as hidrovias. E vamos mudar isso. Hoje, o Brasil tem 18 mil quilômetros de vias navegáveis, que podem chegar a 42 mil quilômetros com obras. E tem gente que fala em até 60 mil quilômetros”.

VOO PAULISTA

O Governo Federal estuda implantar mais um aeroporto nas proximidades da cidade de São Paulo (SP). A iniciativa foi anunciada pelo ministro Silvio Costa Filho na segunda-feira. A viabilidade e a necessidade do empreendimento serão debatidas com executivos de companhias aéreas e com o governador Tarcísio Gomes de Freitas. Costa Filho sabe que, agora, uma nova instalação não se faz necessária. Mas quer apurar quando tal projeto será demandado e deverá ser iniciado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/09/2023

NACIONAL - GOVERNO DESTINA R\$ 141 MILHÕES PARA OBRAS DE DRAGAGEM NA REGIÃO NORTE

Serviços serão realizados em rios prejudicados pela estiagem em Rondônia e no Rio Amazonas

Por MARÍLIA SENA marilia@portalbenews.com.br



Os ministros dos Transportes, Renan Filho, e de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, assinaram a ordem de serviço de dragagem para mitigar os efeitos da estiagem Crédito: Luiz Siqueira/MT

A DRAGAGEM DO RIO MADEIRA AINDA DEPENDE DA CONCLUSÃO DE ESTUDOS E DEVE SER ASSINADA EM ATÉ DUAS SEMANAS. O GOVERNO FEDERAL VAI DISPONIBILIZAR R\$ 100 MILHÕES PARA A OBRA, MAS O CUSTO PODE VARIAR

O Governo Federal anunciou na terça-feira, dia 26, a liberação de R\$ 141 milhões para as obras emergenciais de dragagem em rios prejudicados pela seca em Rondônia e no Rio Amazonas. As obras que devem ter início no próximo dia 6 vão durar 45 dias.

“As obras desses R\$ 141 milhões que foram destinadas emergencialmente pelo Ministério dos Transportes, Ministério de Portos e o Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) vão ter início a partir do dia 6 de outubro em duas frentes. A primeira frente a partir do dia 6”, explicou o ministro dos Transportes, Renan Filho.

A ordem de serviço faz parte de uma força-tarefa assinada pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, dos Transportes, Renan Filho, da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes. O governador do Amazonas, Wilson Lima (União), e o diretor-geral do Dnit, Fabricio Galvão, também estiveram presentes.

De acordo com o ministro Renan Filho, serão feitos dois processos de desobstrução dos rios Solimões, Amazonas e Madeira. A primeira ordem de serviço será entre Tabatinga e Benjamin Constant, no Rio Solimões. A obra já está assinada e vai custar R\$ 41 bilhões, o empreendimento já estava previsto no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

No entanto, a dragagem do rio Madeira ainda depende da conclusão de estudos e deve ser assinada em até duas semanas. O Governo Federal vai disponibilizar R\$ 100 milhões para a obra, mas o custo pode variar.

“Não são os rios inteiros que estão assoreados impedindo a navegação. Existem pontos críticos que precisam ser removidos a fim de que as embarcações possam passar e assim garantir o escoamento da produção e também a chegada de insumos, especialmente para a capital Manaus”, disse Renan Filho.

O ministro Sílvio Costa Filho afirmou que na próxima semana o Ministério de Portos e Aeroportos vai elaborar “ações integradas de modal”. Segundo ele, as medidas vão desde “a dragagem, fortalecendo as nossas hidrovias, à construção de novos aeroportos”. O ministro lembrou que no estado do Amazonas existe um déficit de 17 aeroportos.

Com o agravamento da seca no Estado, o governador Wilson Lima afirmou que o Governo Federal vai montar uma força-tarefa para ajudar o Amazonas com cestas básicas e envio de água.

O ministro Waldez Góes informou que a situação pode afetar 59 dos 62 municípios do Amazonas. “Podemos estar vivendo neste momento no Amazonas e possivelmente no Acre, que já começa uma sinalização, talvez uma das piores secas”, disse.

BR-319

O senador pelo Amazonas Omar Aziz (PSD) cobrou ações para a BR-319 que está intrafegável. No rio Madeira, por exemplo, a seca está impossibilitando a passagem de embarcações. O Alto Solimões está totalmente seco, comprometendo o abastecimento de componentes essenciais para a Zona Franca de Manaus. É fundamental que a estrada seja asfaltada, para evitar que o Estado fique isolado e sofra com a escassez de bens essenciais”, disse Aziz.

O parlamentar considerou a obstrução da obra uma “ vaidade ” da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e pediu que a discussão seja feita com “seriedade”.

“Precisamos pensar nas pessoas, nos seres humanos que sofrem com essa situação. Não podemos mais permitir que pessoas que não conhecem a realidade da região ou não moram lá discutam o problema que enfrentamos. É importante que estejamos unidos e reconheçamos o esforço dos amazonenses em proteger a Amazônia”, completou Aziz.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/09/2023

NACIONAL - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES ASSINA ORDEM DE SERVIÇO PARA OBRAS NA BR-158/MT

Dnit está autorizado a iniciar a pavimentação do último trecho da rodovia

Por Cássio Lyra cassio@portalbenews.com.br



A pavimentação e a construção do contorno da BR-158/MT estão entre os projetos de transportes em Mato Grosso inseridos no Novo PAC do Governo Federal
Crédito: Márcio Ferreira/Ministério dos Transportes

O ministro dos Transportes, Renan Filho, assinou na terça-feira (26) a ordem de serviço para pavimentação e duplicação da BR-158, no estado de Mato Grosso. O trecho a ser revitalizado corresponde entre os quilômetros 201,2 e 213,3, no município de Canabrava do Norte, o último trecho da rodovia. Segundo o Governo Federal, a conclusão das obras facilitará o

escoamento da produção pelo Arco Norte e possibilitando a interligação com as ferrovias.

Com a assinatura, as equipes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) já podem iniciar os serviços de pavimentação do primeiro trecho de 12 quilômetros da BR-158/MT. O segmento entre o km 201,2 e o km 213,3 (Posto Luizinho), no município de Canabrava do Norte, na região do Araguaia, terá investimento inicial de aproximadamente R\$ 40 milhões.

A expectativa do departamento é de que os trabalhos como a montagem do canteiro de obras e mobilização de equipe e dos equipamentos iniciem ainda neste ano.

De acordo com o Ministério dos Transportes, as atividades dependem de condições climáticas favoráveis, já que os primeiros serviços a serem realizados são de terraplenagem e drenagem, ações que dependem de clima seco para serem executadas.

A pavimentação faz parte de um projeto maior, no qual o Dnit vai executar a construção de uma rodovia contornando a área reconhecida como Terra Indígena Marãiwatsédé, pertencente à etnia Xavante. O novo contorno prevê a pavimentação de 195,42 quilômetros divididos em dois lotes, em um orçamento global na casa dos R\$ 670 milhões.

“É uma obra esperada há muito tempo. Nós fizemos um entendimento com as comunidades indígenas da região e vamos garantir essa obra que vai facilitar o desenvolvimento de Mato Grosso, integrar o estado com o Pará e dar mais agilidade no escoamento da produção”, afirmou o ministro dos Transportes, Renan Filho, que assinou a ordem de serviço no município de Porto Alegre do Norte (MT).

A região nordeste de Mato Grosso é considerada a nova fronteira agrícola do estado, especialmente em produtos como milho e soja. Com a pavimentação da BR-158/MT e a construção do contorno à aldeia, será possível integrar futuramente a rodovia à Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), que ligará Mara Rosa (GO) a Vilhena (RO), facilitando todo o escoamento da produção do Centro-Oeste brasileiro pelos portos do Arco Norte.

PAC

A pavimentação e a construção do contorno da BR-158/MT estão entre os projetos de transportes em Mato Grosso inseridos no Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), anunciado em agosto pelo Governo Federal. No total, serão 18,8 bilhões investidos como prioridade para o estado, sendo R\$ 10,2 bilhões para ferrovias e R\$ 8,6 bilhões para rodovias.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/09/2023

NACIONAL - PROGRAMA DO GOVERNO FEDERAL PROMETE INCENTIVAR TURISMO NACIONAL

Iniciativa tem a colaboração da Abear e das principais companhias aéreas do país

Da Redação redacao@portalbenews.com.br



Os ministérios do Turismo e de Portos e Aeroportos se comprometerão a identificar, incentivar e coordenar iniciativas que impulsionem o crescimento do setor. Crédito: Sérgio Francês/MPor

O Governo Federal apresentou na terça-feira (26) o programa “Conheça o Brasil Voando”, uma iniciativa que visa encorajar mais brasileiros a explorar seu próprio país. Essa campanha é liderada pelos ministérios do Turismo e de Portos e Aeroportos, com a colaboração da Associação Brasileira

das Empresas Aéreas (Abeare) e das principais companhias aéreas, incluindo Azul, Gol, Latam e Voepass.

O programa visa unir forças entre o Governo e o setor privado para promover viagens domésticas, democratizar o acesso à aviação civil e reduzir os custos operacionais das companhias aéreas. Para atingir esses objetivos, os dois ministérios se comprometerão a identificar, incentivar e coordenar iniciativas que impulsionem o crescimento do setor, além de propor medidas para melhorar o ambiente de negócios da aviação, tornando o mercado mais competitivo no Brasil.

“Para fortalecer o mercado doméstico vamos desenvolver algumas políticas no MPor, como investir na aviação regional garantindo a infraestrutura necessária aos aeroportos e na aviação de carga para o turismo de negócios”, afirmou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

Segundo o ministro Celso Sabino, essa iniciativa irá fortalecer o setor de turismo e proporcionar oportunidades para que todos possam explorar as maravilhas do Brasil. “Mais brasileiros terão a chance de conhecer a riqueza do nosso país, nossa cultura e diversidade”, disse ele.

Uma das novidades trazidas por essa parceria é a introdução do “stopover” no Brasil. Essa prática permite que passageiros façam uma parada em um destino intermediário que seja uma escala ou conexão de determinados voos internacionais. Outros países já oferecem esse serviço por meio de algumas companhias aéreas internacionais, como a TAP Air Portugal, a Air France e a American Airlines, que disponibilizam essa opção em algumas conexões.

Além disso, a iniciativa inclui uma campanha nacional de promoção de destinos turísticos no país, com a intenção de adesivar pelo menos 10% das aeronaves em operação com imagens e mensagens publicitárias dos atrativos turísticos brasileiros.

Para obter mais informações sobre o “Conheça o Brasil Voando”, visite o site oficial em gov.br/turismo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/09/2023

REGIÃO SUDESTE - VALE E PORTO DO AÇU ASSINAM ACORDO PARA CRIAR MEGA HUB DE PRODUÇÃO DE FERRO-ESPONJA

Complexo industrial seria voltado para a fabricação de produtos siderúrgicos de baixo carbono

Da Redação redacao@portalbenews.com.br



A Vale enfatizou que o memorando de entendimento firmado com o Porto do Açu representa mais um passo em direção ao desenvolvimento do modelo de mega hubs no Brasil Crédito: Divulgação

A Vale assinou um memorando de entendimento com o Porto do Açu, localizado em São João da Barra (RJ), para avaliar a possibilidade de criar um hub de produção de HBI (ferro-esponja) por meio da rota de redução direta. O anúncio foi feito pela empresa de mineração na terça-feira (26),

por meio de um comunicado ao mercado.

De acordo com a empresa de mineração, o mega hub inicialmente receberá pelotas da Vale e poderá, eventualmente, incorporar uma instalação de briquetagem de minério de ferro para atender às necessidades da planta de redução direta local.

A Vale também revelou que, por meio desse compromisso, ambas as empresas buscarão atrair investidores e clientes interessados em construir e operar uma unidade de redução direta, utilizando gás natural, que já estará disponível no Porto do Açu. Além disso, há a possibilidade de futuramente converter essa unidade para a produção de hidrogênio verde, o que resultaria na produção de HBI com emissões de carbono próximas a zero.

No contexto do HBI, a Vale destacou que essa matéria-prima é normalmente utilizada em fornos elétricos a arco e sua adoção nesse tipo de forno permitirá à indústria siderúrgica brasileira uma transição mais suave no processo de descarbonização.

A empresa de mineração enfatizou que esse acordo com o Porto do Açu representa mais um passo em direção ao desenvolvimento do modelo de mega hubs no Brasil, que são complexos industriais focados na fabricação de produtos siderúrgicos de baixo teor de carbono. A Vale já está implantando esse modelo em três países do Oriente Médio (Arábia Saudita, Emirados Árabes e Omã).

No comunicado assinado pelo vice-presidente executivo de Soluções de Minério de Ferro, a Vale afirma acreditar que o Brasil tem um grande potencial para ser um polo da siderurgia de baixo carbono. “Temos minério de ferro de alta qualidade, reservas de gás natural abundantes e potencial para desenvolver o hidrogênio verde. Como uma empresa brasileira, a Vale busca se associar a empreendimentos que contribuam nessa direção. Queremos ser indutores da “neo-industrialização” do Brasil, que será baseada na indústria verde”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/09/2023

REGIÃO SUDESTE - PLATAFORMAS DE PETRÓLEO DA BACIA DE CAMPOS SÃO FUNDEADAS NO PORTO DO RIO DE JANEIRO

Segundo a Autoridade Portuária, unidades devem ficar aportadas por pelo menos um mês

Por **CÁSSIO LYRA** cassio@portalbenews.com.br



Entre as plataformas estão o navio sonda ODN I, na área de fundeio 2F1A; a plataforma Ocean Courage, fundeada na área 2F11 Norte; e a plataforma Norbe VI, situada na 2F11 Sul
Fotos: Divulgação

Três plataformas de petróleo provenientes da Bacia de Campos foram fundeadas no Porto do Rio de Janeiro durante o último final de semana. De acordo com a PortosRio, Autoridade Portuária gestora do complexo, as plataformas permanecerão fundeadas por pelo menos um mês.

De acordo com o gerente de Acesso Aquaviário do Porto do Rio de Janeiro, Roque Pizarroso, a demanda das plataformas de petróleo por áreas de fundeio está em ascensão.

“Quando os contratos com a Petrobras expiram, várias plataformas são liberadas do campo de exploração ao mesmo tempo e, durante sua permanência no porto, enquanto estão fora de operação, passam por reparos, atualização de maquinário e equipamentos e possivelmente por uma troca de tripulação”, explicou o executivo.

Vale lembrar que, após esse período de desativação, a plataforma pode então voltar a operar sob um novo contrato.

As plataformas fundeadas no Porto do Rio de Janeiro incluem o navio sonda ODN I, localizado na área de fundeio 2F1A; a plataforma Ocean Courage, fundeada na área 2F11 Norte; e a plataforma Norbe VI, situada na área de fundeio 2F11 Sul. Todas essas áreas de fundeio são apropriadas para a estadia de plataformas.

Essas complexas operações de fundeio foram realizadas entre sexta (22) e domingo (24), com uma plataforma fundeada a cada dia, envolvendo profissionais da PortosRio, da Marinha do Brasil e da Praticagem do Rio de Janeiro.

“Esse tipo de operação é altamente técnica e requer expertise dos profissionais envolvidos, mas foi um sucesso. A Baía de Guanabara oferece águas abrigadas que atendem a todos os requisitos de profundidade, ventos e correntes necessários para a operação”, comentou Pizarroso.

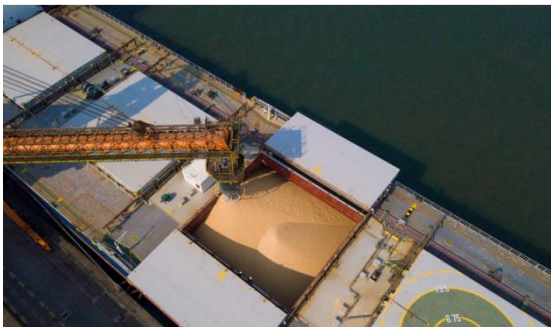
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/09/2023

REGIÃO SUDESTE - PORTO DE SANTOS ULTRAPASSA 111 MILHÕES DE TONELADAS DE CARGA NOS 8 MESES DO ANO

Somente agosto registra 15,16 milhões, resultado que também representa um recorde para o mês

Por CÁSSIO LYRA cassio@portalbenews.com.br



No acumulado do ano, os embarques no Porto de Santos somaram 83,42 milhões de toneladas, aumento de 3,8% sobre o acumulado de janeiro a agosto do ano passado
Foto: Divulgação/APS

A Autoridade Portuária de Santos (APS) informou que a movimentação geral de cargas no Porto de Santos, no período de janeiro a agosto de 2023, foi de 111,4 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 1,2% sobre o volume operado no mesmo período do ano passado. No mês, o resultado foi de 15,16 milhões de

toneladas, número 3,6% maior que o de agosto de 2022, representando recorde para o mês e a quarta melhor marca mensal da história. A melhor marca também foi neste ano, em junho, com 15,6 milhões. A APS afirmou que os resultados confirmam a expectativa de crescimento recorde ao final do ano.

No acumulado do ano, os embarques somaram 83,42 milhões de toneladas, aumento de 3,8% sobre o acumulado de janeiro a agosto do ano passado. Já os embarques somaram 28,01 milhões, registrando queda de 5,9% sobre o resultado de 2022.

Em relação ao mês de agosto, os embarques registraram aumento de 9,9%. Foram 11,69 milhões de toneladas (10,63 milhões em agosto de 2022). O acréscimo reflete a movimentação de grãos vegetais sólidos, que teve aumento de 9,2% sobre o resultado do ano passado, e agosto de 2022. Destaque para o milho, que foi a principal carga em volume, com 3,26 milhões de toneladas, subindo 42,1%. No total das cargas de grãos, foram 8,1 milhões de toneladas, o melhor resultado da história.

A movimentação de contêineres no Porto de Santos no mês de agosto foi influenciada pelo aumento no volume de cargas, apresentando resultado positivo de 1,2% em relação ao mesmo mês do ano passado: foram 4,8 milhões de toneladas. Em TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés), houve decréscimo de 1,7% (448.817 em 2023 contra 456.478 em 2022. No ano, houve queda de 5,8%: são 3,10 milhões de TEUs em 2023 ante 3,29 milhões nos oito primeiros meses de 2022.

O número de atracções no ano subiu 3,6%, sendo 3.584 em 2023 contra 3.461 em 2022. A participação acumulada de Santos na corrente comercial brasileira foi de 28,3% em agosto.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/09/2023

REGIÃO NORDESTE - PORTO DO ITAQUI FINALIZA MAIS UMA OPERAÇÃO DE TRANSBORDO A CONTRABORDO

Manobra permite a transferência de carga entre navios sem a necessidade de atracação em dois berços

Da Redação redacao@portalbenews.com.br



Na operação, o navio Portinari, que havia atracado no berço 106 no último dia 22, transferiu um total de 65 mil metros cúbicos de diesel para os navios Romulo Almeida e Joropo
Crédito: Divulgação/Emap

O Porto do Itaqui finalizou na terça-feira, dia 26, mais uma grande operação de transbordo a contrabordo. A manobra que permite a transferência de carga entre navios sem a necessidade de atracação em dois berços é conhecida também como Ship To Ship.

Na operação, o navio Portinari, que havia atracado no berço 106 no último dia 22, transferiu um total de 65 mil metros cúbicos de diesel para os navios Romulo Almeida e Joropo, que atracaram a contrabordo do Portinari nos dias 23 e 24 de setembro, respectivamente.

Segundo a Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap), a operação foi realizada com sucesso e representou um marco importante para o Porto do Itaqui, que se consolida como um dos principais hubs de combustíveis do país. A operação foi realizada pela Transpetro, subsidiária integral da Petrobras, uma das operadoras do complexo.

O presidente do Porto do Itaqui, Gilberto Lins, destacou a importância da operação para a eficiência do porto. “Essa nova modalidade operacional permite que o Porto do Itaqui realize operações de transbordo de forma mais rápida e eficiente, além de trazer impactos positivos na redução da fila de espera e utilização de outros berços para operação de outras cargas voltadas para o atendimento do mercado interno”, disse Lins.

Impactos positivos

De acordo com a Emap, operação de transbordo a contrabordo no Porto do Itaqui traz uma série de impactos positivos, entre eles:

- Aumento da eficiência: A operação permite que o Porto do Itaqui realize operações de transbordo de forma mais rápida e eficiente, liberando berços para o atendimento de outras cargas.
- Redução de custos: A operação reduz a necessidade de utilização de dois berços, o que gera economia para as empresas.
- Segurança: A operação é realizada com segurança, seguindo todos os protocolos internacionais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/09/2023



BE NEWS – BRASIL EXPORT – DIA 26-09-2023

EDITORIAL – FORTALECENDO A SEGURANÇA NOS PORTOS E AEROPORTOS

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A segurança nos portos e aeroportos é uma questão de importância vital para o Brasil. Esses locais são as portas de entrada e saída do País, desempenhando um papel crucial na economia e na defesa da Nação. Portanto, é encorajador ver os ministros de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, iniciando um diálogo sério sobre a criação e execução de um plano nacional de segurança para essas áreas estratégicas.

O objetivo principal desse plano é intensificar o combate ao tráfico de drogas e inibir outras práticas ilícitas que têm encontrado espaço nos portos e aeroportos brasileiros. O tráfico de drogas, em



particular, é uma ameaça significativa à sociedade, alimentando a violência e corroendo o tecido social. Abordar essa questão com determinação é, portanto, uma responsabilidade que não pode ser negligenciada.

A colaboração entre os ministérios de Portos e Aeroportos e da Justiça e Segurança Pública é uma abordagem inteligente e necessária. A violência nas cidades muitas vezes está intrinsecamente ligada ao que acontece nos portos e aeroportos do País. O tráfico de drogas e armas, bem como outras atividades criminosas, pode encontrar terreno fértil nessas áreas, o que afeta a segurança em todo a Nação. Portanto, é crucial uma ação coordenada e estratégica para combater essas ameaças.

A implantação de sistemas avançados de monitoramento e controle do tráfego aquaviário, como o VTMIS (Sistema de Auxílio Eletrônico à Navegação), também é uma medida muito importante. Apenas dois portos no País têm, atualmente, esses sistemas em funcionamento. A expansão dessa tecnologia para outros portos não apenas fortalecerá a segurança nas áreas portuárias, mas terá um impacto positivo em todo o entorno, possibilitando a troca de informações com as autoridades públicas e aumentando a eficácia das operações de segurança.

Em tempos de crescente complexidade nas operações criminosas, a colaboração e o compartilhamento de informações entre diferentes agências governamentais são cruciais para manter os portos e aeroportos seguros. Essa iniciativa conjunta dos ministérios é um passo importante nessa direção.

No entanto, é fundamental que esse compromisso não fique apenas no papel. É preciso que haja ações concretas, investimentos e estratégias de implementação eficazes para garantir que o Brasil tenha portos e aeroportos seguros, livres da

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/09/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

BAHIA 1

A Azul Linhas Aéreas vai manter os voos Salvador-Vitória da Conquista e Salvador-Ilhéus, ligando a capital baiana a outras regiões do estado. A medida foi anunciada na tarde de ontem, durante reunião entre o governador Jerônimo Rodrigues, o CEO da companhia, John Rodgerson, e o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, na sede do ministério, em Brasília. Há algumas semanas, a companhia aérea tinha anunciado que iria suspender essas linhas em 30 de outubro, como parte de um processo de ajuste de capacidade à demanda. Diante de pedidos do ministro, reavaliou sua estratégia.

BAHIA 2

Na reunião, Sílvio Costa Filho destacou que ampliar a aviação regional é uma meta do Governo Federal. “Vamos readequar 99 aeroportos regionais pelo Novo PAC, para ampliar a integração do país”, disse.

ESTADOS UNIDOS 1

Uma comitiva da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) realiza, nesta semana, uma missão técnica nos Estados Unidos para conhecer melhor a gestão norte-americana das hidrovias e de sua navegação interior. Estão previstas visitas ao Porto de New Orleans, ao Centro de Estudos Fluviais da Universidade Estadual da Louisiana e ao Centro de Dragagem do Corpo de Engenheiros do Exército dos Estados Unidos (Usace), todos no estado da Louisiana.

ESTADOS UNIDOS 2

Durante essa missão técnica, também está prevista a celebração de um acordo entre a Antaq e o Usace, responsável pelos serviços de dragagem em todos o país, inclusive nos rios norte-americanos. Segundo o diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, a parceria com o Usace é

“fundamental” para agilizar e otimizar o processo percorrido pela agência para elaborar seu programa de concessões hidroviárias. Para Nery, o modal hidroviário é “a última fronteira da intermodalidade no Brasil”.

ALEMANHA

Quem também realiza uma missão técnica nesta semana é a Associação Brasileira de Terminais Portuárias (ABTP), com uma agenda em Hamburgo, na Alemanha. Ontem, dia 25, os integrantes da comitiva da ABTP - tanto executivos do setor como representantes do Ministério de Portos e Aeroportos - conheceram o complexo portuário de Hamburgo, percorrendo seu canal de navegação. Em seguida, integrantes do grupo foram recebidos pelo primeiro prefeito da cidade-estado de Hamburgo, Peter Tschentscher.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/09/2023

NACIONAL - MINISTROS DISCUTEM PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PARA PORTOS E AEROPORTOS

Costa Filho, de Portos e Aeroportos, e Flávio Dino, da Justiça, iniciaram as conversas para implantar o sistema em todo o país

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



Segundo Costa Filho e Flávio Dino, cada ministério terá dois integrantes para construir o esboço do plano de segurança que deverá ser apresentado no próximo dia 5 de outubro
Crédito: Sérgio Francês/MPor

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, começaram a debater na segunda-feira, dia 25, a criação e execução de um plano nacional de segurança para os portos e os aeroportos brasileiros.

De acordo com os ministros, cada pasta terá dois integrantes para construir o esboço do plano de segurança que deverá ser apresentado no próximo dia 5 de outubro.

O intuito do projeto é intensificar o combate ao tráfico de drogas e inibir outras práticas ilícitas. “Iniciamos o diálogo para que de maneira coletiva com a Polícia Federal e outros agentes institucionais possamos construir um novo plano para combater o tráfico de drogas e também o tráfico de armas que está aumentando a criminalidade”, disse o ministro Silvio Costa Filho.

O ministro Flávio Dino acredita que a violência nas cidades brasileiras está ligada ao que se passa nos portos e aeroportos do país. “Vamos focar na expansão dessa ação conjunta envolvendo Marinha, Receita Federal e todas as demais agências. Em breve vamos fazer o anúncio dos passos concretos que vamos dar em relação aos portos e aeroportos brasileiros”, afirmou Dino.

Outro ponto debatido no encontro entre Silvio Costa Filho e Flávio Dino foi o uso de fundos de segurança para a implantação de VTMS nos portos que ainda não contam com a tecnologia.

VTMS é um sistema de auxílio eletrônico à navegação que promove a monitoração ativa do tráfego aquaviário.

Segundo o Ministério de Portos e Aeroportos, apenas dois portos no país têm sistemas de VTMS e VTS em funcionamento, credenciados pela Marinha: o Porto de Vitória (ES) e o Porto do Açu (RJ).

“Além da área portuária, o sistema traz vantagens para todo o entorno, já que funciona 24 horas por dia, todos os dias do ano, e proporciona a troca de informações com as autoridades públicas como

Polícia Federal, Receita Federal, Polícia Militar, as guardas municipais e outros órgãos de segurança”, informou Silvio Costa Filho.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 26/09/2023

NACIONAL - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES GARANTE USO DE CNH POR BRASILEIROS RESIDENTES EM PORTUGAL

Renan Filho assinou um acordo bilateral validando a habilitação nacional para dirigir no país europeu

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



O ministro dos Transportes do Brasil, Renan Filho, assinou o acordo bilateral ao lado do ministro das Infraestruturas de Portugal, João Galamba, na última semana, no país europeu
Crédito: Luiz Siqueira/MT

O ministro dos Transportes, Renan Filho, assinou, na última semana, um acordo bilateral com o governo de Portugal para que brasileiros que residem no país europeu possam dirigir com a Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

“Essa medida traz segurança no trânsito e facilita a circulação de brasileiros e portugueses pelos dois países. É um acordo muito importante para o Brasil e para Portugal que finalmente conseguimos assinar, graças à retomada das relações com todo o mundo pelo presidente Lula”, explicou o ministro.

Renan Filho, o embaixador brasileiro Raimundo Carreiro e o ministro das Infraestruturas português, João Galamba, estiveram juntos em Portugal no ato da assinatura.

Através da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), o Brasil ficará responsável pela execução do acordo e, em Portugal, o órgão responsável será o Instituto da Mobilidade e dos Transportes.

Para que a medida possa valer, o documento de habilitação deve ser emitido no Brasil ou em Portugal de forma física ou digital, ter menos de 15 anos de emissão e a mudança será válida para condutores com até 60 anos.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 26/09/2023

REGIÃO SUL - CONCESSIONÁRIA ANUNCIA OBRAS DE AMPLIAÇÃO NO AEROPORTO DE JOINVILLE

Expectativa é de que a capacidade do terminal catarinense salte de 1 milhão de passageiros ao ano para 6 milhões

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



Com a conclusão das obras, o aeroporto receberá 2,2 mil m² de ampliação e mais de 2,3 mil m² com as reformas programadas, num investimento estimado em R\$ 85 milhões
Crédito: Eduardo Valente/Governo de SC

A CCR Aeroportos, concessionária do Aeroporto Lauro Carneiro Loyola, em Joinville (SC), anunciou um pacote de obras para ampliação e melhorias do terminal. De acordo com a empresa, o investimento estimado é de R\$ 85 milhões.

As melhorias incluem reforma e ampliação do terminal de passageiros, novo pátio de aeronaves, entre outras intervenções. Com a ampliação, segundo dados da concessionária, a expectativa é que a capacidade do terminal salte de 1 milhão de passageiros ao ano para 6 milhões.

A solenidade realizada na última sexta-feira (22) contou com a participação do governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL), o prefeito de Joinville, Adriano Silva (Novo), além de deputados da região e secretários estaduais, bem como os executivos da concessionária.

“Joinville tem se destacado entre os 14 aeroportos com voos comerciais sob nossa administração. O crescimento que testemunhamos aqui é notável. No primeiro semestre deste ano, o número de passageiros e voos praticamente dobrou. Isso é um reflexo do compromisso da nossa equipe e da confiança que os passageiros têm em nosso serviço. Com as obras que daremos início no aeroporto, temos a certeza de que vamos atrair mais rotas, mais negócios e contribuir para a integração do norte de Santa Catarina com o resto do país”, afirmou o CEO da CCR Aeroportos, Fabio Russo.

As obras da denominada Fase 1-B do Aeroporto de Joinville incluem as seguintes intervenções: adequação de RESAs (áreas de escape); descomissionamento da taxiway paralela; reforma e ampliação do terminal de passageiros com relocação dos Mamuth's (sistema ELO); novo pátio de aeronaves com 4 posições C e nova taxiway.

Com a conclusão das obras, o aeroporto receberá 2,2 mil m² de ampliação e mais de 2,3 mil m² com as reformas programadas.

“O Estado tem se aproximado da sociedade, das empresas que gerem os aeroportos privados. E seja público ou privado, nós temos que dar suporte a todos. Joinville merece o investimento que está sendo feito e que deixará o aeroporto da forma que a cidade e região merecem” afirmou o secretário de Portos, Aeroportos e Ferrovias, Beto Martins.

O projeto de ampliação do aeroporto trará contribuições para a economia local, pois, de acordo com o Governo do Estado, serão gerados cerca de 180 empregos diretos durante o período das obras. Segundo a concessionária, a previsão é que os serviços sejam concluídos até o final de 2024.

“Essas melhorias são vitais para impulsionar o desenvolvimento e a conectividade na região. A parceria com a CCR Aeroportos demonstra o compromisso conjunto em proporcionar uma experiência de viagem mais eficiente e segura para nossos cidadãos e visitantes. Em breve, todos vamos colher os resultados positivos que essas obras trarão para nossa comunidade e economia”, comentou o governador.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 26/09/2023

REGIÃO SUL - PORTO DE ITAPOÁ ENTRA EM ROTA QUE CONECTA AMÉRICA À EUROPA

Linha de serviço denominada LUX inclui importantes portos europeus, como Roterdã, Hamburgo e Antuérpia

Por **CÁSSIO LYRA** cassio@portalbenews.com.br



Na quinta-feira, dia 28, aporta o primeiro navio da rota de serviço LUX, o Lady Jane, que tem 294 metros de comprimento e capacidade para mais de 5 mil contêineres de 20 pés Crédito: Johnny Verhulst/MarineTraffic.com

O Porto de Itapoá, em Santa Catarina, passará a contar com uma nova linha de serviço, denominada LUX, inaugurada em julho deste ano pela ONE (Ocean Network Express). A nova linha vai conectar a Europa e o Mediterrâneo à costa leste da América do Sul e contará com escalas semanais.

Importantes portos europeus fazem parte da rota, como Roterdã, na Holanda; Hamburgo, na Alemanha; Antuérpia, na Bélgica; entre outros. No Brasil, além do complexo de Itapoá, a linha passa também pelos portos de Paranaguá (PR), Santos (SP) e Rio de Janeiro.

Para o diretor de Operações, Tecnologia e Meio Ambiente do Porto Itapoá, Sergni Pessoa Rosa Jr., o LUX é uma opção interessante tanto para importadores como para exportadores.

“A linha atende alguns dos portos mais importantes da Europa, um mercado muito interessante. O LUX é também o único serviço no mercado que faz uma escala direta de Lisboa à costa leste da América do Sul. É importante lembrar, ainda, que o serviço também faz escalas em Buenos Aires, na Argentina, e em Montevidéu, no Uruguai”, afirmou o executivo.

A rota do serviço LUX se dará da seguinte forma: Roterdã (Holanda) – London Gateway (Reino Unido) – Hamburgo (Alemanha) – Antuérpia (Bélgica) – Lisboa (Portugal) – Algeciras (Espanha) – Santos – Paranaguá – Montevidéu (Uruguai) – Buenos Aires (Argentina) – Itapoá – Paranaguá – Santos – Rio de Janeiro – Algeciras – Roterdã.

Primeiro navio

O primeiro navio a aportar em Itapoá será o Lady Jane, nesta quinta-feira, dia 28. Com 294 metros de comprimento, a embarcação tem capacidade para mais de 5 mil contêineres de 20 pés e navega com a bandeira das Ilhas Marshall.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 26/09/2023

REGIÃO SUL - NAVIO COM VELAS METÁLICAS INICIA EMBARQUE DE FARELO DE SOJA EM PARANAGUÁ

Operação no Pyxis Ocean deverá prosseguir até hoje no Corredor de Exportação Leste do porto

Por **CÁSSIO LYRA** cassio@portalbenews.com.br



O graneleiro Pyxis Ocean é considerado o primeiro navio “verde” do mercado, pois utiliza velas metálicas que ajudam a economizar combustível e reduzir a emissão de poluentes
Crédito: Claudio Neves/Portos do Paraná

O navio Pyxis Ocean, que atracou no Porto de Paranaguá no último domingo (24), iniciou o seu embarque de 63 mil toneladas de farelo de soja. O graneleiro é considerado o primeiro navio “verde” do mercado, pois utiliza velas metálicas que ajudam a economizar combustível e reduzir a emissão de poluentes, e faz sua estreia na costa brasileira com

essa adaptação. Segundo a Portos do Paraná, a operação de embarque deverá seguir até esta terça-feira (26).

A embarcação será carregada com 63 mil toneladas de farelo de soja. A operação teve início no Corredor Leste de Exportação do Porto de Paranaguá. Após a conclusão da movimentação, o navio deixa o Brasil com destino à Polônia.

“Já recebemos o Pyxis Ocean em outras ocasiões, mas sem as velas metálicas. Atualmente, nenhuma outra embarcação tem esse mecanismo, que economiza toneladas de combustível em uma viagem de 40 dias. A movimentação da carga foi dividida em cinco terminais e, após o carregamento, seguirá para o porto em Gdynia, na Polônia”, comentou Gabriel Vieira, Diretor de Operações da Portos do Paraná.

Características

O Pyxis Ocean se destaca por utilizar velas metálicas, que ajudam o sistema de propulsão do navio e, com isso, reduzem o consumo de combustível e, conseqüentemente, as emissões de poluentes, em até 30%.

A tecnologia, denominada BAR Tech WindWings, foi desenvolvida pela BRA Technologies, em parceria com Yara Marine Technologies, com apoio da União Europeia.

O cargueiro é fretado pela Cargill, uma das gigantes do comércio de commodities agrícolas no mundo.

A Autoridade Portuária informou que é signatária do Pacto Global da ONU (Organização das Nações Unidas), e tem se destacado para atrair embarcações que estejam alinhadas na busca pela redução de emissão de gases do efeito estufa.

Corredor Leste

Nos primeiros oito meses de 2023, o Corredor de Exportação Leste de Paranaguá movimentou 15,3 milhões de toneladas de grãos (soja e milho) e farelo de soja. Esta movimentação representa um crescimento de 17,5% se comparado ao mesmo período de 2022.

No mesmo período, o Corredor Leste embarcou 9,2 milhões de toneladas de grãos de soja, quase 26% a mais em relação ao ano de 2022. O farelo de soja também obteve crescimento de 5% e o milho 8,5%.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 26/09/2023

REGIÃO SUL - PORTOS PARANAENSES TÊM AUMENTO DE 6% NA MOVIMENTAÇÃO DE 2023

Mesmo com registro de dias de chuva, complexos de Paranaguá e Antonina tiveram bons números em agosto

Por CASSIO LYRA cassio@portalbenews.com.br



Um dos grandes destaques dos portos paranaenses no sentido exportação foi o açúcar a granel, com crescimento de 26% (de 2.279.870 toneladas para 2.864.221 toneladas) Crédito: Claudio Neves/Portos do Paraná

A Portos do Paraná, Autoridade Portuária gestora dos portos de Paranaguá e Antonina, informou que os complexos fecharam o mês de agosto com um aumento de 6% na movimentação do acumulado do ano em comparação com o mesmo período do ano passado. Entre embarques e desembarques, os portos

movimentaram 42.103.413 toneladas, enquanto que em 2022 o número foi de 39.856.514 toneladas. O aumento é considerado expressivo, segundo a Autoridade Portuária, em razão de que em 2023 ocorreram quatro dias a mais de chuva, que prejudicam operações de alguns tipos de cargas.

Entre os destaques no sentido exportação, está a soja, com aumento de 25% (de 8.152.332 toneladas para 10.172.737 toneladas), e açúcar a granel, com crescimento de 26% (de 2.279.870 toneladas para 2.864.221 toneladas). Nos dois sentidos, o destaque ficou com grãos líquidos, com evolução de 14% (de 5.485.827 toneladas para 6.279.678 toneladas).

Especificamente no mês de agosto, o aumento foi ainda maior, de 14%, diferença entre as 6.042.717 toneladas de 2023 e as 5.279.757 toneladas do mesmo mês de 2022. Os destaques no sentido exportação foram soja (de 852.768 toneladas para 1.694.016 toneladas, aumento de 99%), e carga geral (de 20.332 toneladas para 189.687 toneladas, aumento de 833%).

De acordo com o diretor de Operações Portuárias da Portos do Paraná, Gabriel Vieira, a demanda aquecida no primeiro semestre está se mantendo também na segunda parte do ano.

“No mês de agosto, apesar do alto volume de chuvas, tivemos uma produtividade no Corredor Leste muito positiva e alcançamos 2,3 milhões de toneladas movimentadas entre soja, farelo e milho. O segmento de líquidos também vem sendo bem movimentado pelo porto e não podemos deixar de lado o segmento de fertilizantes, que teve uma retomada comparado com agosto do ano passado”, analisou o diretor.

De acordo com os dados da diretoria, foram quase 6% (quase quatro dias) a mais de chuvas comparado ao mesmo período do ano passado, mas que acabou sendo compensado com os ganhos de produtividade.

“Tivemos um aumento de nosso calado operacional, um incremento na nossa infraestrutura marítima que possibilitou carregar mais com redução dos tempos improdutivos nas manobras de navios, giros e temos hoje dois corredores de exportação, Leste e Oeste muito eficientes”, destacou Vieira.

Segundo a Autoridade Portuária, também contribuíram para os números positivos em 2023 o crescimento na movimentação do farelo de soja (de 3.987.45 toneladas para 4.332.671 toneladas, aumento de 9%) e o milho (de 2.666.30 toneladas para 2.901.514 toneladas, crescimento também de 9%).

“Seguindo o ritmo em que estamos produzindo até o momento, a expectativa é de crescimento entre 5% e 6% comparado ao ano passado. Esperamos movimentar entre 61 e 62 milhões de toneladas, analisando nosso ritmo e também o line up de navios até o final do ano”, finalizou o diretor.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/09/2023

REGIÃO SUDESTE - BNDES APROVA FINANCIAMENTO DE R\$ 10 BI PARA TRANSPORTE EM SP

Projetos preveem implantação de linha férrea São Paulo-Campinas e aquisição de trens para o metrô



O projeto de implantação do Trem Intercidades Eixo Norte (TIC Eixo Norte), que visa ligar São Paulo a Campinas, foi incluído no PAC e tem orçamento estimado em R\$ 6,4 bilhões Crédito: Divulgação/Governo de São Paulo

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou a aprovação do financiamento de R\$ 10 bilhões para dois projetos de infraestrutura no Estado de São Paulo como parte do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A assinatura do contrato com o Governo do Estado está programada para ocorrer na presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, após ele se recuperar de uma cirurgia no quadril planejada para os próximos dias.

Um dos projetos aprovados, no valor de R\$ 6,4 bilhões, se destina a aportes públicos no projeto de implantação do Trem Intercidades Eixo Norte (TIC Eixo Norte), que visa ligar São Paulo a Campinas. Os outros R\$ 3,6 bilhões são destinados à aquisição de 44 trens (composições) como parte do projeto de extensão da Linha 2 (Verde) do metrô de São Paulo.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, destacou a importância dessas obras do Novo PAC, enfatizando que são prioritárias para o banco. Ele mencionou que todas as consultas estão sendo

tratadas de forma republicana, visando retomar os investimentos, gerando emprego e renda em parceria com o setor privado.

O projeto TIC Eixo Norte consiste em uma Parceria Público-Privada (PPP) para implantação e operação de um trem de média velocidade que ligará São Paulo a Campinas. O projeto inclui serviços expressos entre as duas cidades, serviços paradores entre Francisco Morato e Jundiaí e serviços paradores metropolitanos ligando São Paulo a Francisco Morato. O leilão para o projeto está previsto para 28 de novembro, com um investimento estimado de R\$ 12,5 bilhões.

A extensão da Linha 2 do Metrô de São Paulo adicionará 8,2 km de trilhos e oito novas estações até a estação Penha, onde haverá integrações com a Linha 3 (Vermelha) e a Linha 11 (Coral). Para atender a essa expansão, será necessário adquirir 44 novos trens, que serão produzidos pela indústria nacional.

Esses projetos representam um importante passo em direção à melhoria do sistema de transporte público em São Paulo e ao desenvolvimento da infraestrutura de transporte na região, contribuindo para a mobilidade urbana e o crescimento econômico. A aprovação do financiamento do BNDES é um marco significativo nesse processo de investimento em infraestrutura.

Os principais projetos paulistas do PAC ainda incluem a construção do túnel submerso ligando as duas margens do Porto de Santos, no litoral do Estado. O empreendimento, orçado em R\$ 6 bilhões, ainda está em fase de estudos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 26/09/2023

NACIONAL - A INOVAÇÃO AVANÇA ENQUANTO ESTAMOS POR AQUI

tecnologia & inovação

ANGELINO
CAPUTO



A coluna Tecnologia & Inovação é uma contribuição do Conselho Brasil Tech Export, presidido pelo diretor-executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), Angelino Caputo

Quando o assunto é inovação, todos nós somos surpreendidos de vez em quando, naqueles momentos em que ocorre algo surpreendente, que acaba mudando as nossas vidas. Computadores, smartphones e, mais recentemente, soluções com inteligência artificial estão nessa categoria.

Mas o processo de inovação é muito mais frenético do que podemos imaginar. A todo momento e em todos os lugares, tem alguém pensando ou tentando fazer alguma coisa diferente. Isso varia desde pequenos projetos caseiros, até coisas que exigem elevados montantes de recursos.

Do lado de cá, podemos tirar alguma vantagem disso se soubermos o que está vindo e, de alguma forma, nos anteciparmos na adoção, principalmente se isso representar alguma vantagem competitiva na nossa área de atuação. É claro que existe um risco nisso, pois os considerados “Early Adopters” pagam mais caro, já que todas as novidades ficam mais baratas quando ganham escala, e às vezes perdem o investimento, pois aquela inovação pode não virar padrão de mercado.

Recentemente fiz uma pesquisa na mídia que cobre inovação e identifiquei algumas tendências. Sempre que faço isso, fico pensando: será que isso tem utilidade aqui no setor logístico/portuário? Dessa forma, compartilho agora algumas dessas tendências e convido vocês a fazerem a mesma pergunta.

Inteligência Artificial – Não tem jeito. Essa é a bola da vez. Ela está vindo forte em vários setores da sociedade e muita coisa vai ser usada aqui no nosso setor. Isso inclui “coisas autônomas”, como veículos, navios, robôs etc. Também inclui sistemas mais inteligentes, com capacidade de tomar decisões, bem como a geração de conteúdo, como artigos, petições judiciais, projetos técnicos, músicas, poesia, como já nos surpreendeu o ChatGPT, que se popularizou apenas no ano passado.



Sistemas cyber-físicos – Aí vem a implantação de chips em seres humanos, tanto para corrigir alguma limitação, como para potencializar algumas características humanas. O tio Elon (Elon Musk) tem uma empresa só para desenvolver isso, chamada Neuralink, que já está recrutando voluntários tetraplégicos para implantar chips no cérebro que transmitem impulsos, substituindo a medula lesionada. Mas tem um monte de gente desenvolvendo coisas para se implantar no olho, nos músculos etc. Será que isso ajudará na movimentação portuária ou na inspeção de cargas?

Robôs inteligentes inspirados em animais – Os cachorros robóticos, como os da Boston Dynamics, já são até produtos de mercado. No Hackathon da Abtra do ano passado, lá no Concais, tínhamos até um similar, fazendo suas peripécias. Agora o Instituto de Pesquisa ETH Zurich, da Suíça, está desenvolvendo uma geração de robôs inspirados em aranhas e lagartixas que sobem paredes e andam pelo teto. Será que um desses, equipado com câmeras e sensores, poderá futuramente andar pelos porões dos navios?

Comoditização dos serviços espaciais – Pessoal, está relativamente barato lançar um cubesat, um microsatélite de dois ou três quilogramas que fica em órbita baixa e transmite uma série de informações, dependendo do seu criador. De vez em quando, o tio Elon lança um Falcon 9 carregando quase 100 desses e despeja tudo em nossa órbita, em missões conhecidas como Ride Sharing. Basta agendar lá com ele e ratear o custo do seu lançamento com os donos dos outros satélites. A Rocket Lab também faz isso, lançando os satélites lá da Nova Zelândia. Bora desenvolver um satélite para ajudar no VTMIS? O problema aqui é o lixo espacial e já aconteceram algumas colisões importantes lá em cima.

Baterias – Aí a corrida tá louca mesmo. Há quem diga que os carros elétricos, no futuro, vão poluir muito mais, pelo descarte das baterias de íons de lítio. Somem-se a isso as condições degradantes da mineração do lítio, nunca mostradas. Mas aí vem os malucos com as baterias de íons de sódio, produzidas a partir do sal extraído da água do mar e sem poluir o ambiente no seu descarte. Enquanto isso não vem, ficam as críticas quanto ao tempo de recarga das baterias, mas a CATL lança já neste ano as baterias LFT – Fosfato de Ferro e Lítio, que carregam uma autonomia de 400 km para os carros elétricos em apenas 10 minutos.

Exploração do polo sul da Lua – USA, China, Rússia e Índia estão correndo para lá, porque tem gelo e água. A nave russa Luna 2, que seria a primeira, se espatifou na “alunissagem”. Assim, a Chandrayann-3 da Índia se deu bem e tá com o maior protagonismo explorando aquela região. Mas, na verdade, as potências estão de olho mesmo é no Hélio-3, um isótopo do Hélio extremamente raro na Terra e abundante na Lua. Esse componente é o promissor combustível dos geradores de fusão nuclear, que, diferente dos atuais reatores de fissão, não apresentam riscos radioativos. A estimativa é que apenas 25 toneladas de He-3 podem suprir energia para 300 milhões de habitantes por 1 ano. Essa quantidade é perfeitamente transportável no compartimento de carga de uma Starship, também do tio Elon, cujo segundo protótipo deve voar ainda em outubro deste ano. Aí, sim, teremos a transição energética definitiva! Se cuida aí hidrogênio verde, azul, amônia, etanol, metanol, biodiesel e cia Ltda.

Parques eólicos com impressão 3D – Aí os caras da Orbital Composites, uma startup americana, estão tirando serviços dos navios e dos terminais portuários que movimentam as pás eólicas, já que vão imprimir essas peças diretamente no local de instalação dos parques. Será que vai dar certo isso?

Outras inovações – Não coube aqui nesse artigo, mas temos ainda o super aço desenvolvido pela WEG e pela CSN a partir do grafeno, estudos de supercondutores à temperatura ambiente que estão ocorrendo na Coreia – e que podem resultar em trens baratos com levitação magnética -, a transformação de resíduos plásticos em sabão, um monte de tecnologias para alavancagem da computação quântica, inclusive uma da Universidade do Missouri com um meta-material da quarta dimensão.

Resumindo, vem coisa boa por aí. Enquanto você lê esse artigo, os caras da inovação estão lá se mexendo.

A coluna tecnologia & inovação é uma contribuição do Conselho Brasil Tech Export, presidido pelo diretor-executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), Angelino Caputo.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 26/09/2023

OPINIÃO – ARTIGOS - SECA DE IDEIAS E IDEAIS



AUGUSTO CESAR BARRETO ROCHA

Doutor em Engenharia de Transportes, professor associado da Universidade Federal do Amazonas e diretor adjunto da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
opinioao@portalbenews.com.br



A seca do Rio Amazonas é recorrente. As restrições de calado em determinadas regiões eram previsíveis. Entretanto, adoramos uma crise e queremos dar um ar de emergência para o imobilismo secular, como se fosse um problema de hoje a carência de infraestrutura de transportes para a Amazônia e o Amazonas.

Já são conhecidas as restrições em nossos rios. Não podemos nos colocar como “surpresos” em relação aos problemas do rio, pois, de fato, não temos hidrovias, mas rios gigantes e sazonalidade no regime de cheia e seca.

O que parece ser a maior carência é a de ideais perenes pelo aumento da infraestrutura na Amazônia. É secular o problema de falta de investimentos, mas chega uma seca e corremos para ficar em crise. Voltam as cheias, esquecemos daquela crise e deliberamos por outra, durante o alagamento em algumas cidades. Os problemas são repetitivos e a ausência de investimentos e ações corretivas também é.

É desoladora a ausência da regulação e de medidas perenes para a solução do problema de infraestrutura de transportes na Amazônia. Não temos problema com o El Niño ou La Niña. Temos um problema de falta de ação para a transformação de nossos rios em hidrovias, com as soluções da Engenharia do século XXI. As restrições poderão ser maiores ou menores, mas os problemas de navegabilidade são antigos.

O problema de falta de rodovia também é antigo. O que não muda é a condição de ignorância e a falta de ações sobre as possíveis soluções mais perenes e, principalmente, a falta de alocação de recursos para as deficiências. Faltam ações no sentido de transformar nossos rios em hidrovias e nossos espaços com rodovias que respeitem o meio ambiente da floresta.

Não é mais possível seguir com os paradigmas dos anos 1970, estando em 2023. Tratamos os problemas do século XXI com a Engenharia do século XX. Enquanto não modernizarmos as ações



de correção, seguiremos apagando incêndios na floresta e imobilizados em relação ao aquecimento global e as secas ou cheias.

Precisamos de um ideal sustentável que construa infraestruturas e proteja o meio ambiente. Fora disso, os custos serão carregados para a sociedade, seja nos clientes dos produtos da região, seja nos custos das empresas, reduzindo as suas competitividades, seja junto ao planeta, agravando o aquecimento global pelo imobilismo que leva à destruição.

NÃO TEMOS PROBLEMA COM O EL NIÑO OU LA NIÑA. TEMOS UM PROBLEMA DE FALTA DE AÇÃO PARA A TRANSFORMAÇÃO DE NOSSOS RIOS EM HIDROVIAS, COM AS SOLUÇÕES DA ENGENHARIA DO SÉCULO XXI. AS RESTRIÇÕES PODERÃO SER MAIORES OU MENORES, MAS OS PROBLEMAS DE NAVEGABILIDADE SÃO ANTIGOS.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 26/09/2023



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

ESPECIALISTAS DISCUTEM PLANEJAMENTO ESPACIAL MARINHO BRASILEIRO

Informações: Agência Marinha de Notícias (27 de setembro de 2023)

Marinha do Brasil, Ministérios e BNDES discutem mapeamento do potencial ambiental, social e econômico da Amazônia Azul

O mapeamento da costa marítima do Brasil, que definirá áreas específicas para atividades ambientais, sociais e econômicas da Amazônia Azul, é tema de seminário realizado na sede do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em Brasília (DF). Promovido pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), da Marinha do Brasil (MB), o evento teve início hoje e vai até quarta-feira (27).

Neste primeiro dia de discussões, o seminário contou com a participação da Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva; do Subchefe de Assuntos Marítimos do Estado-Maior da Armada, Contra-Almirante Carlos Henrique de Lima Zampieri; do Presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, além de outros representantes de Ministérios e instituições que participam da agenda oceânica, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Muitos países já realizam o Planejamento Espacial Marinho (PEM), e dividem o espaço marinho em áreas de petróleo e gás, energias renováveis offshore, transporte marítimo, pesca e aquicultura, além de unidades de conservação. O PEM é considerado o grande “motor propulsor” da Economia Azul de um país, na medida em que provê, simultaneamente, a segurança jurídica, indispensável aos investidores; a geração de empregos e de divisas para o Estado costeiro, mediante o estímulo de atividades sustentáveis no mar; contribui para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU; salvaguarda os necessários serviços ecossistêmicos; e contribui para a mitigação de conflitos no ambiente marinho.

A implantação do PEM brasileiro, que deve ser concluído até 2030, é um compromisso assumido pelo Estado brasileiro em 2017, durante a Conferência dos Oceanos da Organização das Nações Unidas.

Assista ao vídeo e saiba mais sobre o Planejamento Espacial Marinho

O espaço brasileiro no mar é denominado Amazônia Azul e possui cerca de 5,7 milhões de km². A nomenclatura foi dada pela MB pela semelhança à Floresta Amazônica (“Amazônia Verde”), em

termos de dimensões, abundância de recursos naturais e importância ambiental, científica, econômica e estratégica.

Durante a abertura do evento, a Ministra Marina Silva destacou que pensar os recursos marinhos deve ser motivo de alegria e, ao mesmo tempo, de preocupação. “O oceano é grande provedor de serviços ecossistêmicos, de inúmeros benefícios sociais, culturais, éticos e, ao mesmo tempo, econômicos. É realmente uma Amazônia Azul. Com todo esse esforço que fizemos, estaremos não só preservando, mas dando uso correto para essas imensas riquezas naturais. Com o PEM, vamos ter uma espécie de Zoneamento Ecológico-Econômico dos oceanos, dos nossos recursos marinhos. Logo, esse planejamento é estratégico. Ele também pode nos ajudar no enfrentamento da desigualdade no nosso País”, afirmou.

O Subchefe de Assuntos Marítimos do Estado-Maior da Armada, Contra-Almirante Carlos Henrique de Lima Zampieri, afirmou que as discussões sobre o PEM brasileiro tiveram início em 2005, com o estabelecimento de um Comitê Executivo em 2020. “A região Sul está com a formalização praticamente pronta. E, logo depois, teremos outros desafios. Então, por estarmos aqui, poderemos acomodar, da melhor forma possível, todos os interesses de prosperidade da nação, aliados à sustentabilidade. Esse planejamento deve ser feito de forma ordenada. Nós dependemos do mar e essa é a razão pela qual nós aqui estamos. Tenham certeza de que cerca de 98% de tudo que temos aqui, roupas que trajamos, microfones, passou pelo porão de um navio, ou seja, não escapamos do mar. Então, que tenhamos a Amazônia Azul muito bem esquadrihada”, pontuou o Almirante.

Para a Secretária Nacional de Mudança do Clima, do MMA, Ana Toni, é necessário celeridade e ordenamento nas ações. “O oceano é o maior regulador de mudanças climáticas do planeta. Se os nossos oceanos não estão bem, o clima não está bem. Estamos vendo o que está acontecendo agora com o El Niño que, combinado com as mudanças do clima e aquecimento global, tem causado um estrago imenso. E, infelizmente, esse aquecimento está acontecendo de maneira muito rápida, já adiantando 20 anos das consequências da mudança do clima que esperávamos. Então, não temos tempo para esperar, e, nesse sentido, precisamos fazer este ordenamento marinho, a fim de trabalharmos o turismo, a conservação, transporte, óleo e gás, eólicas, preservação. Não podemos fazer isso de maneira desordenada”, declarou.

O Presidente do Ibama, Rodrigo Augustino afirmou que o instituto voltou a fiscalizar com maior intensidade as questões ligadas ao mar, e que, todos os dias, se deparam com situações que poderiam ser diferentes, se já houvesse um planejamento. “Para nós, é importantíssima essa ferramenta para a gente conseguir ganhar escala, porque se ficarmos na velocidade das nossas estruturas, não conseguiremos dar as respostas que o País espera. Então, é urgente estabelecer um planejamento em larga escala, para que possamos incentivar o turismo, e ter uma exploração adequada dos recursos pesqueiros, e trabalhar com conservação”, destacou.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 27/09/2023*

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS PROMOVEU A PRIMEIRA REUNIÃO COM OS SIGNATÁRIOS DO MANIFESTO ESG DO PORTO DE SANTOS

Informações: Autoridade Portuária de Santos (27 de setembro de 2023)



Foto: APS

A Autoridade Portuária de Santos promoveu, nesta quarta-feira (27/9), a primeira reunião com os signatários do Manifesto ESG do Porto de Santos.

Durante o encontro houve a adesão do Terminal Exportador de Santos (TES), Terminal Exportador do Guarujá (TEG) e Terminal de Exportação de Açúcar do Guarujá (TEAG), que são do mesmo grupo. Agora são 23 os signatários do manifesto, entre empresas, associações e prefeituras.



A diretora de Administração e Finanças da APS, Bernadete Bacellar do Carmo Mercier, representou a Autoridade Portuária na adesão dos terminais ao manifesto.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 27/09/2023

DIÁLOGO CONSTRUTIVO: FRENLOGI E MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA DISCUTEM FUTURO ENERGÉTICO DO BRASIL

Informações: FRENLOGI (27 de setembro de 2023)

O Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Vice-Presidente da Câmara Temática de Energia, Petróleo e Gás da Frenlogi, marcou presença nesta manhã (27) no Ministério de Minas e Energia para dialogar com o Secretário Executivo Efraim Pereira da Cruz sobre os desafios e oportunidades relacionados à matriz energética no Brasil e às fontes de energia renováveis.

Na ocasião, estiveram presentes também o Diretor de Relações Institucionais da Frenlogi, Edinho Bez, e a Deputada Marinha Raupp.

Castro aproveitou o encontro para reforçar o convite a todos os setores da sociedade para participarem do Seminário da Câmara Temática de Energia, Petróleo e Gás da Frenlogi, que acontecerá amanhã no Senado Federal, Plenário 19, às 8h presencialmente, com transmissão ao vivo pelo canal do youtube da Frenlogi.

Seminário Frenlogi, Câmara Temática de Energia, Petróleo e Gás.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 27/09/2023

EM MATO GROSSO, MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES AUTORIZA PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIA FUNDAMENTAL PARA O AGRONEGÓCIO DO CENTRO-OESTE

Informações: Ministério dos Transportes (27 de setembro de 2023)

"Vamos garantir essa obra da BR-158/MT, que vai facilitar o desenvolvimento do Mato Grosso, integrar o estado com o Pará e dar mais agilidade ao escoamento da produção", disse o ministro Renan Filho

Importante para a agricultura mato-grossense, a BR-158/MT terá seu último trecho pavimentado pelo Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, facilitando o escoamento da produção pelo Arco Norte e possibilitando a interligação com ferrovias brasileiras. Ordem de serviço assinada nesta terça-feira (26) garantiu os recursos para as obras entre os quilômetros 201,2 e 213,3, no município de Canabrava do Norte, com investimento inicial da ordem de R\$ 40 milhões.

A região nordeste de Mato Grosso é considerada a nova fronteira agrícola do estado, especialmente em produtos como milho e soja. Com a pavimentação da BR-158/MT e a construção do contorno à aldeia, será possível integrar futuramente a rodovia à Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), que ligará Mara Rosa (GO) a Vilhena (RO), facilitando todo o escoamento da produção do Centro-Oeste brasileiro pelos portos do Arco Norte.

A pavimentação faz parte de um projeto maior, no qual Ministério dos Transportes, por meio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), vai executar a construção de uma rodovia contornando da área reconhecida como Terra Indígena Marãiwatsédé, pertencente à etnia Xavante. O novo contorno prevê a pavimentação de 195,42 quilômetros divididos em dois lotes, em um orçamento global na casa dos R\$ 670 milhões.

"É uma obra esperada há muito tempo. Nós fizemos um entendimento com as comunidades indígenas da região e vamos garantir essa obra que vai facilitar o desenvolvimento de Mato Grosso, integrar o estado com o Pará e dar mais agilidade no escoamento da produção", afirmou o ministro dos Transportes, Renan Filho, que assinou a ordem de serviço na cidade de Porto Alegre do Norte (MT).



“Sem sombra de dúvida, a obra mais desejada de Mato Grosso é a da BR-158, que se faz através do diálogo. O diálogo com vereadores, prefeitos, com todas as lideranças e que todo mundo quis, por isso saiu”, acrescentou o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Faváro.

Novo PAC

A pavimentação e a construção do contorno da BR-158/MT estão entre os projetos de transportes em Mato Grosso inseridos no Novo PAC, anunciado em agosto pelo Governo Federal. No total, serão 18,8 bilhões investidos como prioridade para o estado, sendo R\$ 10,2 bilhões para ferrovias e R\$ 8,6 bilhões para rodovias.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 27/09/2023

MAPA PARTICIPA DE ENCONTRO EMPRESARIAL NA EMBAIXADA BRASILEIRA EM LIMA PARA DEBATER AS OPORTUNIDADES COMERCIAIS ENTRE OS PAÍSES

Informações: Ministério da Agricultura e Pecuária (27 de setembro de 2023)

Encontro reuniu mais de 200 empresários do setor produtivo dos dois países

Buscando fortalecer as relações comerciais entre Brasil e o Peru e as oportunidades da rota interoceânica, foi realizado nesta terça-feira (26) um encontro com mais de 200 empresários dos setores produtivos do agronegócio dos dois países na Embaixada do Brasil em Lima. O evento contou com a presença do secretário-executivo do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), Irajá Lacerda.

O encontro, que antecedeu a abertura da Expoalimentaria, foi realizado pela Adidância Agrícola do Brasil, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) e teve como objetivo discutir as oportunidades e os desafios para o comércio de alimentos brasileiros no país andino.

Na oportunidade, foram debatidos temas sobre o fortalecimento da rota interoceânica, ampliação das relações comerciais entre os países, abertura de novos mercados para produtos brasileiros e importação de produtos peruanos, anúncio da primeira exportação de embriões de bovinos zebuínos para o Peru, entre outros.

Os empresários brasileiros que participaram da comitiva ao Peru são principalmente das regiões Norte e Centro-Oeste e atuam em diversos segmentos alimentícios: palmito de pupunha; chás; cafés; sopas; refrescos, arroz; doces; fécula de mandioca; bebidas; farofas; sal; molhos; pescados; mel; açai; castanhas; amido de milho; cereais, achocolatados; e feijão.

Também participaram do encontro empresarial o governador do Estado de Rondônia, Marcos Rocha; a vice-governadora do Acre, Mailza Assis; o senador Sérgio Petecão (PSD-AC); deputados federais pelo Acre e Rondônia; o presidente da ApexBrasil, Jorge Viana; o vice-presidente de Relações Internacionais da CNA, Gedeão Pereira; o embaixador do Brasil em Lima, Clemente de Lima Baena Soares; e a adidia agrícola do Brasil no Peru, ngela Pimenta Peres.

Expoalimentaria 2023

De 27 a 29 de novembro, acontece em Lima – capital gastronômica da região Andina – a ExpoAlimentaria 2023, uma das maiores feiras de alimentos da América Latina. O evento apresenta novidades de empresas peruanas e internacionais relacionadas aos empreendimentos e cooperativas da agricultura familiar e indústria alimentícia.

A feira contará com um Pavilhão Brasil, oportunidade em que 17 empresas rurais brasileiras terão seus produtos expostos para buscar identificar os hábitos de consumo no país vizinho e compradores internacionais. O evento reúne mais de 600 empresas de 18 países.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 27/09/2023

HADDAD DIZ QUE RELAÇÃO SÓLIDA ENTRE BRASIL E EUA PODE SERVIR DE MODELO PARA O MUNDO NA AGENDA SUSTENTÁVEL

Informações: Ministério da Fazenda (27 de setembro de 2023)

Ministro da Fazenda recebeu a delegação da “Green Tech Mission”, em São Paulo. O encontro abordou temas como descarbonização, energias renováveis e economia sustentável

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, recebeu nesta segunda-feira (25/9) a delegação da Green Tech Mission, promovida pelo Departamento de Estado dos EUA e pela US Chamber of Commerce, em São Paulo (SP). O objetivo do encontro, que contou com a presença de representantes dos governos brasileiro e norte-americano, bem como de empresários dos dois países, foi o de acentuar a cooperação entre Brasil e Estados Unidos em áreas de clima, além de discutir projetos como descarbonização, energias renováveis e economia sustentável.

O encontro é um primeiro desdobramento da agenda do ministro em Nova York na semana passada, dias 18 a 20 de setembro. A delegação que se encontrou com o ministro foi liderada pelo embaixador David Thorne, assessor sênior do enviado especial do presidente Joe Biden para o clima, John Kerry.

Durante o encontro, Haddad salientou a necessidade de buscar de maneira permanente uma abordagem integrada ao comércio com parte da estratégia de uma “agenda verde” em âmbito global. O ministro citou como exemplo valores que unem Brasil e Estados Unidos e os frutos que podem ser colhidos a partir disso.

Ao mencionar a liderança dos dois países, o ministro ainda destacou a importância das figuras-chave neste movimento. Na semana passada, o ministro da Fazenda esteve ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em uma série de reuniões nos Estados Unidos, inclusive com o presidente dos EUA, Joe Biden.

“Biden e Lula apreciam agendas edificantes e construtivas para um mundo melhor”, afirmou Haddad. “Estivemos nos EUA e ficamos impressionados com a convergência de interesse no tema ambiental,” completou o ministro.

Ferramentas financeiras

Durante sua fala, Haddad enfatizou a importância da criação de instrumentos financeiros novos para auxiliar no objetivo de uma transição ecológica eficaz. Ele citou como exemplo a emissão de títulos soberanos sustentáveis. O Ministério da Fazenda concluiu recentemente um roadshow internacional para apresentar esse novo instrumentos e captar recursos.

O governo brasileiro também aprimorou as regras do Fundo Clima, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e operado pelo BNDES, para criar novas linhas que auxiliem no financiamento, a taxas competitivas, de investimentos em inovação e sustentabilidade.

Haddad também falou sobre o projeto de lei, em tramitação no Congresso Nacional, que cria o mercado regulado de carbono no Brasil. A proposta levou em conta a minuta elaborada pelo grupo de trabalho coordenado pelo Ministério da Fazenda, com a participação de mais de dez ministérios, incluindo a Advocacia-Geral da União.

O ministro e os demais presentes realizaram as várias oportunidades de cooperação entre os países para investimentos relacionados à transformação ecológica, incluindo energia de baixo carbono, armazenamento de energia, agricultura sustentável e descarbonização de processos industriais.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 27/09/2023

ANTT E PRF UNEM FORÇAS PARA FORTALECER A SEGURANÇA VIÁRIA

Informações: ANTT (27 de setembro de 2023)

Instituições se reuniram hoje (26/9) para alinhar estratégias e trocar conhecimentos

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF) se reuniram nesta terça-feira, 26/9, para debater sobre questões cruciais relacionadas à segurança viária e coordenar ações estratégicas visando resolver desafios comuns entre as duas instituições.

Entre os assuntos abordados, a ANTT, solicitou a reabertura de um posto da PRF, na BR-163, na fronteira entre os estados do Mato Grosso e Pará. Essa medida, que já estava em processo na PRF, com previsão da retomada dos serviços até o final deste ano. Espera-se que ela amplie a fiscalização e atenda às demandas da região que, atualmente, enfrenta um alto volume de tráfego de caminhões.

Segundo o diretor-geral, Rafael Vitale, é importante as instituições manterem o diálogo frequente, pois as competências de ambas são complementares. “Estamos realizando o levantamento dos pontos críticos de acidentes em todo o Brasil e a partir de agora, precisamos trabalhar em conjunto, na resolução dos problemas, minimizando acidentes e salvando vidas”, explicou.

Vitale também ressaltou que a parceria entre os órgãos será de extrema importância no desafio que seguirá até o final do atual mandato, do Governo Federal. “Nossa meta é realizar 35 leilões, nos próximos três anos, sendo 3 ainda em 2023 e 10 previstos para 2024”.

O diretor-geral da PRF, Fernando Oliveira, confirmou que o intercâmbio de informações e cooperação entre as instituições pode trazer diversos benefícios para a população, como por exemplo, a prevenção de crimes como o transporte ilegal.

“Devemos atuar sempre juntos, focados na melhoria dos serviços prestados nas rodovias e na segurança dos usuários”, disse Oliveira, reafirmando seu compromisso de estar à disposição da Agência.

Os dois órgãos se comprometeram em colocar suas áreas estratégicas e de fiscalização em contato para trabalhar em conjunto na identificação de problemas e na implementação de soluções eficazes.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 26/09/2023*



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

POLÍTICA PARA HIDROGÊNIO DEVE INCENTIVAR DEMANDA, DEFENDE ABH2

Papel principal do hidrogênio no Brasil é reindustrialização, diz Marina Domingues, diretora da ABH2, em entrevista à epbr

Por Gabriel Chiappini 27 de setembro de 2023 Em Hidrogênio, Política energética, Transição energética

Para Marina Domingues, diretora de mercado e regulação da Associação Brasileira do Hidrogênio (ABH2), políticas públicas para o hidrogênio no Brasil devem incentivar a demanda, olhando para a reindustrialização do país.

Na avaliação dela, o Brasil já possui matriz energética limpa, e energia renovável barata, em comparação a países europeus e os Estados Unidos, por exemplo.

Isso possibilitaria que os subsídios e incentivos no caso brasileiro pudessem ser mais direcionados para o consumo, do que necessariamente para a produção do hidrogênio.



Tanque de armazenamento de hidrogênio em projeto de P&D Pecém H2V, da EDP, no Ceará (Foto: Divulgação EDP)

“Talvez no Brasil, mais relevante do que a descarbonização seja a reindustrialização. Esse vai ser o papel principal do hidrogênio. Conseguir reativar uma cadeia de valor, atrair oferta de trabalho com profissionais qualificados”, disse em entrevista à agência epr.

Hidrogênio ‘limpo’

Na estratégia americana, por exemplo, o governo dos Estados Unidos prevê o aumento gradativo de crédito fiscal considerando a menor pegada de carbono na produção de hidrogênio, sendo o hidrogênio verde, produzido a partir de eletrólise com energia renovável, o que poderá receber subsídios até US\$ 3 por quilograma.

Os Estados Unidos adotaram a definição de “hidrogênio limpo”, abrangendo várias rotas de produção, incluindo eletrólise usando energia renovável, combustíveis fósseis com captura e armazenamento de carbono, biomassa e resíduos, e energia nuclear.

Por aqui, o governo federal ainda formula propostas para o marco legal do hidrogênio, já discutido em uma comissão criada na Câmara dos Deputados.

O assunto é tratado como prioridade na tentativa dos parlamentares de assumir o protagonismo de uma “agenda verde” para o país.

O governo federal, sob coordenação do Ministério de Minas e Energia, avalia questões como a taxonomia – definição de qual será o hidrogênio de baixo carbono no Brasil – e questões regulatória.

Oferta x demanda

Na Câmara, o debate inclui justamente se incentivos devem começar pela oferta, favorecendo os produtores, ou o consumo.

No Plano Trienal do Programa Nacional do Hidrogênio, atualizado este ano, o governo apresentou a meta de incentivar a construção de projetos-piloto de produção de hidrogênio de baixo carbono, e a consolidação de hubs de produção e consumo pelo país.

A ABH2 participa de todas as Câmaras Temáticas para o Programa Nacional do Hidrogênio.

“A discussão de hidrogênio, a política pública foca muito em como produzir, etc. Mas talvez o foco da política pública não seja isso no Brasil. O Brasil tem um problema sério de demanda”, avalia Domingues.

Ela explica que a ABH2 defende muito mais uma política de demanda e reindustrialização do que uma política de descarbonização do hidrogênio, considerando a cor, com foco em subsídios em rotas específicas.

“O projeto do hidrogênio deve ser um projeto voltado para a indústria. ‘É muito mais incentivar o setor químico, o setor automotivo, os setores de produção de aço, para conseguirmos ter essa cadeia de valor instalada”.

“Não faz sentido exportar hidrogênio e importar fertilizantes. Essa matemática não faz sentido nenhum”, diz.

Rotas de hidrogênio

Outro ponto levantado por Domingues é a necessidade de uma visão agnóstica em relação às rotas de produção de hidrogênio nesse momento, também como uma maneira de garantir a segurança de suprimento ao consumidor final.

“O fato de hoje, em 2023, concentrarmos a estratégia do desenvolvimento de um novo mercado somente em uma rota tecnológica é um risco muito grande para quem está principalmente demandando esse hidrogênio”, afirma a diretora.

Segundo ela, o Brasil terá uma expansão tanto das energias renováveis, como também da oferta de gás natural, e precisa aproveitar todas as oportunidades.

“O hidrogênio é quase que um offtaker desses dois mercados. Tanto para o gás, quanto para o de energia renovável. Na nossa visão, como defensores do hidrogênio, acreditamos que o hidrogênio deve, sim, utilizar todos os recursos que têm”.

Contudo, Domingues ressalta que o foco dos incentivos deve ser sempre o hidrogênio de baixo carbono, independente da fonte.

“Quando a gente fala em produção de hidrogênio a partir do gás, é sempre com captura. O hidrogênio como ele é, principalmente o uso cativo em refinarias e etc., isso não precisa ser incentivado, é um mercado já existente”, avalia.

“As políticas públicas hoje têm que ser no sentido de reduzir a intensidade de carbono na produção de hidrogênio, independentemente da fonte. Se for gás natural, produzir hidrogênio a partir do gás natural, mas com captura de carbono”.

A diretora destaca que no caso brasileiro, a produção de hidrogênio a partir de energia renovável já é mais competitiva.

“Hoje, quando pensamos no custo de produzir hidrogênio no Brasil, a partir de fontes renováveis, a partir da eletrólise, ele já tem um preço mais competitivo do que, por exemplo, produzir o hidrogênio na Alemanha ou nos Estados Unidos. Conseguimos, talvez, ter um subsídio menor, porém muito mais efetivo do que, por exemplo, o crédito que é dado hoje nos Estados Unidos”.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 27/09/2023*

EXPANSÃO DO SETOR DEPENDE DO MERCADO CHINÊS, MOSTRA ANÁLISE DO EMBER

Por epbr 27 de setembro de 2023 Em Energia solar, Transição energética



Fabricação de módulo fotovoltaico na China (Foto: Divulgação Jinko Solar)

BRASÍLIA — O Brasil é o segundo maior importador de painéis solares da China depois da Europa, consumindo o equivalente a 9,5 GW nos primeiros seis meses de 2023, quantidade semelhante à do mesmo período do ano passado (9,4 GW), mostra análise do think tank de energia Ember.

No primeiro semestre de 2023, as exportações de painéis solares da China cresceram 34%, com 114 GW enviados para todo o mundo, em comparação com 85 GW no mesmo período do ano passado.

A Europa teve o maior aumento absoluto, enquanto a África teve o maior crescimento percentual. O crescimento mais rápido está ocorrendo na África e no Oriente Médio.



“O mundo está correndo para aproveitar essa fonte de energia barata, limpa e abundante para alimentar a economia do futuro. Está claro que a capacidade de fabricação global não é atualmente o fator limitante para alcançar o crescimento necessário de cinco vezes na energia solar até 2030”, diz Sam Hawkins, líder de dados da Ember.

Cobrimos por aqui:

Pontoon encontra em parceria com chineses estratégia para acelerar geração solar
Superconcentração de suprimento para solar na China acende alerta
Veja como o Brasil se tornou um dos dez maiores geradores solares do mundo

PUBLICIDADE

Dependência chinesa

Nesta terça (26/9), a Agência Internacional de Energia (IEA, em inglês) chamou a atenção para a necessidade triplicar a capacidade global de energias renováveis para 11 terawatts (TW) até 2030, se o mundo quiser evitar que o planeta aqueça acima de 1,5°C até o fim do século.

A geração solar está entre as principais tecnologias disponíveis para cumprir a meta, mas a concentração de suprimentos preocupa.

Representando cerca de 80% da participação no mercado global de capacidade de fabricação de energia solar, o crescimento das exportações chinesas têm implicações globais para a expansão da energia limpa, destaca a análise do Ember.

Mais da metade dos módulos solares exportados da China no primeiro semestre de 2023 foram destinados à Europa (52,5%), que tenta reduzir sua dependência do país asiático.

A região também registrou o maior crescimento absoluto em todo o mundo, com as exportações da China aumentando 47% em relação ao ano anterior (+21 GW), atingindo um total de 65 GW enviados no primeiro semestre de 2023, em comparação com 44 GW no mesmo período do ano passado.

Uma vez instalada, essa nova capacidade poderá fornecer cerca de 2% da demanda anual de eletricidade da Europa, semelhante à demanda da Bélgica, diz o relatório.

A África do Sul registrou a maior mudança em qualquer país fora da Europa, importando 3,4 GW de painéis solares da China nos primeiros seis meses de 2023, um aumento de 438% (+2,7 GW) em comparação com o mesmo período do ano passado.

Como resultado, a África teve um aumento de 187% (+3,7 GW), a região de crescimento mais rápido.

Em seguida, vem a região do Oriente Médio, com um aumento de 64% (+2,4 GW) no primeiro semestre de 2023 em comparação com o mesmo período do ano passado.

No entanto, o Ember explica que as altas taxas estão no contexto de um ponto de partida muito baixo.

A Arábia Saudita aumentou as importações de energia solar da China em seis vezes em relação ao ano anterior, atingindo 2,8 GW no primeiro semestre de 2023, enquanto os Emirados Árabes Unidos aumentaram as importações em 33%, para 1,4 GW.

A única região que viu menos importações da China durante o período foi a Ásia, pois a Índia passou a se concentrar no aumento da capacidade de fabricação doméstica.

Estoques cheios



De acordo com os analistas, a expectativa é de que a capacidade de fabricação global dobre novamente até o final de 2024 em comparação com o final de 2022, à medida que outros países fora da China também aumentam a fabricação doméstica.

No entanto, a lacuna entre as exportações de módulos solares e a capacidade fotovoltaica instalada está ficando maior, refletindo, em parte, acúmulo de estoques de módulos e desafios no avanço das instalações e integração da rede.

“Temos painéis solares suficientes, só precisamos acelerar a instalação deles”, diz Hawkins. “As políticas devem se concentrar em garantir que a instalação e a integração da rede possam aumentar tão rapidamente quanto o fornecimento global de módulos”.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 27/09/2023

PETROBRAS AVALIA USAR MOEDA CHINESA EM TRANSAÇÕES FINANCEIRAS

Negociações em yuan envolvem financiamento dos investimentos em águas profundas e futuros projetos de energia renovável com bancos da China

Por eptr 27 de setembro de 2023 Em Comece seu Dia, Internacional, Petróleo e gás, Política energética

Transações em yuan na pauta da Petrobras. Operações financeiras na moeda chinesa estão entre os tópicos que os bancos do país asiático gostariam de discutir com a estatal brasileira, disse o diretor financeiro da Petrobras, Sérgio Caetano Leite, à Bloomberg.

– Hoje, a petroleira não tem nenhuma operação em andamento em yuan. Os chineses respondem por mais de 25% dos empréstimos da companhia e a aproximação recente com entidades financeiras do país fazem parte de negociações para financiar investimentos da Petrobras no Brasil, especialmente no pré-sal.

– Em abril, Lula e Xi Jinping assinaram cerca de 20 acordos bilaterais visando fortalecer as relações econômicas sino-brasileiras, dentre elas a tentativa de viabilizar transações comerciais com câmbio direto entre o real brasileiro e o yuan.

– Recentemente, numa iniciativa de reaproximação com a China, executivos do alto escalão da Petrobras participaram de uma missão estratégica ao país e assinaram memorandos com prazo de cinco anos com o China Development Bank e o Bank of China.

– A diretoria da estatal se reuniu, ainda, com Sinosure, Citic Bank, ICBC e fundos soberanos chineses.

– Leite explica que a Petrobras pediu aos chineses financiamento para suas atividades em águas profundas e também para sua cadeia de fornecedores e futuros projetos de energia renovável. Por que a Petrobras está se reaproximando da China

Petrobras vê potencial para exportar SAF. O diretor de Transição Energética e Sustentabilidade, Maurício Tolmasquim, disse nesta terça (26/9) que a estatal tem “todas as condições” de ser um exportador do combustível sustentável de aviação: “Há um mercado enorme de bioQAV e não tem produtor no mundo para isso”.

Petróleo volta a subir. Os contratos futuros do Brent, para novembro, subiram 0,72%, a US\$ 93,96 o barril nesta terça (26/9). As perspectivas de aperto na oferta da commodity voltaram a pesar sobre o humor dos investidores.

MSGás é 8ª distribuidora a aderir à nova safra de contratos. Concessionária do Mato Grosso do Sul fechou dois novos contratos de suprimento de gás natural de longo prazo com a petroleira, ambos com validade até 2034.

Eletrobras troca Diretoria Financeira. Elvira Cavalcanti Presta será substituída por Eduardo Haiama.

– O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, reagiu. Disse que soube da troca pela imprensa, numa demonstração de que as críticas que tem feito à relação da Eletrobras com o governo federal “são oportunas e têm fundamento”.

– “O governo federal tem mais de 40% das ações da empresa, ela tem uma responsabilidade de ter, no mínimo, mais respeito com a União, porque o governo federal representa a população brasileira”, disse.

ONS conclui que falha no controle de tensão de eólicas e solares causou apagão. Além disso, uma série de problemas com transmissoras e distribuidoras atrasou o restabelecimento da energia, aponta relatório sobre o apagão que deixou 30 milhões sem luz em quase todo o Brasil, no dia 15 de agosto.

Isa Cteep desiste de leilão de transmissão. Decisão da empresa colombiana vem depois que ela foi convocada pela Aneel a assumir o lote 1 do leilão de junho, devido à desclassificação do Consórcio Gênesis, vencedor na disputa.

Vale e Porto do Açu estudam hub para descarbonizar siderurgia. Foco é a fabricação de HBI (“hot briquetted iron” ou ferro-esponja). O complexo industrial deverá receber em um primeiro momento pelotas da Vale e poderá incluir uma planta de briquete de minério de ferro, para alimentar a planta de HBI.

IEA: Governos precisam separar clima de geopolítica. Ao divulgar a atualização do seu roteiro para emissões líquidas zero até 2050, a Agência Internacional de Energia defende que a cooperação internacional forte é crucial para o sucesso. “Os governos precisam de separar o clima da geopolítica, dada a escala do desafio que enfrentam”, disse o diretor executivo da IEA, Fatih Birol.

– A agência suavizou um pouco o tom para os fósseis, ao dizer que não é necessário “nenhum novo projeto upstream de petróleo e gás de longo prazo”, ao mesmo tempo em que vê a eletrificação emergindo como “novo petróleo” do sistema energético global.

– No cenário atualizado de emissões líquidas zero, o aumento da capacidade de energia renovável, impulsionado por políticas, reduz a procura de combustíveis fósseis em 25% até 2030, reduzindo as emissões em 35% em comparação com o recorde de 2022.

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 27/09/2023

SILVEIRA SE DIZ SURPRESO COM TROCA NA ELETROBRAS

Elvira Cavalcanti Presta será substituída por Eduardo Haiama na vice-presidência Financeira; Alexandre Silveira disse que governo federal deveria ter sido avisado

Por epbr 26 de setembro de 2023 - Atualizado em 27 de setembro de 2023 Em Empresas, Política energética, Setor elétrico



Elvira Cavalcanti Presta renuncia ao cargo de CFO da Eletrobras e vai ser substituída por Eduardo Haiama (Foto: Divulgação)

A Eletrobras anunciou nesta terça-feira (26/9) a saída de sua vice-presidente Financeira e de Relações com Investidores Elvira Cavalcanti Presta.

A executiva entrou na companhia em 2018 como conselheira e se tornou vice-presidente no ano seguinte. Em março e abril de 2021, chegou a ocupar a presidência no lugar de Wilson Ferreira Jr.

Após receber o pedido de renúncia, o conselho de administração da companhia elegeu Eduardo Haiama para o cargo.

Enquanto Haiama não toma posse, a posição será ocupada por Élio Wolff, que acumulará a vaga com a vice-presidência de Estratégia e de Desenvolvimento de Negócios.

Haiama é Chief Financial Officer (CFO) da holding de educação YDUQS, onde entrou há pouco mais de três anos. Antes disso, teve larga experiência no setor elétrico, ao ocupar por 11 anos o mesmo cargo na Equatorial Energia.

Formado em Engenharia Elétrica pela USP, começou a carreira como analista do Banco Pactual.



Eduardo Hayama fala durante seminário sobre energia limpa na Alesp (Foto: Alesp)

Silveira se diz surpreso

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse que ficou surpreso ao ver a notícia da mudança na diretoria da Eletrobras. Ele falou com jornalistas em após o lançamento do Poste Legal, um programa de compartilhamento de postes entre as concessionárias de energia elétrica e as empresas de telecomunicações.

“Eu fui, mais uma vez, surpreendido pela imprensa com a mudança da diretora CFO da Eletrobras, numa demonstração de que as críticas que eu tenho feito sobre a relação da Eletrobras com o governo federal são oportunas e têm fundamento, porque a maior empresa de transmissão de geração de energia do Brasil tem que ter, e onde é importante ressaltar, o governo federal tem mais de 40% das ações da empresa, ela tem uma responsabilidade de ter, no mínimo, mais respeito com a União, porque o governo federal representa a população brasileira”, disse o ministro.

“Temos tido feito, na nossa avaliação, com muito vigor e contundência, duras críticas ao modelo de privatização da Eletrobras. O setor elétrico é um setor estratégico (...) é um setor extremamente essencial à vida das pessoas, ao desenvolvimento nacional e, portanto, uma relação mais próxima, uma relação de sintonia maior entre o governo, que é o formulador de política pública, entre as agências reguladoras, que têm o dever de fazer toda a regulação e fiscalização do setor da maior empresa de energia do Brasil, é fundamental.”

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 27/09/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

CAMPOS NETO DEFENDE META DO GOVERNO DE ZERAR DÉFICIT E PEDE TAXAÇÃO DE ‘SUPER-RICOS’

O chefe do BC participa na manhã desta quarta-feira de uma audiência na Câmara dos Deputados
Por Renan Monteiro — Brasília



Presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, em pronunciamento. — Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

O presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, defendeu que a equipe econômica do governo Lula persista com a meta de zerar o rombo nas contas públicas para o ano de 2024. Ele também disse ser favorável às propostas de taxaço de fundos exclusivos no Brasil e rendimentos no exterior, apresentadas pelo Executivo.

O chefe do BC participa na manhã desta quarta-feira de uma audiência na Câmara dos Deputados, ao atender uma convocação do deputado Lindbergh Farias (PT-RJ). No Congresso, é a quarta sessão com Roberto Campos Neto no ano de 2023.

— Hoje, o importante é persistir na meta. A nossa mensagem é de persistência, bem alinhada com o que o ministro (da Fazenda, Fernando) Haddad, tem dito. Esse é um caminho bem promissor. E mesmo que a meta não seja cumprida exatamente, o que os agentes econômicos vão ver será o esforço feito na direção de cumprir as metas — disse, na audiência.

Ele lembra que a razão pela desconfiança do mercado com esse intuito da equipe econômica é a necessidade de receitas adicionais “bastante grandes” para garantir esse compromisso.

O governo enviou diversas propostas para aumentar a arrecadação, incluindo a taxaço dos chamados “fundos exclusivos”, também conhecidos como fundos dos “super-ricos”.

— Sou a favor da taxaço de fundos exclusivos, sou a favor da taxaço das offshore (rendimentos no exterior). Aliás, diga-se de passagem, no governo anterior tinha um projeto de offshore, que a gente queria fazer a taxaço e eu achava que a alíquota para a taxaço tinha que ser mais alta. Eu achei que 10% era razoável, mas voltou para 6%. Acho que é baixo. Tem que taxar mais — disse.

- No fim do mês passado, o presidente Lula assinou a medida provisória (MP) que muda a tributação de fundos fechados (exclusivos para alta renda). Os fundos exclusivos só estavam sendo tributados no momento do resgate;
- Com a mudança, o imposto renda passará, a partir do ano que vem, a ter incidência duas vezes por ano do chamado come-cotas, que tem alíquota de 15% a 20%, a depender do prazo da aplicação;
- Já neste ano, para garantir cerca de R\$ 3,2 bilhões, a MP permite a antecipação voluntária de IR sobre o ganho acumulado em fundos exclusivos, com alíquota de 10%. Para o cotista desse tipo de aplicação, a vantagem seria pagar o percentual mais baixo este ano. O Congresso, contudo, está discutindo reduzir essa taxa para 6%;
- Em outra frente, um projeto de lei enviado ao Congresso buscar permitir a cobrança no Brasil de imposto de renda sobre as offshore (em muitos casos instaladas em paraísos fiscais).

Cortar gastos é 'muito difícil'

O déficit primário (balanço de receitas e despesas, sem considerar o pagamento de juros) está projetado pelo mercado em 1% do PIB para 2023. O compromisso do governo é um rombo de até 0,5% do PIB.

Para 2024, enquanto o governo quer zerar esse saldo negativo, o mercado está projetando déficit de 0,8% do PIB.

— Quando a gente olha as despesas do Brasil em termos reais, ela vai ser mais alta em 2023 e 2024. Após o arcabouço nós melhoramos muito, foi muito positivo o que o governo fez, mas quando a gente compara com o mundo emergente, temos gastos um pouco acima — analisa Campos Neto, reconhecendo que o corte de despesas “é muito difícil” para qualquer governo.

A discussão na audiência também está concentrada no rumo da política monetária durante o mandato de Campos Neto, que termina no fim de 2024. Em agosto, o Comitê de Política Monetária (Copom) iniciou o ciclo de cortes da taxa básica de juros, ao reduzir a Selic de 13,75% para 13,25%. Na última semana, houve uma redução na mesma base e a taxa está em 12,75%. Novos cortes já estão precificados.

Ao fim do dia, o chefe do BC se encontra pela primeira vez no ano com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que assumiu uma postura crítica ao Banco Central ao longo do primeiro semestre. Lula e aliados partidários cobravam a redução da Selic, olhando para o impacto na economia, com o aumento do custo crédito para famílias e empresas.

Erro contábil

Nesta manhã, na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, os parlamentares também questionam o presidente do BC sobre um erro contábil divulgado em janeiro pela instituição.

No final de janeiro, a chamada série de câmbio contratado de importação sofreu alterações no período de outubro de 2021 a dezembro de 2022. No ano passado, o resultado das importações passou de US\$ 238,1 bilhões, valor publicado com erro, para US\$ 250,9 bilhões. Ou seja, a diferença é de 12,8 bilhões - erro de aproximadamente US\$ 1 bilhão de dólares por mês. No acumulado (incluindo os meses de 2021), foram R\$ 14,5 bilhões de diferença.

Oficialmente, o BC atribuiu esse erro à falha na "rotina de compilação das estatísticas".

Fonte: O Globo - RJ

Data: 27/09/2023

IMPASSE NA SAÚDE: FAZENDA QUER ADIAR PISO CONSTITUCIONAL PARA 2024 E EVITAR CORTE DE ATÉ R\$ 20 BI EM OUTRAS ÁREAS

Lula, no entanto, defende mais recursos para SUS e TCU avalia que governo tem capacidade de remanejar Orçamento. Senadores mostram resistência à mudança

Por Geralda Doca e Victoria Abel — Brasília e São Paulo



Mais recursos. Emergência do Hospital Salgado Filho no Meier: para cumprir a determinação constitucional, despesas da saúde têm que representar 15% da receita de que o governo dispõe para gastar — Foto: Alexandre Cassiano

A implementação do piso da saúde este ano se tornou um impasse bilionário. Com a aprovação do arcabouço fiscal, o governo precisa retomar o piso constitucional, mas, nos cálculos da Fazenda, isso significaria um gasto adicional de R\$ 20 bilhões, que teria de sair de outras áreas, já que não está previsto no Orçamento

deste ano.

Para evitar esse desgaste no primeiro ano de governo, a avaliação da equipe econômica é que o piso só deveria ser implementado a partir de 2024. A pressão contrária, no entanto, é forte. Além da resistência no Senado, que precisa aprovar a medida, o próprio presidente Lula defendeu ontem gastos maiores com o SUS.

— É preciso que a gente tenha mais recursos no SUS. Podemos levar saúde de Primeiro Mundo para todos nesse país. Temos que ter em conta que saúde de qualidade custa dinheiro. — afirmou o presidente em live, ao lado da ministra da Saúde, Nísia Trindade.

Desde 2017, os gastos com saúde eram corrigidos apenas pela inflação, conforme o previsto no teto de gastos, a regra fiscal que foi substituída pelo arcabouço. A Constituição determina que as despesas de saúde representem 15% da receita corrente líquida (o recurso disponível para gastar).

A transição de um modelo para o outro no meio do ano pôs o governo Lula diante da situação de defender gastos menores para o ano em saúde, a fim de não afetar outras áreas.

Uma saída inusitada surgiu neste mês com a inclusão de um “jabuti” — proposta que pega carona em outro projeto — pelo líder do PT, deputado Zeca Dirceu (PT-PR), no projeto de lei de compensação dos estados pelo ICMS reduzido em combustíveis e energia.

Ele considera o percentual da receita corrente líquida com base no Orçamento de 2023, que é menor. Esse dispositivo reduz o gasto adicional necessário para bancar o piso, de R\$ 20 bilhões para R\$ 5 bilhões.

O texto foi aprovado na Câmara, mas depende de aval do Senado, onde parlamentares já indicaram não concordar com a proposta.

— Acho que tem chance de manter o meu texto. O ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e o senador Jaques Wagner (líder do governo no Senado) estão empenhados nisso e vão falar com Rodrigo Pacheco (presidente do Senado) — afirmou Dirceu ao GLOBO.

Dificuldades no Senado

O líder do PT na Câmara tem dito a interlocutores que sua proposta é de consenso e que teria o aval da própria pasta da Saúde. A iniciativa de mudar o dispositivo teria partido da equipe econômica, com aval da Casa Civil.

No Congresso, senadores de oposição e centro criticam a diminuição do piso.

— Eu me oponho a qualquer limitação do piso constitucional — disse o líder do PL no Senado, Carlos Portinho.

Alessandro Vieira (MDB-SE) também defende que o piso constitucional seja adotado este ano:

— Sou contra um piso menor. Creio que outros senadores também são contra.

Já a senadora e presidente da Comissão Mista de Orçamento, Daniella Ribeiro (PSD-PB), considera a diminuição do piso preocupante, mas diz que vai estudar melhor a matéria:

— Eu me preocupo que haja redução na saúde. Mas ainda não me debrucei sobre o tema.

O projeto chegou ao Senado, mas ainda não tem relator nem previsão de análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O GLOBO procurou senadores do PT, que não se pronunciaram. Mas deputados avaliam que a mudança proposta por Dirceu está pacificada no partido.

— Dentro do PT essa alteração não é um problema. É uma medida transitória. Ano que vem, volta o piso. O que não dá é remanejar esse recurso no meio do ano. Os ministérios estão andando e empenhando os recursos. Nem a Saúde conseguiria executar todo esse valor — afirma o deputado Carlos Zarattini (PT-SP).

Integrantes da equipe econômica temem sacrificar políticas públicas essenciais, para fazer frente à exigência. Um dos argumentos é que não faria sentido prejudicar outros ministérios sem a certeza de que toda a verba será empenhada e chegará na ponta, em forma de serviço para a população.

Segundo um interlocutor do alto escalão do governo, há amparo legal para não cumprir o piso por causa do princípio da anualidade (o que deixaria a vigência do piso para 2024). Como não há definição, a estratégia é ganhar tempo e aproveitar os próximos dois meses, quando será divulgado o próximo relatório bimestral de receitas e despesas, para estudar uma saída e aguardar uma decisão do Senado.

TCU não vê problema

Técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU) emitiram parecer sobre o tema após consulta feita pelo subprocurador do Ministério Público junto ao TCU, Lucas Furtado. Ele questionou se haveria risco de paralisação da máquina pública caso o governo cumpra os pisos constitucionais. O entendimento é que a gestão do Orçamento dispõe de instrumentos para remanejar as chamadas despesas discricionárias (que não são obrigatórias).

“No caso ora analisado, não foram encontrados indícios de uma trajetória inescapável rumo à paralisia dos serviços públicos, sendo certo que gestores governamentais dispõem de instrumentos para atender aos requisitos constitucionais e legais aplicáveis à gestão das finanças e do orçamento públicos”, diz a área técnica.

O especialista em contas públicas, Felipe Salto, ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), defende que a aplicação do piso aconteça apenas em 2024:

— A meu ver, o correto seria acionar apenas ano que vem.

CPI da Americanas: relatório que isenta executivos e acionistas é aprovado, comissão é encerrada
Marcos Lisboa, ex-secretário de Política Econômica no primeiro governo Lula, diz que só uma emenda constitucional poderia alterar a vinculação com a saúde este ano:

— Alertei que haveria um problema. A questão é que não se pode mudar isso por lei complementar, tem que ser por emenda constitucional. O que podiam ter feito era estabelecer que a vinculação à Constituição valeria apenas a partir de 1º de janeiro de 2024, e não fizeram. Aí virou uma encrenca.

No última semana, o Planejamento anunciou um novo bloqueio no Orçamento, no valor de R\$ 588 milhões. Com isso, o total bloqueado este ano já soma R\$ 3,8 bilhões.

(Colaboraram Renan Monteiro, João Sorima Neto e Alice Cravo)

Fonte: O Globo - RJ

Data: 27/09/2023

CAMPOS NETO VAI SE COLOCAR COMO CANAL ENTRE GOVERNO LULA E CONGRESSO

Por Malu Gaspar



O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto (à esq.), conversa com o presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) — Foto: Pedro França/Agência Senado

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, vai se colocar na conversa com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva como interlocutor privilegiado do Congresso, alguém que pode ajudar o governo a desenhar sua estratégia e aprovar medidas da agenda econômica.



A ideia de Campos Neto é estabelecer um canal de conversa com Lula e procurar mostrar que, mesmo o BC sendo autônomo, ele pode ajudar o governo com informações e atitudes, especialmente em relação à oposição bolsonarista, meio onde ele tem muitos contatos.

A reunião do presidente da República e o do Banco Central é a primeira entre eles desde o início do governo. Lula, que hostilizou Campos Neto nos primeiros meses do mandato por causa das altas taxas de juros, só aceitou receber Campos Neto depois de duas quedas de 0,5 ponto na Selic, a primeira em agosto e a segunda em setembro.

As taxas de juros são determinadas pelo Copom, o comitê de política monetária do BC, em que o presidente do banco tem um dos votos, com peso igual ao dos outros membros. Ainda assim, supõe-se que Campos Neto tem alguma liderança sobre o colegiado.

O encontro, pedido por ofício por Campos Neto a Lula depois da primeira queda nos juros, foi articulado pelo ministro da Fazenda Fernando Haddad, e coroa uma estratégia de meses do presidente do BC para se aproximar do governo.

Nos meses em que Lula o chamava de "esse cidadão" e dizia que ele não entendia as necessidades do país, Campos Neto tentou marcar reuniões com vários ministros e encontrou as portas fechadas, especialmente entre os mais ligados a Lula.

O presidente do BC também procurou ajudar Haddad nas conversas com bolsonaristas reticentes aos parâmetros do arcabouço fiscal votado na Câmara e agora está tentando encontrar uma solução na negociação para conter os juros no cartão de crédito rotativo.

Agora que Lula admite aos auxiliares que vai deixar os ataques de lado e partir para o diálogo, essas portas devem se abrir.

Conforme informamos na coluna, o presidente está especialmente preocupado com o volume de crédito concedido no Brasil. De acordo com interlocutores do presidente, foi isso o que o fez decidir receber Campos Neto.

"O tom vai ser de diálogo, não vai ter mais briga", diz um aliado do presidente da República, para quem a ideia é tentar convencer Campos Neto a reforçar, no Banco Central, a pressão por uma queda mais rápida na taxa de juros.

As pesquisas de opinião internas do governo demonstram que a maior queixa e preocupação dos brasileiros é com as altas taxas de juros, especialmente no cartão de crédito. Nos últimos meses, empresários com acesso ao presidente também tem reclamado muito das altas taxas, e o debate sobre o projeto de lei que pretende cortar o juro rotativo do cartão de crédito continua a opor varejo e bancos.

De acordo com o blog de Miriam Leitão, dados do próprio BC mostram que a inadimplência do cartão de crédito parcelado quase quintuplicou de tamanho ao longo dos últimos cinco anos, atingindo em agosto 10,5% dos empréstimos, o maior patamar da série histórica do Banco Central, iniciada em 2011. Em agosto de 2018, há meia década, esse percentual era de 2,2%.

Em agosto, o Comitê de Política Monetária (Copom) baixou a taxa de juros usados nos títulos públicos, a Selic, pela primeira vez no governo Lula – 13,75% para 13,25%. Em setembro, fez mais um corte, para 12,75%. A ata da última reunião, divulgada nesta terça, indica que haverá ainda mais dois cortes de 0,5 ponto até o final do ano, levando a Selic para 11,75%.

Nas últimas semanas, surgiram no radar projeções mais otimistas, de um recuo de 0,75 ponto, em pelo menos uma das reuniões. Mas, na ata, o comitê indicou que isso não vai ocorrer.

Além disso, o presidente tem recebido constantes alertas sobre o risco de usar os bancos públicos, como Caixa Econômica Federal e BNDES, para conceder crédito a taxas subsidiadas, como foi feito

no passado. Isso porque, nessa circunstância, o Banco Central seria obrigado a manter a Selic mais alta, para obter uma taxa de juro neutra maior.

Fonte: *O Globo - RJ*
Data: 27/09/2023

LULA SOBRE OBRAS DO PAC: 'A GENTE DIMINUI A BANDIDAGEM NA COMUNIDADE SE GERAR EMPREGO, SALÁRIO E RENDA'

Presidente participou de cerimônia em Brasília sobre o programa Novo PAC Seleções
Por *Alice Cravo — Brasília*



Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil — Foto: Jim Watson/AFP

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou nesta quarta-feira do lançamento do programa Novo PAC Seleções. Durante o discurso, Lula defendeu as iniciativas do projeto, que promete ampliar obras e gerar vagas com carteira assinada no país.

O presidente defendeu que as empresas contratem trabalhadores das próprias cidades, em vez de deslocar trabalhadores de outras localidades. Essa seria uma

forma, segunda Lula, de diminuir a "bandidagem", ao gerar emprego, salário e renda.

- Na medida do possível, na hora de contratar os trabalhadores, vamos saber se na comunidade tem gente para fazer a obra que precisa, porque a gente gera emprego na comunidade, a gente gera desenvolvimento na comunidade, comércio, faz o dinheiro circular e vou dizer mais, a gente diminui a bandidagem na comunidade se gerar emprego, salário e renda. Isso é como a escola de tempo integral - disse Lula.

Fonte: *O Globo - RJ*
Data: 27/09/2023

PACHECO GARANTE ESFORÇO, E GOVERNO AFIRMA QUE APROVAÇÃO DO DESENROLA SERÁ ATÉ DIA 3 DE OUTUBRO

Relator Rodrigo Cunha deve apresentar relatório na CAE nesta quarta-feira
Por *Victoria Abel — Brasília*



O plenário do Senado Federal — Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

O presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), garantiu a aliados o esforço para votar o projeto de lei que regulamenta o Desenrola Brasil até o prazo de vencimento da Medida Provisória, no dia 3 de outubro. O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, se reuniu com Pacheco e o relator da proposta, Rodrigo Cunha (Podemos-AL), para pedir celeridade.

Além de regulamentar o programa de renegociação de dívidas, o mesmo projeto de lei também cria uma limitação ao juro do rotativo do cartão de crédito.

O texto aprovado na Câmara dos Deputados prevê que o máximo que pode ser cobrado pelos bancos no cartão é o dobro da dívida inicial. O limite valerá caso o setor bancário não apresente uma proposta em até 90 dias após a publicação da lei.



Na semana passada, Rodrigo Cunha havia dito que não ia “atropelar” o debate. A Fazenda demonstrou preocupação com a chance do programa Desenrola paralisar se a votação não ocorresse no prazo da MP e o governo decidiu pressionar.

— Saio bastante confiante de que vamos cumprir o calendário para a manutenção do programa. Teremos a aprovação no prazo aprovado. A não aprovação significaria a interrupção da fase mais ampla do programa. Vamos conseguir aprovar antes do dia 3 — disse Padilha após encontro com Pacheco no fim da noite de terça-feira.

O relator vai se reunir com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na manhã desta quarta-feira. Cunha disse que ainda vai tentar convencer o ministro para ter mais tempo para mudanças no texto, mas sinalizou que a matéria deve ser apresentada no mesmo dia na CAE.

O senador também quer incluir na próxima fase do Desenrola dívidas de ex-estudantes com o Fies.

— A prévia do relatório eu já tenho. Quero discutir na comissão, amanhã após a conversa com o ministro Haddad. A conversa com Haddad é definitiva (para definição do relatório e votação). Três etapas serão concluídas antes do dia 3. Essa última fase, ela iniciando no dia 10, pode se estender por mais 7 dias ao final. Inseri também como sugestão mais um milhão de pessoas que estão endividadas com o Fies, que ainda não tem um emprego — afirmou Cunha.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 27/09/2023

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

COMISSÃO DO SENADO REAGE A STF E APROVA MARCO TEMPORAL NA DEMARCAÇÃO DE TERRA INDÍGENA

Proposta que só autoriza criação de reserva indígena em áreas ocupadas até 1988 vai agora ao plenário do Senado

Por Gabriel Hirabahasi

BRASÍLIA - A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou nesta quarta-feira, 27, projeto de lei que estabelece a tese do marco temporal para a demarcação de terras indígenas. Por 16 votos a 10, a CCJ deu aval ao texto, em uma vitória da bancada ruralista contra o governo — especialmente os partidos de esquerda. A votação também foi uma resposta ao Supremo Tribunal Federal (STF) que, na semana passada, decidiu revogar o marco temporal permitindo criação de reservas em áreas ocupadas por indígenas independentemente da data de ocupação. A proposta pode ser votada no plenário do Senado ainda nesta quarta.

Senadores de partidos de centro e direita que têm cargos no governo (como PSD, União Brasil, PP e Republicanos) votaram a favor da proposta. O texto do relator, o senador Marcos Rogério (PL-RO), restitui o princípio do marco temporal na demarcação de terras indígenas. Por essa regra, os indígenas só teriam direito à demarcação de terras que ocupassem no momento da promulgação da Constituição Federal de 1988.

O projeto foi aprovado em maio na Câmara dos Deputados por 283 votos a 155. Na semana passada, porém, o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a tese do marco temporal. Ao julgar um caso de Santa Catarina, os ministros do STF decidiram, por 9 votos a 2, que o entendimento é inconstitucional e fere os direitos dos povos indígenas.

Além da tese do marco temporal, o relatório aprovado pelos senadores também prevê uma flexibilização da política de não-contato dos povos indígenas isolados, permitindo que entidades privadas tenham contato com esses povos para viabilizar ações consideradas de utilidade pública.

Outro ponto polêmico é a autorização para garimpos e plantações de transgênicos em terras indígenas e a celebração de contratos entre indígenas e não-indígenas para explorar atividades econômicas nos territórios tradicionais.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 27/09/2023

PADILHA FALA SOBRE REUNIÕES 'A PORTAS FECHADAS' COM CENTRÃO: 'VOCÊS NÃO TÊM IDEIA'

Ministro de relação institucional minimizou o 'emparedamento' público que sofreu da bancada do PSD no dia anterior

Por Roseann Kennedy



Ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha Foto: Gil Ferreira

O ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, sugeriu nesta quarta-feira, 27, que a pressão do Centrão por cargos no governo envolveria conversas não republicanas. Ao ser indagado sobre ter sido "emparedado" em público pela bancada do PSD, no dia anterior, após um evento no Palácio do Planalto, respondeu: "Sei que vocês ficaram chocados com o 'baculejo'. Vocês não têm ideia

do que eles fazem comigo quando é com portas fechadas. Foi ameno ontem. Porque tinha câmeras, a imprensa televisionada. Eu acho que vai ser mais ameno", afirmou dando um tom de brincadeira.

Padilha estava ao lado do líder do PSD na Câmara, deputado Antônio Brito (BA), que o interrompeu: "Deixa de graça".

O PSD pleiteia o comando da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Além disso, há reclamações sobre a liberação de verbas para hospitais federais no Rio de Janeiro. Na terça-feira, parlamentares cercaram o ministro no Planalto e, num áudio registrado pela rádio CBN, ouviu-se a fala da deputada Laura Carneiro: "Se a gente dançar, a ministra [Nísia] vai dançar também".

Quando o ministro foi perguntado nesta quarta se o motivo do 'baculejo' foi resolvido, o líder do PSD, Antônio Brito, se apressou para dizer: "lógico que resolveu". Mas o ministro divergiu.

"Não, não. Primeiro vamos ajustar as informações. A bancada do PSD, como outros partidos, pleiteiam o tema da Funasa há bastante tempo. A bancada do PSD já formalizou isso inclusive. outros partidos também já formalizaram. Só reforcei pra eles que não tem, ainda, definição por parte do governo de como é o modelo da Funasa e quando tiver vamos discutir", afirmou Padilha.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 27/09/2023

LULA ESTICA A CORDA E LIRA ANUNCIA OBSTRUÇÃO NA CÂMARA

Deputado enviou a mensagem nesta quarta, 27, no grupo de líderes. Embate sobre indicações na Caixa e reação da bancada do agro ao STF deixam a Casa sem votações pela segunda semana

EXCLUSIVO PARA ASSINANTES - Por Roseann Kennedy

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), anunciou nesta quarta-feira, 27, no grupo de mensagens dos líderes partidários: “obstrução na Casa”. A informação lacônica foi enviada às 10h05, após um dos integrantes perguntar sobre a reunião do colégio de líderes, que decide as pautas que irão a plenário. E, pela segunda semana consecutiva, o encontro não será realizado. Com isso, também não há projetos pautados para votação.

Integrantes da base aliada ao governo Lula entendem que se trata de um “boicote” de Arthur Lira que está em mais um embate com o presidente da República sobre a indicação de cargos, desta vez na Caixa Econômica Federal. Lira, dizem interlocutores do PP, ficou irritado com a declaração mais recente do petista que esticou a corda em relação ao prazo para nomeações e disse não estar disposto a mexer com nada agora.



Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) Foto: WILTON JUNIOR/ESTADÃO

O petista, por sua vez, ficou incomodado à entrevista que o presidente da Câmara deu em 17 de setembro informando que a nomeação para a presidência e para as 12 vice-presidências do banco passariam por ele. Resultado: a nova queda de braço de Lula e Lira está estabelecida.

Quando adotou essa postura na reforma ministerial, Lula saiu perdendo, e teve de ceder mais do que queria. A leitura política - da oposição ao grupo aliado ao Planalto - foi de que o petista perdeu o timing da negociação. Agora, consideram cedo para apontar para um desfecho. Mas, por enquanto, nada de votações na Câmara.

Os interlocutores de Lira argumentam que ele não vai deliberar sobre a pauta porque 16 frentes parlamentares e dois partidos (PL e Novo) anunciaram obstrução em reação aos julgamentos do Supremo Tribunal Federal, sobre Marco Temporal das terras indígenas, aborto e porte de maconha. No entanto, a “greve” desses grupos, arregimentados principalmente pela bancada do agronegócio, só foi anunciada nessa terça, 26. Mas, faz duas semanas que Lira não reúne o colégio de líderes.

Quando estão em obstrução, os deputados não registram presença no plenário para impedir a formação de quórum e barrar votações em qualquer instância da Câmara.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 27/09/2023*

GERDAU ESTÁ NA IMINÊNCIA DE FAZER DEMISSÕES POR CONTA DO CENÁRIO DO AÇO, DIZ PRESIDENTE DA EMPRESA

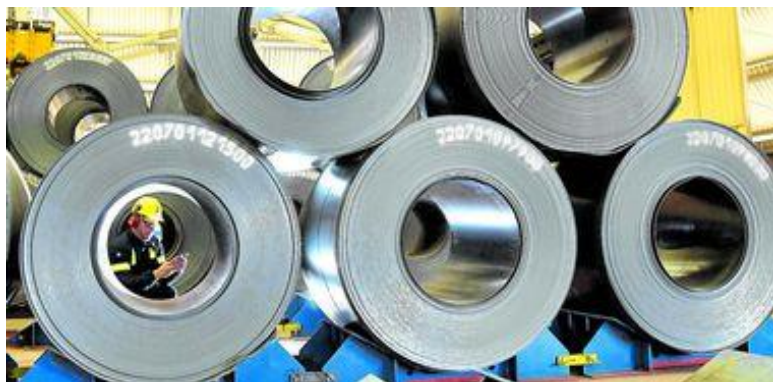
Segundo Gustavo Werneck, grupo já tem 600 trabalhadores em suspensão temporária por conta da redução de produção
Por Jorge Barbosa

São Paulo - O presidente da Gerdau, Gustavo Werneck, afirmou que a companhia está sob a iminência de promover demissões por conta do cenário atual que a indústria do aço vive no País. A fala foi feita durante o 33.º Congresso Aço Brasil, realizado nesta quarta-feira, 27, em São Paulo.

O executivo avaliou o momento atual em que a indústria siderúrgica brasileira vive, apontando que o forte aumento no volume do aço importado, sobretudo da China, vem prejudicando a produção brasileira. Werneck acrescentou que a Gerdau já tem 600 trabalhadores em suspensão temporária do contrato de trabalho por conta da redução da produção na empresa.

“Se não forem tomadas decisões por parte do governo nos próximos 30 dias sobre o aumento da tarifa de importação, a situação ficará preocupante. É preciso a adoção de ações urgentes para que a tarifa suba 25%, ou então teremos muita dificuldade”, afirmou o executivo.

De acordo com Werneck, a Gerdau já possui duas plantas, uma no Ceará e outra em São Paulo, que estão paralisadas.



Gerdau reduziu produção este ano por conta da queda da demanda Foto: Washington Alves/Light Press /Estadão

O diagnóstico do presidente da Gerdau foi acompanhado pelo presidente da ArcelorMittal Brasil e presidente do conselho diretor do Instituto Aço Brasil, Jefferson De Paula, que confirmou a possibilidade de problemas sociais caso o cenário se mantenha.

“Vamos produzir 1,3 milhão de toneladas de aço a menos por causa do cenário atual de importações. A nossa capacidade está entre 15 milhões a 16 milhões de toneladas, mas vamos produzir menos. Se o cenário continuar igual, haverá um problema social no País”, afirmou De Paula.

Reforçando a gravidade do assunto, o presidente executivo do Instituto Aço Brasil, Marco Polo Lopes, afirmou que a decisão do governo de antecipar o fim do desconto de 10% na alíquota de importação de 12 produtos siderúrgicos foi “inócua”.

O executivo comparou a taxa de importação do Brasil em relação a países como Estados Unidos, México e União Europeia, onde a tarifa é de aproximadamente 25%, segundo aponta a entidade.

Importações em alta

Segundo Jefferson De Paula, as importações de aço vão aumentar cerca de 40% em 2023 na comparação com o ano passado. O executivo acrescentou ainda que a projeção para o final do ano é de que ocorra uma queda de 6% nas vendas internas.

Segundo ele, um dos principais impeditivos para a aceleração do crescimento no País são os juros. “A queda continuada dos juros nos parece factível, mesmo que consequentes do risco inflacionário do passado recente”, afirmou.

O executivo defendeu ainda a adoção de incentivos por parte do governo para iniciativas de baixo carbono voltado para a indústria e desenvolvimento de pesquisas: “A indústria siderúrgica será transformada completamente em termos de tecnologia e processamento”.

De Paula afirmou que a disponibilidade de sucata e oferta de gás natural com preços compatíveis serão vitais para a redução das emissões de CO2 no setor. “A neutralidade de carbono passa necessariamente pela oferta de energia limpa, um dos pilares da ‘neointustrialização’ no Brasil.”

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 27/09/2023

‘NÃO ESTAMOS FAZENDO PICARETAGEM COM OS PRECATÓRIOS; NÃO TEM PEGADINHA’, DIZ SECRETÁRIO DO TESOURO

Ceron rebate críticas de que proposta de mudança na classificação das dívidas judiciais da União seria ‘contabilidade criativa’

Por Bianca Lima, Anna Carolina Papp e Adriana Fernandes

ENTREVISTA COM

Rogério Ceron - Secretário do Tesouro Nacional

BRASÍLIA - O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, rebate as críticas de que a proposta de mudança na classificação dos precatórios seja contabilidade criativa e possa abrir espaço para novos gastos no Orçamento. Em entrevista ao Estadão, ele afirma que a discussão “não impacta um real” na meta de 2024 - de déficit zero nas contas públicas - e, nos seus cálculos, vai gerar aumento de despesas em 2025 e 2026, e não redução.

“Eu sei que, às vezes, o pessoal fica meio triste que a gente não está fazendo nenhuma picaretagem; mas o pessoal fica procurando esse tipo de coisa. ‘Ah não, mas qual é a pegadinha?’ Não tem pegadinha”, afirma o secretário, que passou a terça-feira respondendo a questionamentos de investidores sobre o tema.

Na segunda-feira, o governo recorreu ao Supremo Tribunal Federal para rever o pagamento de precatórios, alterado pela chamada “PEC do Calote”, aprovada em 2021, que fixou um teto anual para essas despesas, “rolando” o excedente para os próximos. Com isso, a equipe econômica espera quitar cerca de R\$ 95 bilhões de fatura acumulada, o que seria feito por meio de crédito extraordinário, fora do limite das despesas do novo arcabouço.

Além disso, o governo planeja alterar definitivamente como esses pagamentos são computados na contabilidade federal - e é aqui que está a principal crítica e ponto de dúvida dos especialistas em contas públicas.

Na nova fórmula, o valor principal da dívida será tratado como despesa primária – ou seja, contabilizado no resultado primário (saldo entre receitas e despesas, sem contar os juros da dívida). Já o que for referente ao pagamento de juros será separado e tratado como despesa financeira, sem ser contabilizado no resultado primário e, conseqüentemente, no limite de gastos.



Secretário do Tesouro afirma que discussão sobre precatório 'não impacta um real' na meta fiscal de 2024.
Foto: Wilton Junior/Estadão

“Pode perguntar para qualquer especialista: considerar juros de precatório como despesa financeira, do ponto de vista contábil, é adequado. Pode-se falar que há uma divergência em relação ao manual do FMI (Fundo Monetário Internacional). Mas o manual do FMI não se impõe sobre o ordenamento brasileiro”, afirma o secretário.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

A mudança nos precatórios foi feita para ajudar o ministro Haddad a cumprir a meta de zerar o déficit em 2024?

Não tem nada a ver com isso. A nota técnica (da AGU) é pública: não mexe com o (resultado) primário (saldo entre receitas e despesas, sem contar os juros da dívida). Se alguém falar isso, é porque não sabe nem interpretar texto. Está escrito com todas as letras como vai ser feito. É conta de somar, subtrair e interpretação de texto básica. Não tem nenhum pedido de alteração de meta ou de excepcionalizar (retirar do teto) a conta de precatório. Não tem um real de diferença em termos de espaço fiscal para o ano que vem. O pedido é muito claro: abertura de crédito extraordinário deduzido o montante já previsto na proposta orçamentária de 2024 (R\$ 66,4 bilhões com precatórios).

Mas como parte dos gastos - no caso, os juros dos precatórios - será computada como despesa financeira, sem contabilizar no resultado primário, isso não melhora o resultado fiscal do governo?



O governo vai pagar, de precatórios, R\$ 66,4 bilhões no que vem; R\$ 69 bilhões em 2025 e R\$ 72 bilhões em 2026. Isso está dado. O que vai acontecer se o STF aprovar? Em 2024, paga os mesmos R\$ 66,4 bilhões. Em 2025, a gente tem de encaixar tudo no arcabouço. Nas nossas previsões, mesmo com a segregação (separação) de juros, classificando como despesa financeira, deve ter uma pressão de gastos de R\$ 2 bilhões, R\$ 3 bilhões a mais. Então, é o contrário: estou colocando um pouquinho mais de carga no fiscal em 2025 e 2026 em relação a não fazer nada. Estamos criando pressão fiscal com a solução, mas é possível acomodar.

E por que o governo adotou essa estratégia?

Porque é melhor para o País. Estamos em moratória parcial. Continuar com ela é muito ruim em termos econômicos. Essa despesa está oculta. Vamos colocar na luz do sol e pagar tudo em dia.

E a meta fiscal, fica como?

Não tem excepcionalização para a meta. Vai ser computado normalmente, só que eventual pagamento desse montante não significará descumprimento da meta para fins de punição. Dos R\$ 95 bilhões de crédito extraordinário, algo em torno de 35% do estoque são juros. Então, cerca de R\$ 60 bilhões vão ficar como (despesa de) primário. Esse valor encaixaria na meta prevista para este ano (a meta autoriza um déficit de até R\$ 216,4 bilhões, sendo que a estimativa atual para o rombo é de R\$ 141,4 bilhões. Ou seja, há uma 'folga' de R\$ 75 bilhões). Não sabemos se o STF vai julgar neste ou no próximo ano. Em 2024, a meta está apertada.

Se tiver de pagar R\$ 95 bilhões de crédito extraordinário em 2024, a meta fiscal de déficit zero não será cumprida. Por isso é melhor fazer neste ano?

Este ano é mais adequado para fazer isso, porque tem espaço na meta fiscal. E é um primeiro ano (sob o novo arcabouço fiscal), de arrumação mesmo, de algo que foi feito no governo anterior; já arruma tudo isso. Resolve e segue a regra daqui para a frente sem formar estoque e pagando tudo em dia. Não excluimos nada da meta. Se começar a excluir, cria precedentes. Afinal, se tirar precatórios, por que não excluir outras coisas?

Por que o governo não optou apenas por pagar o estoque fora do limite de gastos e depois seguir com as regras já vigentes? Se não é para melhorar o resultado primário, qual o objetivo?

Eu acho que é melhor, eu defendo que é melhor. Primeiro, os tribunais já informam os juros separados do (valor) principal (da dívida) corrigido. Isso existe nos tribunais. Na hora que gera precatório que mistura tudo. Por que, então, não é mais transparente manter separado o que eu pago de juros, pelo fato de essas causas ficarem tantos anos no Judiciário, do que é pago referente ao principal? O que que isso gera de consequência? Nenhuma, nada. E o contrafactual disso seria criar exceções: exceções de despesas, exceções à meta.

Então preferiu-se contabilizar os juros como despesa financeira a se criar exceções às regras fiscais, é isso?

A única despesa que tem juro embutido por dentro é precatório. Pode perguntar para qualquer especialista: considerar juros de precatório como despesa financeira, do ponto de vista contábil, é adequado. Pode-se falar que há uma divergência em relação ao manual do FMI. Mas o manual do FMI não se impõe sobre o ordenamento brasileiro.

Com a mudança, como ficaria o registro, por exemplo, dos juros de encargos das receitas tributárias que a União tem a receber? O governo vai reclassificar como financeiras ou a regra só vale para as despesas?

Ótimo, essa é a discussão? Do ponto de vista fiscal, essa é uma discussão boa. Isso não é um precedente ruim. Não vai tirar nada que vá prejudicar o fiscal. Não tem problema esse aperfeiçoamento contábil.

Mas colocar essa discussão no meio de um debate fiscal, com uma meta difícil para 2024 e a necessidade de se arrecadar R\$ 168 bilhões extras, não traz ruído?

Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Não impacta. Essa discussão não impacta um real no debate sobre a meta fiscal para o ano que vem. Não tem nada a ver. Para 2025, a tendência é que



ela gere alguma pressão de gasto, do primário, que eu vou ter de encaixar dentro do arcabouço, dentro daquele limite de 0,6% a 2,5% (de aumento de despesas acima da inflação).

Há economistas dizendo que o governo adotou essa estratégia, em relação aos precatórios, para servir de pretexto caso não consiga cumprir a meta no ano que vem, de zerar o déficit...

Isso não só não é verdade, como a gente está propondo que isso seja feito em 2023. Eu sei que, às vezes, o pessoal fica meio triste que a gente não está fazendo nenhuma picaretagem; mas o pessoal fica procurando esse tipo de coisa. “Ah não, mas qual é a pegadinha?” Não tem pegadinha. A gente está resolvendo um problema grave: uma moratória, com ocultamento de dívida pública, que é o que está acontecendo hoje. O Brasil não paga as obrigações em dia perante o mundo. Pagar em dia as contas é uma obrigação do governo.

Mas há muita crítica sobre separar parte dos precatórios como despesa financeira.

Eu discordo de que tem muita crítica. O que o pessoal está tentando entender é se isso vai gerar algum tipo de espaço fiscal ou não. O que estou deixando claro é que não vai gerar.

O que o pessoal está tentando entender é se isso vai gerar algum tipo de espaço fiscal ou não. O que estou deixando claro é que não vai gerar.

Em relação à dívida pública, ela vai aumentar em relação ao PIB, certo?

Isso já existe, só que hoje a gente está mascarando. Está tudo oculto. Eu insisto: não estamos criando um real de despesa com essa medida. Hoje, o País deve R\$ 95 bilhões que não estão registrados na nossa estatística fiscal. (A medida) Não cria mais ou menos despesa; só estamos regularizando uma situação. Com essa solução, eu consigo resolver o problema de estoque e gerar um fluxo que dá para caber no Orçamento, no primário, sem ter de criar exceção.

Então por que não reconhecer tudo como dívida e pagar integralmente como despesa financeira?

Seria possível, tem suporte na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) para fazer isso. Só que aí eu cairia em duas críticas que são legítimas. Iam dizer: “Ah, você abriu um precedente; então, se você começar a atrasar restos a pagar, você pode considerar como dívida e fazer a mesma coisa”. Outra crítica é que você tiraria o interesse do governo de controlar essa despesa, já que não estaria aparecendo; só o Tesouro iria se preocupar com isso, porque apareceria na dívida. Dessa forma, não.

Por quê?

A maior parte continua sendo gasto primário e ele se reduz no tempo, porque o juro é tão maior quanto mais antiga é a causa. Há um processo de aceleração dos julgamentos no judiciário como um todo. Então, se você pegar ano a ano, essa proporção de juros sobre o principal está caindo. Daqui alguns anos, vai ser de 20% (hoje, o secretário calcula que seja de cerca de 30%). Então, a médio e longo prazo, essa distinção (entre despesa financeira e primária) vai ficando irrelevante, mas permite criar um caminho de saída, sem ter de criar exceção e precedentes ruins.

É uma aberração esse negócio de precatórios aqui no Brasil

Economistas como o ex-ministro da Fazenda Máilson da Nóbrega defendem que uma solução seria tirar o pagamento dos precatórios do teto das despesas. Esse caminho foi considerado?

Eu discordo que deveria tirar tudo do teto. Acho que isso cria um precedente ruim. Sem tirar nada do teto, respeitando as regras vigentes, estamos resolvendo o problema de uma forma razoável. É uma aberração esse negócio de precatórios aqui no Brasil, de ter esse estoque de volume tão grande, tão antigo. Eu resolvo um problema tão grande para o País com uma saída que é razoável.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 27/09/2023

LULA DIZ QUE PAÍS 'NÃO OFERECE RISCOS', MAS QUEDA NO INVESTIMENTO EXTERNO CHEGA A 36% DESDE A POSSE

Números divulgados pelo Banco Central indicam que retração nos aportes vem se acentuando no atual governo e que investidores estrangeiros não estão "comprando" discurso amigável feito pelo presidente em Nova York

EXCLUSIVO PARA ASSINANTES - Por José Fucs

Durante sua viagem a Nova York, para participar da Assembleia Geral da ONU, em meados de setembro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não perdeu a oportunidade de pedir aos investidores estrangeiros que deem um voto de confiança ao seu governo e apostem no Brasil.



Apesar do discurso amigável ao capital estrangeiro feito por Lula em Nova York, os dados oficiais indicam que ainda há muita incerteza no ar em relação aos rumos do atual governo na economia

"O Brasil não oferece riscos, oferece oportunidades. Vale a pena investir lá", afirmou Lula em encontro com executivos do mercado financeiro e da arena empresarial. "Nós, brasileiros, precisamos do investidor estrangeiro para gerar emprego, riqueza e renda. Estamos dispostos a oferecer a vocês um mercado livre, para os produtos que desejarem produzir."

Mas, embora tenha sido "aplaudido de pé" no evento, segundo o noticiário, parece que os investidores externos não estão "comprando" a narrativa de Lula. Ao menos é o que revelam até agora os números dos investimentos estrangeiros diretos feitos no País no atual governo.

De acordo com os dados mais recentes do Banco Central (BC), a retração dos investidores do exterior vem se acentuando desde o início da gestão de Lula. Em agosto, conforme os dados do BC, os aportes externos líquidos (descontadas as retiradas) na produção registraram uma queda de 57% em relação ao mesmo mês de 2022, de US\$ 10 bilhões para US\$ 4,3 bilhões.

Nos primeiros oito meses do ano, o tombo em relação a 2022, que ficou em 28% no acumulado de janeiro a abril e em 32% até julho, chegou a 36%. O saldo passou em US\$ 59,2 bilhões de janeiro a agosto do ano passado para US\$ 37,9 bilhões em igual período de 2023.

Apesar do discurso amigável ao capital estrangeiro feito por Lula nos Estados Unidos, os dados indicam que ainda há muita incerteza no ar em relação aos rumos do atual governo na economia. O próprio Lula deu uma "contribuição milionária", para usar uma expressão criada pelo escritor Oswald de Andrade, com declarações e propostas que ampliaram a insegurança jurídica do País e deixaram os investidores com o pé atrás.

Fazem parte da lista a paralisação das privatizações, o crescimento do rombo nas contas públicas, as críticas à autonomia do Banco Central e as tentativas de retomada do controle da Eletrobras, privatizada em junho de 2022, e de revogação do novo marco legal do saneamento, aprovado pelo Congresso em 2020, além da mudança nas políticas de preços e de dividendos da Petrobras e da intenção de usar o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e o Banco do Brics para apoiar os "companheiros" peronistas na Argentina, com o objetivo de reforçar a posição do grupo, que aparece atrás nas pesquisas, nas eleições de 22 de outubro.

Também não ajudaram a tranquilizar os investidores estrangeiros as posições de Lula na área externa, como o apoio ao presidente russo, Vladimir Putin, na Guerra da Ucrânia, a afirmação de que pretende estudar a retirada do Brasil do Tribunal Penal Internacional, a defesa das ditaduras da Venezuela, de Cuba e da Nicarágua e os questionamentos sobre o uso do dólar como padrão monetário global.

Modelo malsucedido

É certo que, para os investidores estrangeiros, é melhor ver Lula cortejar o capital estrangeiro do que esbravejar contra o capitalismo e o Ocidente em fóruns internacionais. Mas eles sabem avaliar como ninguém até que ponto seu discurso “paz e amor” em Nova York é coerente com as iniciativas de seu governo até agora.

Se quiser realmente atrair dólares em profusão, Lula terá de mostrar na prática que não vai repetir o modelo malsucedido do passado, que levou o País à pior recessão em todos os tempos, centrado no gasto descontrolado de recursos públicos, na interferência política nas taxas de juro e na gestão das estatais, no uso de instituições financeiras federais para financiar “campeões nacionais” e governos “amigos” na América Latina, na acomodação de “companheiros” em conselhos de administração de estatais e em benesses de todos os tipos para os servidores da administração direta e indireta.

Até o momento, porém, pelo que se pode observar, o que ele está fazendo é justamente o contrário, ao “dobrar a aposta” no que não deu certo. A seguir nesta toada, não será surpresa se os investimentos externos continuarem a cair em seu governo. Como diz um velho dito popular, “o dinheiro não leva desaforos para casa”.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 27/09/2023

MAIOR IMPORTADORA DE DIESEL RUSSO DO BRASIL ENTRA NA DISTRIBUIÇÃO DE GASOLINA

Nimofast pretende trazer nafta da Rússia e transformá-la em gasolina; foco da atuação será a Região Nordeste

Por Gabriel Vasconcelos

Rio - Maior importadora de diesel russo do Brasil, a Nimofast vai começar a operar também na distribuição de gasolina, por meio da Nimo Energia, distribuidora comprada no início do ano. A gasolina será fabricada aqui no País a partir da formulação de nafta - um derivado do petróleo - também trazida da Rússia.

O foco da operação será a região Nordeste, que tem pouca presença de agentes nacionais e importa a maior parte do insumo dos Estados Unidos, de acordo com o presidente da empresa, Ramon Reis.

“O enfoque será em regiões de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e outras. Eu fujo da Petrobras, não competindo com seus preços extremamente baixos, e consigo colocar produto no mercado a preços menores que o das importações atuais”, diz. “Minha operação é totalmente focada no Nordeste. Entrar no Sudeste e mesmo em outras regiões seria quase impossível.”

Apesar da suspensão de exportações de combustíveis pela Rússia na semana passada, o executivo e fontes consultadas pelo Estadão/Broadcast dizem que o negócio que está saindo do forno não corre risco, porque a nafta russa não está no rol de produtos restritos para exportação pelo Kremlin, focado em gasolina e diesel S10.

O investimento inicial nessa operação, diz Reis, foi de quase US\$ 20 milhões, montante alcançado por meio de um empréstimo com um sindicato de quatro bancos privados e aporte próprio.

“Conseguimos prazos de pagamento maiores que a média do mercado com os fornecedores de nafta na Rússia, o que é fundamental em um negócio intensivo em capital de giro. Esse tempo vai me permitir rodar o negócio e pagá-lo, trazendo novas cargas mensais”, diz.

O empresário conta que planeja entrar no competitivo mercado de gasolina há anos, mas que o projeto vem sendo preparado mesmo há cerca de um ano. Para tanto, foi fundamental o caixa acumulado com sua outra operação, a importação de diesel russo.



Primeira carga de nafta russa chegou ao Porto de Suape, em Pernambuco, na semana passada Foto: Nilton Fukuda/Estadão

Considerando todas as fontes, a Nimofast já responde por cerca 30% das importações totais de diesel do Brasil, só atrás da Petrobras, segundo Reis. Com relação especificamente ao diesel russo, a empresa é dominante, com mais de 60% do mercado.

Reis diz que os derivados russos entraram no Brasil para ficar, mesmo após eventual resolução da guerra na Ucrânia. A compra do diesel russo no Brasil vem aumentando desde abril e, em agosto, respondeu por 74% do total importado, segundo dados de comércio exterior do governo federal. Hoje, o Brasil varia como segundo ou terceiro maior comprador de diesel da Rússia, só atrás da Turquia e empatado com a Líbia, diz Reis.

Nafta em gasolina

A primeira carga de nafta vinda da Rússia chegou na semana passada ao terminal da Decal, no Porto de Suape (PE). São 50 milhões de litros de nafta a serem transformados em gasolina. Segundo Reis, a Decal, dona do terminal, vai atuar como prestadora de serviço para a Nimofast. Por meio de convênio, a operação também contará com profissionais do Instituto de Pesquisa em Petróleo e Energia, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

A transformação da nafta em gasolina será realizada nos tanques do terminal por meio do processo chamado de “reforma catalítica”. O processo não altera a quantidade de átomos do composto, somente sua estrutura molecular, a fim de torná-lo idêntico à gasolina.

“Começaremos a operação comercial no início de outubro. Vamos trazer um navio por mês. Para nós, é um volume grande, mas para as gigantes do setor (Petrobras, Vibra, Raizen e Ipiranga) é só uma gota no oceano”, diz o empresário. O volume, diz Reis, tem a ver com a tancagem disponível no porto. A Decal informa que o terminal tem uma capacidade total de armazenamento de 156 mil metros cúbicos, dos quais só uma parte será usada pela Nimofast.

Uma vez pronta, a gasolina será vendida pela Nimo Energia, distribuidora comprada pela Nimofast há seis meses. Em um primeiro momento, a empresa só venderá para outras distribuidoras que possuírem cargas de etanol anidro e permissão para misturar essas cargas na gasolina para obter o produto final que vai às bombas. Depois, em um prazo de seis meses, Reis planeja assumir também esse preparo para distribuir diretamente ao varejo. Por lei, o etanol anidro representa 27,5% da gasolina vendida ao consumidor final.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 27/09/2023*

ECONÔMICO
Valor

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

CADE MANTÉM ARQUIVAMENTO DE INVESTIGAÇÃO CONTRA IPIRANGA, VIBRA E RAÍZEN

A autarquia analisou se houve infração decorrente da formação de consórcio pelas distribuidoras para participar de leilões de áreas portuárias destinadas à movimentação e armazenagem de graneis líquidos

Por Guilherme Pimenta, Valor — Brasília



O caso estava sendo investigado pelo órgão desde 2019 por meio de um inquérito administrativo — Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado

O Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) manteve nesta quarta-feira o arquivamento de uma investigação contra a Ipiranga, Vibra e Raízen por formação de consórcio. A decisão foi unânime.

O caso estava sendo investigado pelo órgão desde 2019 por meio de um inquérito administrativo. O Cade analisava se houve infração à ordem econômica decorrente da formação de consórcio pelas distribuidoras para participar de leilões de arrendamento das áreas portuárias destinadas à movimentação e armazenagem de graneis líquidos (combustíveis líquidos).

Após a análise, a Superintendência-Geral do Cade recomendou o arquivamento do inquérito administrativo em junho deste ano, mas o conselheiro Luis Braido pediu análise do caso no Tribunal do órgão. Apesar disso, nesta quarta ele entendeu que o processo deveria ser encerrado no órgão antitruste e foi seguido pelos demais conselheiros.

De acordo com Braido, a participação das empresas não necessariamente reduz significativamente ou elimina o potencial de participação na licitação por outras empresas administradoras de terminais, já que nenhuma das três investigadas é administradora dos terminais.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 27/09/2023

MINISTRO DOS PORTOS ASSUME COMPROMISSO DE 'RESOLVER DEFINITIVAMENTE' QUESTÃO DO GALEÃO

Há meses, governos federal, municipal e Estadual do Rio de Janeiro debatem formas de como elevar o fluxo de voos no Galeão. Atualmente, as rotas aéreas estão concentradas no aeroporto Santos Dumont



— Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos), assumiu o compromisso de “resolver definitivamente” a questão envolvendo o aeroporto internacional Antônio Carlos Jobim, o Galeão, na Ilha do Governador, zona norte do Rio. As declarações foram dadas durante cerimônia de abertura da 50ª Abav Expo, feira de turismo promovida pela Associação Brasileira de Agentes de Viagem (Abav).

Há meses, governos federal, municipal e Estadual do Rio de Janeiro debatem formas de como elevar o fluxo de voos no Galeão. Atualmente, as rotas aéreas estão concentradas no aeroporto Santos Dumont, na zona sul do Rio, de menor capacidade do que o Galeão.

Ao lado do prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), também presente à abertura do evento, o ministro, não mencionou propostas ou prazos e descreveu o aeroporto como “um ativo” do Brasil. Paes é um grande defensor do fortalecimento do Galeão em número de voos e rotas.

“Eu quero me comprometer publicamente aqui com o senhor de resolver definitivamente a questão do aeroporto do Galeão” disse o ministro, se dirigindo a Paes, no que foi aplaudido pela plateia que assistia a cerimônia. Em sua fala, ele aproveitou ainda para ressaltar o potencial de crescimento da fatia do turismo no total do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, que atualmente gira em torno de 8%, de acordo com ele.

“Em Portugal [o turismo] é 18% do PIB; na Espanha, 14% do PIB”, disse. “Temos um grande potencial a ser perseguido” afirmou. Para o ministro, há forte potencial de crescimento no turismo de negócios, de lazer, no país.

O ministro do Turismo, Celso Sabino (União Brasil), também estava presente na cerimônia. Em sua fala, destacou necessidade de modernização da Lei Geral de Turismo. A Lei 11.771, mais conhecida como LGT, delimita e organiza vários pontos constantes na Política Nacional do Turismo no que diz respeito à regulamentação do setor turístico brasileiro como um todo. No entendimento dele, é possível promover mais movimentos que possam “desburocratizar” a economia do turismo, e assim acelerar o ritmo da atividade, com benefícios para o PIB do país.

“O turismo tem geração de emprego de qualidade”, acrescentou ao afirmar que, embora a construção civil seja segmento que mais empregue no país, em termos nominais o turismo ocupa a segunda posição. “Será através do turismo que esse país descobrirá um novo ‘pré-sal’ para gerar renda para a sociedade” completou Sabino.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 27/09/2023

BATERIA EM LEILÃO DE ENERGIA DEPENDE DE REGRAS, DIZ CTEEP

Soluções de armazenamento de energia ao sistema elétrico brasileiro podem trazer receitas adicionais a empresa, mas competitividade em eventual certame ainda é dúvida

Por Robson Rodrigues — De São Paulo



Rui Chammas, da Isa Cteep, diz que o uso de sistemas de armazenamento podem resolver problemas de um modelo com cada vez mais fontes renováveis — Foto: Silvia Zamboni/Valor

A transmissora colombiana Isa Cteep vê como promissor o segmento de baterias para trazer mais resiliência ao setor elétrico, já que possibilitam integrar soluções de armazenamento de energia ao sistema elétrico. Entretanto, o potencial competitivo

das baterias em um eventual leilão de reserva de capacidade vai depender dos requisitos a serem definidos no edital.

Nos últimos dias circularam notícias na imprensa de que o governo quer integrar baterias e outras soluções de armazenamento ao sistema elétrico brasileiro e que essas tecnologias disputem leilões previstos para o início de 2024.

Essa seria uma oportunidade de “empilhamentos de receitas”, já que os equipamentos têm usos múltiplos e podem funcionar como controle de tensão, estabilidade e atendimento do sistema em momentos de alta demanda, entre outras funcionalidades.

A empresa é a única com experiência no país. No fim de 2022, a Cteep colocou em operação o primeiro sistema de armazenamento de energia em baterias em larga escala no sistema de transmissão. O projeto tem 30 megawatts (MW) de potência e está instalado na subestação de Registro (SP), também operada pela empresa.

A regulação, contudo, está em discussão e deixa dúvidas. O presidente da empresa, Rui Chammas, não sabe ao certo se o projeto poderia ser colocado como fonte para reserva de capacidade, já que o enquadramento regulatório faz parte do reforço da transmissão e é uma situação inédita no setor.

“O que estamos estudando é o que outras características das baterias de Registro (SP) podem trazer ao sistema (...). O uso pode resolver quantidade importante de problemas num sistema integrado com cada vez mais renováveis. Tem várias vantagens. Estamos usando uma”, diz Chammas.

Caso saiam do papel, os certames dariam impulso para desenvolver um mercado hoje incipiente no Brasil. A diretora executiva de estratégia e desenvolvimento de negócios da empresa, Silvia Wada, acrescenta que o modelo não deveria ficar restrito a um único segmento de atuação, já que os sistemas de armazenamento são versáteis e de múltiplas utilidades.

Para Wada, é preciso redução da carga tributária, como outros equipamentos que suportam a transição energética, e adequar o planejamento setorial para melhor alocar esta tecnologia.

No caso das baterias em Registro (SP), o objetivo é que elas atuem nos momentos de pico de consumo do litoral Sul paulista durante o verão, como no Natal e Ano Novo, por exemplo, como um reforço à rede elétrica, assegurando fornecimento adicional.

No entanto, elas podem atender o aumento da demanda com a onda de calor que o país está vivendo nos últimos dias. Em tese, os equipamentos poderiam oferecer outros serviços ao setor em momentos em que estão ociosos. Enquanto não são usadas, ficam em processo de carga e descarga contínua para permitir flexibilidade operativa em qualquer época do ano e são remuneradas por isso.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 27/09/2023

NOVO MINISTRO PROMETE INVESTIMENTO DE R\$ 4 BI PARA CEM AEROPORTOS

Silvio Costa Filho projeta expansão de até 10% na aviação nacional em cinco anos

Por João Valadares e Andrea Jubé — De Brasília



Ministro Silvio Costa Filho: privatização do porto de Santos não está no radar, mas há desejo de avançar nas parcerias público-privadas (PPPs) no local — Foto: Wenderson Araujo/Valor

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos), confirmou em entrevista ao Valor que há estudos em andamento para a construção de um novo aeroporto próximo à cidade de São Paulo. Como a expectativa é que nos próximos cinco anos haja um crescimento de 5% a 10% na aviação nacional, ele afirma que será preciso ampliar a infraestrutura aeroportuária do país.

O ministro ressaltou que, ao seu ver, “no momento, não existe a necessidade de um novo aeroporto em São Paulo”. Mas reconheceu que está sendo feita “uma avaliação”, e conversas “com o governo do Estado e, naturalmente, com outros aeroportos”.

Sobre a crise do Galeão, Costa Filho confirmou a reunião com o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), na capital fluminense, no dia 2 de outubro, para tentarem encontrar uma proposta definitiva para o terminal. Costa Filho afirmou que está atuando para aproximar o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (também do Republicanos), do governo federal, a fim de ampliar parcerias administrativas.



No dia 19, ele participou de uma reunião entre Tarcísio e o ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT), no Palácio do Planalto para tratar dos investimentos federais no Estado. Tarcísio é um dos principais aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), e desponta como presidenciável em 2026. O novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) vai investir R\$ 179,6 bilhões em obras de infraestrutura em São Paulo.

O ministro disse que não está no radar do governo a privatização do porto de Santos, mas revelou que deseja avançar nas parcerias público-privadas (PPPs) no local. Ele ainda anunciou que sua pasta vai incorporar a área de hidrovias, que sairá do Ministério dos Transportes.

“Acho que no momento não existe a necessidade de um novo aeroporto em São Paulo”

Apesar da postura de “independência” do Republicanos no plano nacional, o ministro garantiu que a bancada do partido na Câmara dos Deputados entregará de 80% a 85% dos votos ao governo nas matérias econômicas e de interesse do país. Ele diz que seu desafio será “colocar o ministério na agenda nacional de desenvolvimento econômico, e a agenda portuária, de aeroportos e de hidrovias na ordem do dia”. A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor:

Valor: A reforma ministerial feita pelo presidente Lula teve como objetivo ampliar a base no Congresso, mas o Republicanos tem defendido uma postura de independência. Afinal, o partido é governo ou não?

Silvio Costa Filho: Todos sabem que sempre tive um alinhamento com o presidente Lula. Digo sempre que sou lulista pela relação que a gente construiu. Quando houve o convite para ingressar como ministro [no governo], o partido compreendeu que era convite pessoal do presidente Lula, e também uma sinalização de alguém que quer cada vez mais dialogar com os Republicanos. Agora, nós do Republicanos vamos atuar de maneira colaborativa.

Valor: Como será essa colaboração com o governo?

Costa Filho: Nesse primeiro semestre, o partido foi um dos que mais votaram com o governo. Em 87% das principais votações no primeiro semestre, o partido votou com o governo. Então, todas as pautas econômicas de interesse do país, que prezem pela responsabilidade fiscal, pelo equilíbrio das contas públicas, e pela retomada do investimento, eu tenho muita confiança de que o presidente Lula vai contar com o apoio da bancada do nosso partido.

Valor: É possível ampliar o percentual de fidelidade nas votações?

Costa Filho: Eu acho que depende da votação. Por exemplo, uma matéria que trata do aumento do Bolsa Família, que trate de retomada do investimento, de programas como Minha Casa, Minha Vida, de benefícios sociais, de programas que possam estimular o crescimento econômico, matérias como a reforma tributária, eu tenho muita confiança que pode contar até com a grande maioria do partido. Depende da pauta. Se for de costumes [é mais difícil].

Valor: O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, é do seu partido, e lembrado por aliados como nome para a disputa presidencial em 2026. Como o senhor enxerga essa situação?

Costa Filho: Primeiro, 2026 está muito distante. O governador terá a oportunidade ainda ser candidato à reeleição. Falar sobre as eleições de 2026 é contraproducente. O momento agora é de construirmos unidade. Tenho trabalhado na direção de aproximar o governador Tarcísio do governo do presidente Lula para ampliarmos as parcerias administrativas. Recentemente [no dia 19 de setembro], fizemos uma conversa do ministro Rui [Costa], da Casa Civil, com o governador Tarcísio, onde tratamos do túnel Santos-Guarujá, que é a maior obra do PAC [Programa de Aceleração do Crescimento].

Valor: Essa aproximação é possível?

Costa Filho: Quando São Paulo vai bem, o Nordeste vai bem, o Norte vai bem e, naturalmente, o resto do país. A orientação do presidente Lula é essa. É para que nós possamos dialogar com todos os governadores do Brasil, com todos os prefeitos, e é o que estamos fazendo. Estamos remodelando o ‘Voa, Brasil’ e vamos construir o ‘Voa, Brasil’ internacional”



Valor: O senhor já abriu a agenda para governadores e prefeitos?

Costa Filho: Nesses últimos dez dias, já tive a oportunidade de receber oito governadores para tratar de pautas administrativas para os Estados, desde novas linhas de aviação, incentivando a aviação regional, até novos aeroportos, novos portos, o que é fundamental para geração de emprego e renda no Brasil. O presidente nos orientou para cada vez mais o ministério atuar de maneira transversal com Estados e municípios.

Valor: Quantos bilhões do novo PAC estão disponíveis para o ministério e, especificamente, para essa obra do túnel Santos-Guarujá em São Paulo?

Costa Filho: Há uma cartela de projetos de quase R\$ 70 bilhões, sendo R\$ 52 bilhões endereçados a portos e hidrovias. São mais de 65 novos terminais de uso privado (TUPs). Temos a maior obra do PAC, que é o túnel Santos-Guarujá, fundamental para a mobilidade urbana, requalificação de palafitas, e escoamento da produção naquela região, sobretudo, o porto de Santos, o maior da América Latina, que representa mais de 30% da corrente de exportação do Brasil.

Valor: Já existe uma agenda avançada para portos e hidrovias?

Costa Filho: A gente quer perseguir a agenda hidroviária. Hoje o Brasil tem 18 mil quilômetros de hidrovias, mas tem um potencial para chegar a 42 mil quilômetros. A cada 25 novas barcas, você consegue retirar 1.200 caminhões das estradas. A gente quer, ao lado do ministro Renan Filho [Transportes], criar a Secretaria Nacional de Hidrovias. Queremos desenhar uma política pública permanente com novas embarcações, novas áreas de escoamento de produção. Hoje 3% das exportações no Brasil passam pelos nossos aeroportos, e 95% das exportações, pelos portos.

Valor: A questão hidroviária vai migrar do Ministério dos Transportes para Portos e Aeroportos?

Costa Filho: Exatamente. Eu conversei com o ministro Renan Filho e com a Casa Civil para criarmos aqui no ministério, de comum acordo, a Secretaria Nacional de Hidrovias.

Valor: Qual o projeto para essa nova secretaria?

Costa Filho: Temos a possibilidade de buscar recursos para potencializar o crédito através do fundo da Marinha Mercante. Em segundo lugar, muitos grupos privados têm interesse em comprar embarcações. Com isso, além de ajudar na mobilidade, a gente vai potencializar o relançamento da agenda de estaleiros no Brasil. Terceiro, tem um conjunto de investimentos em dragagens e escoamento de novos destinos que vão ajudar também a interligar nossos portos.

Valor: O senhor já está administrando um problema na área de hidrovias?

Costa Filho: Hoje [terça-feira] estamos fazendo uma reunião articulada com o Ministério dos Transportes. Vamos trazer os governadores do Amazonas, Wilson Filho, e de Rondônia, coronel Marcos Rocha, e as bancadas federais para tratar da seca no rio Madeira, infelizmente, 40% maior em relação ao ano passado, que está prejudicando o escoamento da produção.

Valor: O senhor decidiu manter a autoridade portuária de Santos?

Costa Filho: Exatamente, nós recebemos boas informações sobre o presidente [do porto de Santos] Anderson Pomini. Ele tem feito o aprimoramento da governança, apresentou um plano estratégico de investimento, e está dialogando com os servidores e com o setor produtivo.

Valor: O governador Tarcísio defende a privatização do porto de Santos, mas o governo federal é contra. Como a situação foi resolvida?

Costa Filho: O governador Tarcísio sabe que privatização é decisão de governo federal, e essa orientação é pela não privatização da autoridade portuária. Mas o que vamos fazer é avançar nas PPPs [Parcerias Público-Privadas] dentro do porto de Santos na mobilidade urbana, na ampliação de novos terminais e dos serviços de tecnologia internamente para aprimorar os procedimentos.

Valor: Esse projeto só vale para o porto de Santos?



Costa Filho: Também para as seis docas que são de responsabilidade do ministério. O Brasil tem 255 portos. Deste total, 18 são portos delegados para Estados ou municípios tocarem. Dos seis sob a atribuição do ministério, vamos desmembrar o porto de Maceió.

Valor: Por que essa decisão em relação a Maceió?

Costa Filho: Porque hoje quem cuida do porto de Maceió é o governo do Rio Grande do Norte. Dando autoridade ao porto de Maceió, será possível tocar a agenda [própria] de investimentos, e passarmos a ter sete docas de responsabilidade do ministério.

Valor: Haverá mudanças na Infraero?

Costa Filho: A princípio, o presidente Rogério Barzellay vai ficar. Já nos reunimos, ele apresentou o plano estratégico que está desenhando, vamos desenhar juntos uma agenda aeroportuária que vai desde a melhoria dos aeroportos, como os investimentos. A meta é que nos próximos quatro anos, possamos fazer em torno de cem novos aeroportos, entre novos e requalificação dos já existentes para ampliar a aviação regional do Brasil. Estamos falando em investimentos de quase R\$ 4 bilhões.

Valor: Há previsão de um terceiro aeroporto próximo da cidade de São Paulo?

Costa Filho: Existem estudos que estão sendo analisados. Eu acho que esse é um debate que, mais cedo ou mais tarde, nós iremos fazer. Eu vou procurar o governador Tarcísio, vamos conversar com as companhias aéreas, com os aeroportos para fazer uma avaliação se será preciso agora um novo aeroporto, ou daqui a cinco ou dez anos. Os estudos estão sendo analisados para, na hora certa, a gente dialogar com todos os agentes institucionais e, a partir daí, tomar uma decisão.

Valor: O que motivou esses estudos?

Costa Filho: A gente espera para esses próximos cinco anos um crescimento em torno de 5% a 10% [da demanda] na aviação brasileira. Inegavelmente, vai ser preciso a ampliação de aeroportos no Brasil. Mas acho que no momento não existe a necessidade de um novo aeroporto em São Paulo.

Valor: O senhor já tem uma proposta para a crise do Galeão, no Rio de Janeiro?

Costa Filho: Já me reuni com as companhias aéreas e elas vão apresentar uma sugestão. Tem aquela decisão de 10 milhões de voos num raio de 400 quilômetros. Agora eu não vou dar nenhum passo sem ouvir o prefeito do Rio, Eduardo Paes, que tem defendido a importância do Galeão. Vamos nos reunir na próxima segunda-feira [2] para construirmos uma proposta definitiva, que vai dar previsibilidade para o "trade" turístico e para as companhias aéreas.

Valor: As passagens continuam com preços elevados. O senhor tem alguma proposta para mudar esse cenário?

Costa Filho: A gente tem articulado isso com as companhias aéreas. Já tive duas, três reuniões com os presidentes dessas companhias para saber de que forma a gente pode baixar o preço das passagens. Agora é importante registrar que o custo médio anual da passagem está em R\$ 635.

Valor: Mas quais as propostas para baixar os preços?

Costa Filho: Um problema é o custo da operação da aviação no Brasil. Na Europa e nos Estados Unidos, o custo do querosene da aviação nacional representa em torno de 22% do custo total da operação. No Brasil, esse percentual está em torno de 40%. Então, a gente está conversando com o Ministério de Minas e Energia, com a Casa Civil, com o Ministério do Turismo e com a Petrobras para saber se é possível reduzir o preço do querosene.

Valor: A desoneração tributária no setor é essencial para baixar o custo das passagens?

Costa Filho: Nós já reunimos com o Ministério da Fazenda. Temos três prioridades. A primeira é a manutenção do Reporto, desoneração fundamental para a agenda portuária. A segunda é em relação ao Fnac [Fundo da Aviação Nacional], que significa crédito para as companhias aéreas. E o terceiro é o fundo da Marinha Mercante. Em 2023, vai ter arrecadação de R\$ 8 bilhões.

Valor: O programa "Voa, Brasil" com passagens de até R\$ 200 está de pé?

Costa Filho: Sim, estamos remodelando o "Voa, Brasil" com as companhias aéreas e com o Ministério do Turismo, e vamos construir o "Voa, Brasil" internacional.

Valor: O sr. foi relator do projeto da autonomia do Banco Central, e se aproximou do presidente Roberto Campos. Tem conversado com ele sobre a queda da taxa de juros?

Costa Filho: Sempre que possível a gente conversa. Os juros no Brasil estão muito altos. É preciso que a gente possa perseguir nos próximos seis meses uma redução ainda maior na taxa de juros. Eu acho que a autonomia do Banco Central foi fundamental para o Brasil, porque melhorou a nossa governança internacional e melhorou a imagem do Brasil ante os agentes econômicos, tanto que a nossa nota de crédito vem melhorando. Entretanto, a gente precisa buscar uma redução da taxa de juros.

Valor: O presidente Lula pensa diferente do senhor em relação à autonomia do Banco Central. O senhor sente algum desconforto com isso?

Costa Filho: Não, de forma alguma. O presidente Lula sabe da nossa posição, e isso faz parte da beleza da democracia. Mas eu concordo com o presidente sobre a importância da gente baixar a taxa de juros.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 27/09/2023

CCR e município do RJ assinam aditivo que prevê reequilíbrio do contrato do VLT Carioca

Por Valor, Valor — São Paulo



A companhia de infraestrutura de transporte CCR informou na noite desta terça-feira que celebrou termo aditivo ao contrato de parceria público-privada (PPP) com o município do Rio de Janeiro para o VLT Carioca, rede de veículos leves sobre trilhos que percorre o centro e o porto da capital fluminense.

Veículo Leve sobre Trilhos, VLT Carioca — Foto: Bruno Bartholini/Prefeitura do Rio

Pelo novo documento, fica decidida a incorporação de obras adicionais à implantação do Terminal Intermodal Gentileza (TIG), no valor

de R\$ 38,2 milhões a ser pago via aporte público mediante comprovação de marcos contratuais.

Também deverá ser implementada a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, no montante de R\$ 25,9 milhões, referente às obras já executadas na implantação do TIG. Esse valor será pago via aporte público em até 30 dias úteis contados da assinatura do aditivo.

Também será reduzida de 60 dias para 30 dias o prazo de aprovação e pagamento de marcos contratuais referentes às obras de implantação do TIG.

Há ainda cláusula contratual estabelecendo que, a partir da entrada em operação do TIG e para efeito do cálculo da CAT B (mitigação do risco de demanda devida pelo Poder Concedente), será utilizada a curva de demanda prevista no contrato de concessão a partir do oitavo ano, aplicando-se um ramp up de 50%, 70%, 90% e 100%, respectivamente, nos primeiros quatro trimestres. Ao final dos quatro trimestres será aplicada a curva de demanda integral do nono ano em diante.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 27/09/2023

COSTA FILHO DIZ QUE REPUBLICANOS DEVE MANTER MÉDIA DE APOIO AO GOVERNO NAS PAUTAS ECONÔMICAS

Ministro de Portos e Aeroportos estima em 87% o percentual de votos da bancada no primeiro semestre

Por João Valadares e Andrea Jubé, Valor — Brasília



Novo ministro dos Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho — Foto: Antônio Cruz/Agência Brasil

O ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho (Republicanos), garantiu que vai trabalhar para aproximar o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, também filiado ao Republicanos, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com objetivo de ampliar parcerias administrativas.

Em entrevista ao Valor, Costa Filho afirmou, por exemplo, que já houve conversas de Tarcísio com o ministro da Casa Civil, Rui Costa, para tratar da construção do túnel Santos-Guarujá. O governador é lembrado por aliados como um nome competitivo do partido para a disputa presidencial de 2026.

“Nós temos trabalhado para fazermos a aproximação do governo de São Paulo com o governo federal porque, ao final, quem ganha é o povo brasileiro”, destacou. De acordo com o ministro, o Republicanos terá uma postura colaborativa com o governo. “Nesse primeiro semestre, o partido foi um dos que mais votaram com o governo. Em 87% dos principais temas, o partido votou com o governo”, disse.

Ele afirmou que a expectativa é de que, dependendo da pauta, o percentual de votos favoráveis da sigla em matérias de interesse do governo fique entre 80% e 85%. A média atualmente é de 87%.

Sem o compromisso de garantir integralmente os votos da bancada do partido no Congresso, Costa Filho afirmou que a legenda estará com o governo em todas as pautas econômicas de interesse do país. O ministro ressaltou que o presidente entende a postura do partido.

“O próprio presidente Lula e o governo compreendem a postura de independência do Republicanos porque no partido tem gente que votou em Bolsonaro, tem gente que votou no presidente Lula. Então, o presidente compreende a realidade partidária”, afirmou.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 27/09/2023

ÁREA DE HIDROVIAS SAI DOS TRANSPORTES E SERÁ INCORPORADA AO MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS, DIZ COSTA FILHO

Ministro de Portos e Aeroportos anuncia nova secretaria, que será comandada por técnica da área
Por Andrea Jubé e João Valadares, Valor — Brasília

O ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho (Republicanos), anunciou em entrevista ao Valor a criação da nova Secretaria Nacional de Portos e Hidrovias, que será comandada por Mariana Pescatori, técnica com atuação no setor. Em até um mês, o ministro quer apresentar uma agenda hidroviária para o país e relançar a agenda de estaleiros.

Com a criação da nova secretaria, a governança das hidrovias brasileiras que estava com o Ministério dos Transportes passará ao Ministério de Portos e Aeroportos. A decisão foi tomada de comum acordo com os ministros Renan Filho (MDB), dos Transportes, e Rui Costa (PT), da Casa Civil.

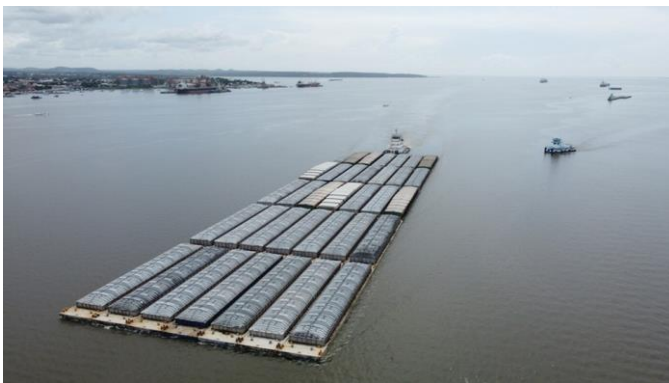
“A gente quer perseguir a agenda hidroviária no Brasil”, disse Costa Filho. Ele explicou que o Brasil tem 18.000 quilômetros de hidrovias, mas o potencial seria de 42.000 quilômetros.

“Queremos desenhar uma política pública permanente com novas embarcações, com novas áreas de escoamento de produção e colocar na ordem do dia a agenda hidroviária brasileira”, argumentou.

O ministro explicou que a cada 25 novas barcas, é possível retirar 1.200 caminhões das estradas. “Isso ajuda muito no modal de transporte e aprimora o escoamento da produção”, justificou.

Costa Filho Costa Filho adiantou que um dos problemas da área hoje é uma seca, 40% mais grave que a do ano passado, que afetou o escoamento da produção no rio Madeira. Ele vai se reunir nesta terça-feira com os governadores do Amazonas, Wilson Lima (União), de Rondônia, Coronel Marcos Rocha (União), e as bancadas federais dos Estados para discutir alternativas para o impasse.

Para turbinar a agenda hidroviária, ele pretende buscar recursos no Fundo da Marinha Mercante



para potencializar o crédito para o setor, já que muitos grupos privados têm interesse em adquirir embarcações. Ele quer relançar a agenda de estaleiros e impulsionar os investimentos em dragagens e no escoamento de novos destinos. “A política de hidrovias vai desde as obras de infraestrutura, do crédito, integrados com Estados e municípios”, concluiu.

Megacomboio de barcas de grãos da Hidrovias do Brasil rumo ao Arco Norte — Foto: Divulgação

Parcerias público-privadas no Porto de Santos

O ministro confirmou durante a entrevista que não está no radar do governo a privatização do Porto de Santos, o maior da América Latina, que responde por 30% da corrente de exportação do Brasil. Em contrapartida, adiantou que pretende avançar nas parcerias público-privadas (PPPs) no local, na mobilidade urbana, na ampliação de novos terminais, e na área de tecnologia e aprimoramento dos procedimentos.

“O governador Tarcísio [de Freitas] sabe que a privatização é decisão do governo federal, e a orientação é pela não privatização da autoridade portuária”, disse o ministro. Ele também confirmou que Anderson Pomini, autoridade portuária de Santos, permanecerá no cargo.

A maior obra do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que é a construção do túnel Santos-Guarujá está na alçada do ministério, e vai melhorar a mobilidade urbana e o escoamento da produção naquela região.

Ele esclareceu que a agenda de PPPs e outras propostas para aprimorar a operação no Porto de Santos estende-se às demais seis docas da área de competência do ministério. O ministro adiantou que o Porto de Maceió será desmembrado, porque, atualmente, a área é administrada pelo governo do Rio Grande do Norte. Então será criada a autoridade portuária de Maceió, que terá autonomia para tocar a operação e respectivos investimentos.

A cartela de projetos do PAC na área de portos, aeroportos e hidrovias contempla cerca de R\$ 70 bilhões em investimentos, sendo R\$ 52 bilhões para portos e hidrovias. O programa prevê mais de 65 novos terminais de uso privado (TUCs).

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 27/09/2023

LEILÃO DO LOTE 2 DE RODOVIAS DO PARANÁ RECEBEU APENAS UMA PROPOSTA, SEGUNDO FONTES

A concessão, que deverá gerar R\$ 10,8 bilhões de investimentos, será leiloada na sexta-feira (29)
Por Taís Hirata, Valor — São Paulo



A interessada seria a EPR Participações, empresa formada por Equipav e Perfin — Foto: Pexels

O leilão do Lote 2 de rodovias do Paraná, marcado para esta sexta-feira (26), recebeu apenas uma oferta, que, segundo fontes, foi da EPR Participações, empresa formada por Equipav e Perfin.

Fontes contam que a Ecorodovias chegou a ir até a sede da B3 durante a entrega de propostas, que aconteceu na segunda-feira (25). Porém, a empresa acabou não apresentando oferta.

Procurada, a EPR disse que “tem como disciplina avaliar as oportunidades do setor, respeitando seu modelo de negócios, que prevê estudo criterioso de cada projeto e estruturação financeira”. A Ecorodovias preferiu não se manifestar.

O Lote 2 de rodovias do Paraná, que deverá gerar R\$ 10,8 bilhões de investimentos, vinha sendo considerado um dos mais atrativos entre os seis blocos de estradas no Paraná, que estão sendo estruturados e leiloados pelo governo federal em parceria com o Estado. Há cerca de um mês, no fim de agosto, o Lote 1 foi arrematado pela gestora de investimentos Pátria, que ofereceu um desconto de 18,25% sobre a tarifa de pedágio. Naquele leilão, houve duas ofertas.

A concorrência se deu entre Pátria e a EPR. A concessão do Lote 2 inclui um trecho considerado atrativo, que conecta a capital Curitiba à região portuária de Paranaguá. O bloco também contempla estradas ao Nordeste do Estado. Ao todo, o bloco abarca 605 km de rodovias, das quais 350 km serão duplicadas. Também estão previstos 138 km de faixas adicionais, 73 km de vias marginais e 72 km de ciclovias. Além dos R\$ 10,8 bilhões em obras, o contrato prevê ainda outros R\$ 6,5 bilhões em despesas operacionais ao longo dos 30 anos da operação.

Na concorrência, que será realizada na sede da B3, em São Paulo, vence o grupo que apresentar o maior desconto sobre a tarifa de pedágio. Assim como no Lote 1, o edital prevê um mecanismo de aportes adicionais caso a proposta ultrapasse os 18% de deságio — uma forma de coibir lances agressivos demais. Porém, diante da baixa competição, a expectativa é que não haverá desconto.

O leilão ocorre em meio a um ciclo de baixa concorrência no setor de rodovias, que nos últimos anos viveu uma disparada no número de leilões estruturados — a qual, no entanto, não foi acompanhada na mesma proporção pelo interesse do mercado.

Para analistas do setor privado, a baixa competição prevista para o leilão desta sexta pode ser explicada por um conjunto de fatores, como o fato de ser um lote muito grande — tanto em extensão quanto em volume de investimento — e da taxa de juros no país ainda estar elevada.

Outro fator relevante é que os grandes operadores estão seletivos, avalia Rodrigo Campos, sócio do Vernalha Pereira Advogados. “As empresas que já atuam no setor estão em intensa renegociação com o governo federal de seus contratos antigos estressados. Essa repactuação deve demandar compromissos de execução de investimentos, que concorrem com um novo leilão”, diz ele. Além disso, o advogado aponta que, nos últimos anos, esses grupos também conquistaram contratos relevantes.

Procurado, o Ministério de Transportes não se manifestou.

No mercado, a avaliação é que a dificuldade de atrair novos atores não é “culpa” dos editais, que têm sido bem estruturados, mas da conjuntura econômica.

Ainda assim, há expectativa de entrantes no setor nos próximos anos, com grupos financeiros e de engenharia. “Observamos um movimento de empresas que não têm tamanho para entrarem sozinhas, mas que estão buscando parcerias”, afirma Carlos Magno Neiva, sócio da Porto Lauand.

Diante da baixa competição, há dúvidas no setor sobre como ficará o cenário para os próximos leilões de rodovias — neste ano, o governo federal já agendou outra grande licitação, da BR-381 em Minas Gerais, e há outros grandes projetos em modelagem.

Para Eduardo Carvalhaes, sócio do Lefosse, a perspectiva é que a concorrência continue baixa, mas com interesse. “Não vejo os leilões dando deserto, mas acho difícil vermos três, quatro competidores, na conjuntura atual.” A própria EPR é uma das novas operadoras que estreou no setor recentemente, e já tem apresentado uma expansão acelerada.

A parceria entre Equipav e Perfin despontou em agosto de 2022, quando as empresas conquistaram duas concessões em Minas Gerais. De lá para cá, as acionistas estruturaram uma holding para o setor, já conquistaram um terceiro contrato em Minas Gerais, e chegaram a disputar dois outros leilões de grande porte: o do Rodoanel Norte de São Paulo, e o Lote 1 de rodovias do Paraná, ambos sem sucesso. Caso a expectativa se confirme, o Lote 2 será o primeiro contrato federal do grupo.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 27/09/2023

VALE PRETENDE CONSTRUIR ‘HUB’ VOLTADO PARA DESCARBONIZAÇÃO NO PORTO DO AÇU

O complexo industrial deverá receber, em um primeiro momento, pelotas da Vale — e poderá incluir uma planta de briquete de minério de ferro

Por Alessandra Saraiva, Valor — Rio



Vale estudará alternativas de fornecimento de aglomerado de minério de ferro, como pelotas ou briquetes — Foto: Maria Magdalena Arrellaga/Bloomberg

A Vale informou, em comunicado, que a assinatura de memorando de entendimento com Porto do Açú Operações, parceria entre a Prumo Logística, controlada pelo EIG, e o Porto de Antuérpia-Bruges Internacional, tem a intenção de desenvolver um “hub” voltado para descarbonização de cadeia siderúrgica no porto, localizado na região norte do Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com detalhamento da Vale, o memorando abrange desenvolvimento de um “hub” para fabricação de ferro-esponja (HBI, “hot briquetted iron”). Esse complexo industrial deverá receber, em um primeiro momento, pelotas da Vale — e poderá incluir uma planta de briquete de minério de ferro, para alimentar a unidade de HBI, matéria-prima essencial para o processo de descarbonização da cadeia siderúrgica brasileira e internacional, explicou a Vale.

O projeto, segundo a Vale, abrange estudo técnico coordenado pelo Porto do Açú e acadêmicos do setor. No estudo, se propõe uso de ferro-esponja como carga parcial nos alto-fornos. Isso, segundo a Vale, reduz a emissão de gases de efeito estufa e aumenta a produtividade do processo siderúrgico, sem necessidade de substituição dos ativos produtivos existentes, como os próprios alto-fornos e as aciarias.

Albano Vieira, consultor para temas de siderurgia e mineração da Prumo, holding que desenvolve o Porto do Açú, explicou ainda no informe que o uso de HBI nos alto-fornos pode diminuir as emissões de gases de efeito estufa em cerca de 25%, com reduções potenciais ainda maiores ao longo da cadeia, “o que colocaria a indústria em linha com os objetivos de redução de emissões até 2030”, afirmou ele, no comunicado.

A Vale lembrou que, hoje, o ferro-esponja é mais comumente empregado nos fornos elétricos a arco. Mas a maior parte das siderúrgicas brasileiras utiliza alto-fornos, notou a empresa. Assim, no entendimento da Vale, o uso do HBI nesse tipo de forno permitirá ao parque siderúrgico brasileiro uma transição mais suave no processo de descarbonização, comentou a companhia, no comunicado.

No acordo, a Vale estudará alternativas de fornecimento de aglomerado de minério de ferro, como pelotas ou briquetes. Com esse compromisso firmado, as empresas buscarão atrair investidores e clientes que construam e operem a planta de HBI, detalhou a Vale.

“Acreditamos que o Brasil tem um grande potencial para ser um polo da siderurgia de baixo carbono. Temos minério de ferro de alta qualidade, reservas de gás natural abundantes e potencial para desenvolver o hidrogênio verde”, afirmou, em comunicado, o vice-presidente executivo de Soluções de Minério de Ferro, Marcello Spinelli.

Também no comunicado, José Firmo, CEO do Porto do Açú, afirmou que a parceria evidencia potencial de industrialização do Porto do Açú, bem como confirma vocação como porto da transição energética no Brasil.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 27/09/2023



AGÊNCIA BRASIL - DF

FALHA EM PARQUES EÓLICOS E SOLARES NO CE CAUSOU APAGÃO DE AGOSTO

ONS divulgou relatório nesta terça-feira (26)



Torres de geração de energia eólica na causa do apagão/Foto: Miguel Ângelo/CNI

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) apontou que a principal causa para o apagão ocorrido no Brasil no dia 15 de agosto foi uma falha no desempenho de equipamentos de parques eólicos e solares, localizados próximos à linha de transmissão Quixadá – Fortaleza II, no Ceará. Na ocasião, cerca de 29 milhões de brasileiros em quase todo o país ficaram sem energia.

De acordo com relatório, divulgado nesta terça-feira (26) pelo órgão, os equipamentos responsáveis pelo controle de tensão funcionaram abaixo do ideal.

“A análise da perturbação permitiu constatar que o desempenho dos controles em campo, de usinas eólicas e solares, em especial no que tange à capacidade de suporte dinâmico de potência reativa, foi muito aquém dos modelos matemáticos fornecidos pelos agentes e representados na base de dados oficial de transitórios eletromecânicos”, diz o relatório do ONS divulgado nesta terça-feira (26).

O operador informa que a diferença entre o desempenho dos equipamentos e as simulações “não permitiu ao ONS identificar os riscos relacionados ao cenário operativo pré-distúrbio”, que provocou a queda de energia.

Com a divulgação do documento, chamado de Relatório de Análise de Perturbação (RAP), agentes do sistema elétrico poderão manifestar-se. O relatório será finalizado até o dia 17 de outubro.

Relembre o caso

O blecaute afetou 25 estados e o Distrito Federal. A interrupção começou às 8h30 do dia 15 de agosto, com queda no fornecimento de 19 mil megawatts, cerca de 27% da carga total (73 mil MW) naquele horário.

Nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste o serviço foi restabelecido quase que integralmente em menos de uma hora. Já na Região Nordeste, a recuperação demorou mais. Foram necessárias três horas para restabelecer apenas 70% da carga afetada. O impacto foi ainda maior na Região Norte, com recuperação da carga em cerca de sete horas.

Fonte: Agência Brasil - DF
Data: 26/09/2023

GOVERNO PREVÊ R\$ 42 BI EM INVESTIMENTO NO COMPLEXO INDUSTRIAL DE SAÚDE



Ação é parte da estratégia de reindustrialização do país, diz Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, nesta terça-feira (26), decreto que institui a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde. Até 2026, a previsão é de R\$ 42 bilhões em investimentos públicos e privados neste setor industrial que, segundo o governo, faz parte da estratégia para reindustrialização do país.

Com seis programas estruturantes, o objetivo da estratégia é expandir a produção nacional de itens prioritários para o Sistema Único de Saúde (SUS) e reduzir a dependência do Brasil de insumos, medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde estrangeiros. Em dez anos, o déficit comercial do setor de saúde cresceu 80%. Em 2013, era de US\$ 11 bilhões e hoje chega a US\$ 20 bilhões.

Em seu discurso, o presidente Lula destacou que a maior autonomia do país é fundamental para reduzir a vulnerabilidade do setor e assegurar o acesso universal à saúde para todos. “O que nós estamos fazendo hoje com esse ato é mais do que um programa de criação de uma indústria na área da saúde: estamos criando um país soberano, um país que tem cabeça, tronco e membros, um país que tem autoridade para pensar, para inovar”, disse em cerimônia no Palácio do Planalto.

Ainda segundo o presidente para ter investimento em inovação e produção, é fundamental que o setor tenha previsibilidade. “Parece pouco, mas, quando você pede uma moça em casamento, ela quer saber o que vai acontecer com a vida dela, não é?”, disse. “Na política é exatamente a mesma coisa. Não adianta a gente ficar com lero-lero se as pessoas não acreditarem na gente”, argumentou Lula, garantindo que a economia do país continuará “serena”.

Para o presidente, o grande mercado interno do país também mostra a capacidade de crescimento e ampliação do setor da saúde na economia brasileira. Além disso, ele citou as parcerias que o Brasil está fazendo nesse setor no exterior.

“Nós temos o SUS, que é uma fonte de garantia da nossa produção no sistema de saúde. Portanto, quem tem mercado não tem que ter problema, a gente vai consumir grande parte daquilo que produz aqui mesmo. E Deus queira que a gente produza mais porque vai construir uma aliança forte na América do Sul, na América Latina, com o continente africano, e a gente pode repartir, vendendo isso a preços acessíveis para os países que ajudaram a gente a produzir”, destacou.

Em nota, o Ministério da Saúde, citou dados que evidenciam a dependência do Brasil do mercado externo. “Por exemplo, mais de 90% da matéria-prima usada no Brasil para produção de insumos como vacinas e medicamentos, é importada. Já, na área de equipamentos médicos, a produção nacional atende 50%. Em medicamentos prontos, o percentual é de cerca de 60% e, em vacinas, um pouco acima”, diz o texto.

Mais cedo, em participação no programa Conversa com o Presidente, a ministra Nísia Trindade disse que o governo trabalha com a meta de passar a produzir 70% de todos os insumos em saúde utilizados no país em prazo de até dez anos.

Brasília, 26/09/2023 A ministra da Saúde, Nísia Trindade, apresenta as estratégias para fortalecimento do Complexo Econômico e Industrial da Saúde. Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Ministra Nísia Trindade, que hoje falou sobre a meta de produzir, em até dez anos, 70% dos insumos em saúde usados no país, apresenta estratégias para fortalecer o Complexo Econômico e Industrial da Saúde - Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

Áreas estratégicas

Ao todo, 11 ministérios estão envolvidos na ação, que é coordenada pelas pastas da Saúde e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, além de nove órgãos e instituições públicas.

Uma das prioridades da estratégia é o reforço na produção de insumos que auxiliem na prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças determinadas socialmente, como tuberculose, doença de Chagas, hepatites virais, HIV. A iniciativa conta também com investimento no enfrentamento de agravos relevantes para a saúde pública, como doenças crônicas (câncer, cardiovasculares, diabetes e imunológicas), dengue, emergências sanitárias e traumas ortopédicos.

Há recursos previstos para unidades de produção e pesquisa dos laboratórios públicos, como a Empresa Brasileira e Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Também estão previstos programas para desenvolvimento nacional de vacinas, soros, além de modernização e inovação na assistência prestada por entidades filantrópicas.

Dos investimentos totais previstos até 2026, serão R\$ 9 bilhões por meio do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deve participar com R\$ 6 bilhões e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), com R\$ 4 bilhões.

Atração de investimentos

A iniciativa privada deve aportar cerca de R\$ 23 bilhões, em especial por meio do programa de transferência de tecnologia com entidades de pesquisa.

Para atrair investimentos privados, o governo também quer acelerar o registro de patente, com o fortalecimento do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi). Segundo o vice-presidente e ministro do MDIC, Geraldo Alckmin, os processos estavam levando mais de sete anos. “A ideia é

chegar no padrão internacional de dois anos para registro de patente”, disse, em entrevista coletiva, após o evento no Palácio do Planalto.

No mesmo sentido, o governo trabalha para a isonomia tributária, para a redução de tributos sobre a produção nacional. “Tem casos em que o importado paga menos imposto que o nacional”, explicou.

Alckmin lembrou ainda que, recentemente, o governo anunciou a abertura de linhas de financiamento para inovação com juros – em valores atuais de 4% ao ano – 2% mais o índice da Taxa Referencial (TR). “Fazer pesquisa não é barato. Ninguém vai investir pagando 25% de juros por ano. Então, garantir TR para pesquisa, investimento e inovação e até recursos não reembolsáveis é fundamental”, disse.

Ao todo serão disponibilizados para investimentos em pesquisa e desenvolvimento R\$ 66 bilhões, que incluem recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e do BNDES. Desse montante, R\$ 16 bilhões serão distribuídos por editais e não precisarão ser devolvidos. Para os valores concedidos como financiamento, o prazo de pagamento é de 16 anos, com possibilidade de até quatro anos de carência.

Programas estruturantes

São seis os programas estruturantes da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde:

- Programa de Parceria para o Desenvolvimento Produtivo, que envolve a articulação do governo com o setor privado para a transferência de tecnologia.
- Programa de Desenvolvimento e Inovação Local, que prevê a retomada dos investimentos em iniciativas locais com foco tecnológico e inovador, como na inteligência artificial para a detecção precoce de doenças, por exemplo.
- Programa para Preparação em Vacinas, Soros e Hemoderivados, que visa estimular a produção nacional de tecnologias para a autossuficiência nesses produtos essenciais. A ideia do governo é que as iniciativas sejam monitoradas e envolvam inovação local, além de transferência de tecnologia.
- Programa para Populações e Doenças Negligenciadas, que é uma retomada da estratégia de produção pública de tecnologias no país, com foco na prevenção, diagnóstico e tratamento da população afetada por doenças como a tuberculose, a dengue, esquistossomose, hanseníase. De acordo com o governo, este é um dos pontos de maior destaque da nova estratégia do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, que visa a equidade.
- Programa de Modernização e Inovação na Assistência, que abrange em especial as entidades filantrópicas. A proposta é que a expansão do Complexo Econômico-Industrial da Saúde seja articulada à modernização e inovação na assistência por estas instituições prestadoras de serviços aos SUS. De acordo com o governo, os hospitais filantrópicos são responsáveis por 60% de todo o atendimento de alta complexidade na rede pública de saúde.
- Programa para Ampliação e Modernização da Infraestrutura do Complexo Econômico-Industrial da Saúde que articula investimentos públicos e privados para a expansão produtiva e da infraestrutura do próprio complexo. O objetivo é viabilizar a capacidade de produção tecnológica e de inovação, necessária para a execução dos demais cinco programas listados.

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 26/09/2023

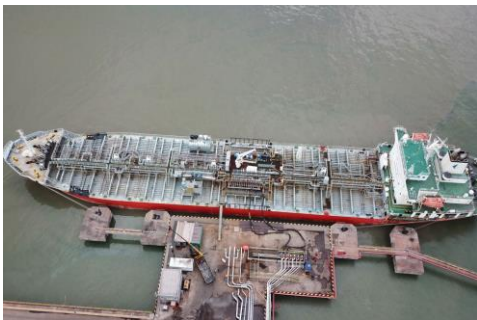
portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

ACELEN E BUNKER ONE FIRMAM PARCERIA PARA OPERAÇÃO DE BUNKER EM ITAQUI

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 27/09/2023 - 20:35

Arquivo/Divulgação



Refinaria e comercializadora avaliam que estratégia representará direcionamento de até 10% das exportações de combustível marítimo para atendimento do mercado doméstico

A Bunker One e a Acelen firmaram parceria para oferecer uma operação de abastecimento em ancoragem externa no Brasil. A partir deste mês, embarcações como grandes cargueiros e petroleiros podem ser abastecidas na região de fundeio do Porto do Itaqui, na Baía de São Marcos (MA). O abastecimento é realizado por um navio-tanque, sem

necessidade de ancoragem interna, o que pode reduzir o tempo de permanência no porto e os custos com taxas portuárias, já que os navios são abastecidos enquanto aguardam a entrada na área interna para operar. A avaliação das empresas é que será possível atender até dois navios por dia, levando em consideração o tempo de cada operação e as particularidades de cada abastecimento.

As empresas avaliam que Itaqui é um centro estratégico para o comércio internacional, principalmente para exportações de matérias-primas, como ferro e soja, e para distribuição de produtos petrolíferos no mercado interno. A nova opção de abastecimento atende a todos os tipos de embarcação e a diversas rotas, entre elas as que têm como origem e destino Europa e Estados Unidos.

A comercializadora de bunker estima que essa parceria vai proporcionar um crescimento da operação no Brasil em cerca de 30%. “Não se trata apenas de mais uma linha de atuação ou área geográfica coberta, mas o início de uma promissora aliança, que tem o potencial de oferecer novas soluções para a indústria de shipping na América Latina”, afirmou o CEO da Bunker One Brasil, Flavio Ribeiro.

As parceiras também acreditam que o fornecimento de combustíveis marítimos na região vai aumentar o potencial do complexo portuário de Itaqui, que cresceu em média 9% ao ano nos últimos cinco anos. De acordo com o vice-presidente comercial, trading e shipping da Acelen, Cristiano da Costa, a parceria comercial suporta o crescimento da região, aumentando a oferta e competitividade do Brasil como opção de hub de abastecimento de combustíveis marítimos. “É uma excelente parceria, capaz de trazer competitividade ao abastecimento de bunker na região de São Luís do Maranhão”, acrescentou Costa.

Elas defendem que a possibilidade de abastecer na área de fundeio é uma alternativa logística atraente e eficiente, na medida em que permite que o fornecimento de combustível não interfira nas operações de carga e descarga nos terminais, otimizando o tempo de espera com redução de custos e das taxas portuárias. A Bunker One informou que o navio-tanque é extremamente estável para navegação e atracação, além de cumprir requisitos para impedir o derramamento de óleo, com um contrato para resposta em caso de emergência.

A operação será realizada pela Nova Offshore, subsidiária da Bunker One. A empresa de navegação afretou um navio-tanque altamente equipado e que conta com uma tripulação especializada para

executar esse tipo de abastecimento. O diretor de combustíveis da Bunker One Brasil, Fillippe Fernandez, explica que a opção será ofertada para embarcações de longo curso e cabotagem que queiram optar por uma modalidade na qual o navio se direciona àquela localidade apenas para abastecer.

As duas empresas investiram em um meteoceanográfico das áreas de fundeio e outro de aproximação e amarração das embarcações nas operações de abastecimento. Para garantir excelência nas condições de operação, o estudo utilizou dados nacionais e internacionais para análise de vento e rajada, de ventos e ondas, assim como de correntes.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/09/2023

GOVERNO FEDERAL LIBERA R\$ 41 MILHÕES PARA DRAGAGEM NO RIO SOLIMÕES

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 27/09/2023 - 20:28



O Governo Federal liberou nesta terça-feira (26) R\$ 41 milhões para obras emergenciais de dragagem no canal de navegação do Rio Solimões, entre as cidades de Tabatinga e Benjamin Constant (AM). Os trabalhos devem ter início no próximo dia 6 de outubro e durar 45 dias. Os rios do Amazonas e Rondônia sofrem com severa estiagem este ano.

O contrato para a execução das obras foi assinado por uma força-tarefa formada pelos ministros de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, dos Transportes, Renan Filho, da Integração e do Desenvolvimento Regional,

Waldez Góes, pelo governador do Amazonas, Wilson Lima, e pelo diretor-geral do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), Fabrício Galvão.

“É um momento de construir convergências e nós estamos alinhados para tomar todas as medidas necessárias a fim de minimizar o sofrimento da população da Região Amazônica”, destacou o ministro Costa Filho.

De acordo com o governador do Amazonas, 15 municípios do estado já decretaram situação de emergência por causa da seca extrema. Cerca de 100 mil pessoas foram afetadas até o momento.

“A previsão é que essa estiagem dure, pelo menos, até o fim de outubro. O Rio Madeira, por exemplo, atingiu o menor nível desde 2005. A navegação em alguns trechos já está impraticável, o que pode afetar o abastecimento da população”, afirmou Wilson Lima.

Nas regiões do Tabocal e da foz do Rio Madeira, o DNIT realiza estudos emergenciais para definir o valor que será necessário para a realização da dragagem. O Governo Federal disponibilizou R\$100 milhões para essa ação.

A estimativa é que o contrato para essa obra seja assinado dentro de alguns dias. A capacidade de transporte nessas áreas pode ser reduzida em até 40%.

“É preciso avançar em ações permanentes de ações de dragagem nesses pontos, para que a navegabilidade e o sustento das pessoas não seja comprometido”, disse o ministro de Portos e Aeroportos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/09/2023

CONTEÚDO LOCAL: ANP DEBATE EM AUDIÊNCIA PÚBLICA RESOLUÇÃO SOBRE ACREDITAÇÃO DE CERTIFICADORAS

Da Redação OFFSHORE 27/09/2023 - 20:38

A ANP realizou nesta quarta-feira (27) audiência pública sobre a proposta de resolução relativa aos requisitos e procedimentos para a acreditação, pela agência, de organismos de certificação de conteúdo local de bens e serviços. O novo regulamento revogará a resolução atualmente em vigor sobre o assunto, que é a Resolução ANP nº 869/2022.

A decisão de publicar nova resolução é uma das alternativas previstas no Relatório de Análise de Impacto Regulatório (AIR) 02/2022, realizado pela ANP e que passou por consulta pública. O estudo foi feito depois que a agência identificou oportunidades para aperfeiçoar a Resolução nº 869/2022, em relação à abrangência e à simplificação de requisitos e procedimentos gerais relacionados com:

- Acreditação concomitante no Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) para os organismos de certificação;
- Registro de certificados de conteúdo local e de cancelamento da acreditação;
- Aplicação de sanções por descumprimento dos requisitos;
- Revisão e consolidação de formulários e orientações complementares ao estabelecido da resolução; e
- Auditorias e atividades de supervisão da ANP.

A minuta para a nova resolução passou por consulta pública de 45 dias, durante a qual foram recebidas 39 contribuições. As sugestões recebidas na consulta e na audiência serão avaliadas pela área técnica, para alteração ou não da minuta original. O texto consolidado passará por análise jurídica da Procuradoria Federal junto à ANP e por aprovação da diretoria colegiada da Agência, antes de sua publicação.

O que são conteúdo local e acreditação

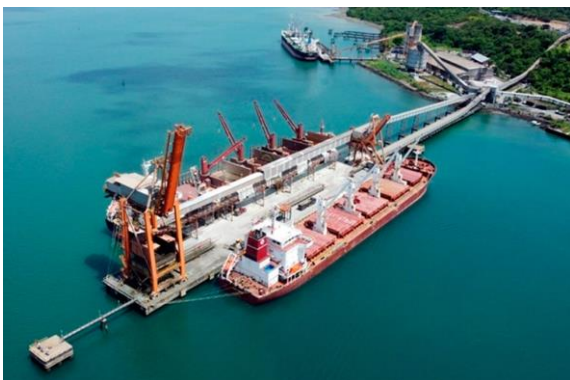
Os compromissos de conteúdo local são os assumidos pelas empresas de exploração e produção de petróleo e gás natural de contratação de um percentual mínimo de bens e serviços nacionais. A acreditação consiste no reconhecimento formal, pela ANP, da competência de organismos de certificação para atenderem requisitos previamente definidos e realizar com confiança atividades de certificação de conteúdo local.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/09/2023

PORTOS BAIANOS MOVIMENTAM 1,08 MILHÃO DE TONELADAS EM AGOSTO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 27/09/2023 - 20:21



Os portos administrados pela Codeba movimentaram, em agosto, 1.080.231 toneladas. O número representa um aumento de 0,32%, em relação ao mesmo período de 2022, quando foram movimentadas 1.076.802 toneladas nos portos de Salvador, Aratu e Ilhéus.

Segundo a companhia, o resultado representa uma tendência de leve crescimento observada no segundo semestre, com movimentações acima do realizado no ano anterior.

Em julho, a Codeba somou total de 1.209.653 toneladas nos três portos, desempenho 7,87% maior que o mesmo período de 2022, quando foram movimentadas 1.121.392 toneladas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/09/2023

PORTOS RS MANTÉM PORTO DE PORTO ALEGRE SEM OPERAÇÕES DEVIDO A ENCHENTE NO GUAÍBA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 27/09/2023 - 20:02



A Portos RS, autoridade portuária dos portos do Rio Grande do Sul, mantém suspensas as operações portuárias no Porto de Porto Alegre, em consequência do aumento do nível do Lago Guaíba. Em razão da decisão da prefeitura municipal pelo fechamento das comportas, a empresa pública orientou seus colaboradores para que as atividades administrativas fossem desenvolvidas em regime de trabalho remoto.

Com as operações portuárias suspensas, permanecem no local apenas trabalhadores do setor de guarda, vigilância e do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), atividades consideradas essenciais para a manutenção da ordem e preservação do patrimônio.

O nível do Guaíba atingiu 3,17 metros por volta do meio-dia desta quarta-feira (27) em Porto Alegre, nível mais alto desde 1941. Naquele ano, Porto Alegre passou por uma enchente histórica, que elevou a água a 4,75 metros.

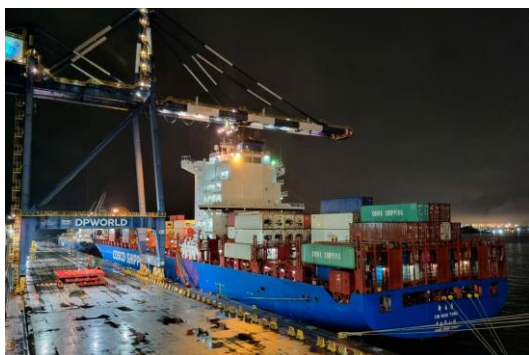
A cota de inundação do Guaíba na região do cais é de 3 metros.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/09/2023

DP WORLD BRASIL RECEBE NOVO SERVIÇO SEMANAL QUE CONECTA A EUROPA E O MEDITERRÂNEO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 27/09/2023 - 19:52



Primeira escala em Santos aconteceu nos dias 25 e 26 de setembro, com o navio "Xin Nan Tong", da Cosco Shipping Lines

A DP World Brasil, operadora de terminal privado multipropósito localizado na margem esquerda do Porto de Santos, anuncia a chegada de uma nova linha de serviços comerciais dos armadores Cosco Shipping Lines/OOCL e Ocean Network Express (ONE). O serviço, nomeado East Coast South America-Europe 2 (ESE2) e Latin-East-Coast Europe Express (LUX), é mais uma opção de conexão entre a Europa e o Mediterrâneo à Costa Leste da América do Sul. Segue a rota Roterdã, London Gateway, Hamburgo, Antuérpia, Lisboa, Algeciras, Santos, Paranaguá, Montevidéu, Buenos Aires, Itapoá, Paranaguá, Santos, Rio de Janeiro, Algeciras e Roterdã.

A viagem inaugural partiu de Montevidéu, no dia 20 de setembro, e atracou na DP World, em Santos, no dia 25 de setembro, com o navio "Xin Nan Tong", da Cosco Shipping Lines, de bandeira chinesa. A embarcação tem capacidade para 4.200 TEUs e 263 metros de comprimento.

As escalas do novo serviço passarão pelos principais portos do norte da Europa, com paradas estratégicas em Lisboa e Algeciras, provendo a opção de conexão das cargas aos principais destinos no Mediterrâneo e Oriente Médio. Na América do Sul, além do Brasil, o LUX/ESE2 terá uma escala semanal no Terminal Río de La Plata, em Buenos Aires, que também é operado pela DP World.

Este é o segundo serviço que a DP World anuncia em 2023. Em maio, o terminal estreou uma nova linha de cabotagem regular, chamada Serviço Expresso Amazonas, que é operada pelos armadores Log-In e Aliança, com descidas sem paradas entre Manaus e Santos, rumo ao Sul do Brasil. A partir da DP World, o serviço escala os portos de Navegantes, Salvador, Suape, Pecém e Manaus. No sentido Sul, o trajeto expresso é realizado em nove dias, possibilitando que as cargas cheguem mais

rápido ao destino. Este serviço também favorece o aumento da capacidade do transporte de cargas na cabotagem entre o Sul, Sudeste, Norte e Nordeste do país.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/09/2023

MANIFESTO ESG DO PORTO DE SANTOS TEM TRÊS NOVAS ADESÕES

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 27/09/2023 - 19:44



Três novos terminais aderiram nesta quarta-feira (27) ao Manifesto ESG do Porto de Santos. São eles o Terminal de Exportação de Açúcar do Guarujá (TEAG), o Terminal Exportador do Guarujá (TEG) e o Terminal Exportador de Santos (TES).

Ao todo, são 23 os signatários, entre prefeituras, empresas portuárias e outras entidades. Esta foi a 1ª reunião do grupo após a adesão ao manifesto.

A diretora de Administração e Finanças representou a direção da Autoridade Portuária de Santos (APS) no evento. Na abertura, ressaltou a responsabilidade comum das entidades: “A autoridade portuária sempre vai incentivar as ações ESG no Porto de Santos. Este encontro é o início dos trabalhos para definir quais são as principais demandas da comunidade que vive no entorno do maior porto da América Latina”, afirmou Bernadete. “As empresas buscam o lucro, mas devem também buscar o bem-estar das pessoas e a preservação do meio ambiente”, completou a diretora.

Como é a primeira reunião após a II Jornada ESG do Porto de Santos, quando o manifesto foi lançado e teve a adesão das entidades, a APS apresentou aos participantes um balanço do evento que aconteceu em agosto, e quais são as metas daqui em diante, dentre elas a transição energética para fontes mais sustentáveis e adaptação às mudanças climáticas.

São signatários do Manifesto ESG do Porto de Santos as seguintes entidades:

Aba Infraestrutura e Logística, Adonai Terminal de Líquidos, Concais S.A, Ageo, Brasil Terminal Portuário (BTP), Grupo Cesari, Citrosuco, Cli, Copersucar, Ecoporto, Hidrovias do Brasil, Odfjell Terminals/Granel Química, Santos Brasil, Terminal XXXIX, T-Grão, Transbrasa, Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), Associação Comercial de Santos, Prefeitura Municipal de São Vicente, Prefeitura Municipal de Cubatão, Prefeitura Municipal de Guarujá e Prefeitura Municipal de Santos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/09/2023

LICITAÇÃO DO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE PARANAGUÁ TERÁ CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICAS PRÉVIAS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 26/09/2023 - 20:38



A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) realizará consulta e audiência públicas entre 9 de outubro a 22 de novembro a fim de obter contribuições, subsídios e sugestões para a concessão do canal de acesso ao Porto de Paranaguá.

O projeto é inédito. No relato do voto, Lima Filho, diretor relator da matéria, ressaltou a importância da audiência pública para as contribuições e melhorias ao modelo. “Entendo que as principais questões controversas foram adequadamente enfrentadas na instrução processual. Há,

como indicado pela Assessoria Especial de Concessões de fato, temas que demandam uma maior



reflexão e amadurecimento. No entanto, corroboro as considerações no sentido de que esses temas poderão ser debatidos concomitantemente ao procedimento de audiência pública”, disse.

O diretor geral da Agência, Eduardo Nery, ressaltou a curva de aprendizagem que o setor portuário obtém a partir do projeto, que inicia em Paranaguá e poderá ser utilizado como modelo para outros portos. Os estudos foram elaborados pela Infra S.A.

O escopo da concessão abrangerá a ampliação, manutenção e exploração do canal de acesso aquaviário, pelo prazo de 25 anos. Das principais melhorias previstas no projeto destacam-se: aprofundamento, ampliação e alargamento do canal, o alargamento da bacia de evolução e o aprofundamento da área de fundeio nº 6. Com isso, a previsão é passar para 13,3 metros ainda na fase de implantação e chegar a 15,5 metros após a concessão.

Na modelagem proposta, o futuro concessionário executará todos os investimentos necessários para atingir a meta estabelecida, incluído serviços de dragagem, derrocagem, sinalização náutica, batimetria, programas e monitoramentos ambientais, dentre outros.

De acordo com o projeto, esse incremento de calado é essencial para garantir melhores condições operacionais, permitindo o atendimento de embarcações maiores, atualmente restritas à profundidade e condições do canal, além da segurança à navegação.

O presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia, destacou a importância de o estado estar à frente de uma concessão pioneira no País. “Esse processo é fundamental para a segurança da navegação e para o nível de serviço dos nossos portos. O atendimento de navios maiores permite que os usuários do porto firmem novos acordos comerciais, que até então não podemos atender devido às restrições operacionais. Além disso, no aspecto operacional, o porto ganha maior eficiência e agilidade”, destacou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/09/2023

PORTO DO ITAQUI REALIZA MAIS UMA VEZ GRANDE OPERAÇÃO DE TRANSBORDO A CONTRABORDO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 26/09/2023 - 20:28

O Porto do Itaquí realizou, entre os dias 22 e 26, uma grande operação de transbordo a contrabordo, manobra que permite a transferência de carga entre navios sem a necessidade de atracação em dois berços, conhecida também como ship to ship.

Na operação, o navio "Portinari", que havia atracado no berço 106 no dia 22 de setembro, transferiu um total de 65 mil metros cúbicos de diesel para os navios "Romulo Almeida" e "Joropo", que atracaram a contrabordo do "Portinari" nos dias 23 e 24 de setembro, respectivamente.

A operação foi realizada com sucesso e representou um marco importante para o Porto do Itaquí, que se consolida como hub de combustíveis. A operação foi realizada pela Transpetro, subsidiária integral da Petrobras.

O presidente do Porto do Itaquí, Gilberto Lins, destacou a importância da operação para a eficiência do porto. "Essa nova modalidade operacional permite que o Porto do Itaquí realize operações de transbordo de forma mais rápida e eficiente, além de trazer impactos positivos na redução da fila de espera e utilização de outros berços para operação de outras cargas voltadas para o atendimento do mercado interno", disse Lins.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/09/2023

PORTO DE SANTOS ULTRAPASSA 111 MILHÕES DE TONELADAS DE CARGA NO ANO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 26/09/2023 - 20:05



No mês de agosto, foram movimentadas 15,16 milhões de toneladas, resultado que também é recorde para o mês

O movimento geral de cargas no Porto de Santos, de janeiro a agosto de 2023, foi de 111,4 milhões de toneladas, aumento de 1,2% sobre o volume operado no mesmo período de 2022, confirmando a expectativa de crescimento recorde. No mês, o resultado foi de 15,16 milhões de toneladas, número 3,6% maior que o de agosto de 2022, representando recorde para o mês e a quarta melhor marca mensal da história. A melhor marca

também foi neste ano, em junho (15,6 milhões).

No acumulado do ano, os embarques somaram 83,42 milhões de toneladas, aumento de 3,8% sobre o acumulado de janeiro a agosto do ano passado. Já os embarques somaram 28,01 milhões, queda de 5,9% sobre o resultado de 2022.

Em agosto, os embarques registraram aumento de 9,9%. Foram 11,69 milhões de toneladas (10,63 em agosto de 2022). O acréscimo reflete a movimentação de grãos vegetais sólidos, que teve aumento de 9,2% sobre o resultado do ano passado, e agosto de 2022. Destaque para o milho, que foi a principal carga em volume, com 3,26 milhões de toneladas, subindo 42,1%. No total das cargas de grãos, foram 8,1 milhões de toneladas, o melhor resultado da história.

A movimentação de contêineres no Porto de Santos no mês de agosto apresentou resultado positivo em tonelagem: 1,2% em relação ao mesmo mês do ano passado — foram 4,8 milhões de toneladas.

Em TEUs, houve decréscimo de 1,7% (448.817 em 2023 contra 456.478 em 2022). No ano, houve queda de 5,8%: são 3,10 milhões de TEUs em 2023 ante 3,29 milhões nos oito primeiros meses de 2022.

O número de atracações no ano subiu 3,6%, sendo 3.584 em 2023 contra 3.461 em 2022. A participação acumulada de Santos na corrente comercial brasileira foi de 28,3% em agosto.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/09/2023

TCP MELHORA PRODUTIVIDADE EM JULHO E AGOSTO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 26/09/2023 - 19:53



Em julho e agosto de 2023, a empresa que administra o Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP) alcançou três marcos de produtividade. O primeiro aconteceu em 28 de julho, quando a TCP registrou cinco encostes (processo de descarga e carregamento de trens) na ferrovia em um mesmo dia. A média do terminal é de cinco encostes diários.

No mês seguinte, outros dois recordes foram alcançados, sendo um deles novamente no setor ferroviário: em agosto, 9.364 contêineres passaram pela ferrovia. O recorde anterior de movimentação

havia acontecido em agosto de 2022 e foi de 8.902 contêineres (crescimento de 5%).

O terceiro marco registrado pelo terminal foi de gate. No mês passado, 44.427 contêineres passaram pelos portões da TCP, 1.075 a mais que no último recorde em maio deste ano. O gerente de planejamento de operações, Felipe de França, explica que "os aumentos sucessivos de produtividade registrados neste último ano vêm na esteira dos investimentos que o terminal realiza. Um deles foi a instalação de uma nova balança ferroviária dinâmica, que possibilita a pesagem de vagões ou composições ferroviárias em movimento".

Outro investimento que a TCP concluiu foi a eletrificação dos RTGs (guindastes de pórtico com pneus de borracha) usados para descarregar os trens. A conversão visa reforçar a confiabilidade e a disponibilidade do equipamento, diminuindo sua manutenção em 90%, além de promover uma redução de 95% nas emissões de CO2.

Até o fim de 2023, a TCP deve aplicar R\$ 370 milhões em obras de infraestrutura, como na ampliação em 43% do pátio reefer, passando de 3.572 tomadas para 5.126 disponíveis. Também foi construída uma subestação de energia própria, para sustentar a expansão energética do terminal

No dia 28 de julho, foram movimentados 808 TEUs pela ferrovia, sendo que 49,25% do volume que chegou à TCP foi de proteína animal congelada com destino ao Marrocos, Espanha e Inglaterra.

Executado em parceria com a Brado Logística, os ramais ferroviários conectam o terminal até as cidades paranaenses de Cascavel e Cambé, facilitando o escoamento da produção do estado, bem como de exportadores de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraguai.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 26/09/2023

PORTO DO RIO RECEBEU TRÊS PLATAFORMAS NO FIM DE SEMANA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 26/09/2023 - 19:44



No último fim de semana, três plataformas de petróleo provenientes da Bacia de Campos foram fundeadas no Porto do Rio de Janeiro. As três plataformas ficarão no locap por pelo menos um mês.

De acordo com o gerente de Acesso Aquaviário do Porto do Rio de Janeiro, Roque Pizarroso, a demanda das plataformas de petróleo por áreas de fundeio está em ascensão: "Quando os contratos com a Petrobras expiram, várias plataformas são liberadas do campo de exploração ao mesmo tempo e, durante sua permanência no porto, enquanto estão fora de operação, passam por reparos, atualização de maquinário e equipamentos e possivelmente por uma troca de tripulação". Após esse período de desativação, a plataforma pode então voltar a operar sob um novo contrato.

As plataformas fundeadas no Porto do Rio de Janeiro incluem o navio sonda "ODN I", localizado na área de fundeio 2F1A; a plataforma "Ocean Courage", fundeada na área 2F11 Norte; e a plataforma "Norbe VI", situada na área de fundeio 2F11 Sul. Todas essas áreas de fundeio são apropriadas para a estadia de plataformas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 26/09/2023

ULTRACARGO AVANÇA EM ESTRATÉGIA DE INTERIORIZAÇÃO COM NOVOS TERMINAIS NO CENTRO-OESTE E NORTE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 26/09/2023 - 16:00



Com anúncio de futuras operações, empresa dá início a nova etapa como provedora de soluções logísticas integradas com foco no agronegócio e na transição energética

A Ultracargo, empresa independente de armazenagem de grãos líquidos, está evoluindo na estratégia de oferecer soluções integradas de logística ao adicionar novas localidades no interior do Brasil ao seu portfólio, que se somam aos seis terminais portuários que a empresa opera atualmente. Além da recente aquisição de 50% da Opla, localizada em Paulínia (SP) anunciada no primeiro semestre, a Ultracargo está adquirindo uma unidade em Rondonópolis (MT) e irá construir um novo terminal em Palmeirante (TO).

O terminal de Rondonópolis receberá investimentos para dobrar sua capacidade de armazenagem e ampliar o carregamento ferroviário e rodoviário, viabilizando a movimentação de etanol. Atualmente, o terminal está conectado à via férrea que se estende até o Porto de Santos, passando pelo município de Paulínia, onde está localizado terminal de grãos líquidos em que a Ultracargo tem 50% de participação.

A chegada a Rondonópolis permitirá à Ultracargo otimizar a logística de grãos líquidos, escoando a produção de etanol.

A presença da Ultracargo no Centro-Oeste também facilitará a movimentação de combustíveis, o que agilizará o atendimento da demanda dos players de agronegócio que é intensificada principalmente durante o período da safra.

“Nossa estratégia tem o objetivo de prover soluções logísticas cada vez mais integradas para os nossos clientes, com ecoeficiência e segurança. Ao investir em terminais com conexões multimodais, estamos otimizando a logística de combustíveis e biocombustíveis que hoje é um gargalo no Brasil. Levar combustível por ferrovia para o Centro-Oeste e contribuir para o escoamento do etanol produzido nesta região traz mais agilidade, sustentabilidade, segurança e eficiência para esta operação”, afirma Décio Amaral, presidente da Ultracargo.

A Ultracargo ainda pretende expandir a sua atuação na Região Norte. Além da ampliação planejada do Terminal de Itaqui (MA) até 2026, a empresa começará ainda neste semestre os preparos para construção do terminal em Palmeirante, conectado por modal ferroviário ao Porto do Itaqui. A nova rota possibilitará dar mais eficiência à logística de grãos líquidos em uma região que tem déficit de produção de derivados. O projeto abrange a movimentação de biodiesel, etanol, gasolina e diesel. A previsão é que o novo terminal esteja totalmente operacional em 2025.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 26/09/2023

VALE E PORTO DO AÇU ASSINAM ACORDO PARA DESENVOLVER MEGA HUB PARA DESCARBONIZAÇÃO DA CADEIA SIDERÚRGICA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 26/09/2023 - 16:13



Estudos incluem o desenvolvimento de planta de briquete, que alimentará planta de redução direta para a produção de HBI, como forma de reduzir as emissões da siderurgia integrada

A Vale e o Porto do Açu assinaram um Memorando de Entendimento (MoU) para estudar o desenvolvimento de um mega hub no porto, localizado na região norte do estado do Rio de Janeiro, para fabricação de HBI (“hot briquetted iron” ou ferro-esponja). O complexo industrial deverá receber em um primeiro momento pelotas da Vale e poderá incluir uma planta



de briquete de minério de ferro, para alimentar a planta de HBI, matéria-prima essencial para o processo de descarbonização da cadeia siderúrgica.

A iniciativa é pioneira ao contemplar um estudo técnico coordenado pelo Porto do Açu e acadêmicos do setor, que propõem a utilização de HBI como carga parcial nos alto-fornos, o que reduz a emissão de gases de efeito estufa e aumenta a produtividade do processo siderúrgico sem a necessidade de substituição dos ativos produtivos existentes, como os próprios alto-fornos e as aciarias.

Hoje, o HBI é mais comumente empregado nos fornos elétricos a arco, mas a maior parte das siderúrgicas brasileiras utiliza alto-fornos. O uso do HBI nesse tipo de forno permitirá ao parque siderúrgico brasileiro uma transição mais suave no processo de descarbonização.

Segundo o acordo, a Vale estudará alternativas de fornecimento de aglomerado de minério de ferro, como pelotas ou briquetes. Com esse compromisso firmado, as empresas buscarão atrair investidores e clientes que construam e operem a planta de HBI.

O projeto prevê a produção de HBI com uso de gás natural, que estará disponível no Porto do Açu, e a possibilidade de convertê-la no futuro para hidrogênio verde, produzindo HBI com emissão de carbono próxima a zero.

O acordo com o Porto do Açu é mais um passo da Vale para desenvolver no Brasil o modelo dos Mega Hubs, complexos industriais voltados à fabricação de produtos siderúrgicos de baixo carbono, que está sendo implantado pela empresa em três países do Oriente Médio (Arábia Saudita, Emirados Árabes e Omã).

“Acreditamos que o Brasil tem um grande potencial para ser um polo da siderurgia de baixo carbono. Temos minério de ferro de alta qualidade, reservas de gás natural abundantes e potencial para desenvolver o hidrogênio verde. Como uma empresa brasileira, a Vale busca se associar a empreendimentos que contribuam nessa direção. Queremos ser indutores da “neo-industrialização” do Brasil, que será baseada na indústria verde”, afirma o vice-presidente executivo de Soluções de Minério de Ferro, Marcello Spinelli.

“A assinatura desta parceria demonstra todo o potencial de industrialização do Porto do Açu, confirmando sua vocação como o porto da transição energética no Brasil. Nós acreditamos que o Porto do Açu, com sua infraestrutura portuária única no país, localização estratégica e potencial para os preços mais competitivos do gás natural brasileiro, reúne características únicas para, em conjunto com a Vale, contribuir com a descarbonização da indústria siderúrgica doméstica e internacional”, afirma José Firmo, CEO do Porto do Açu.

“O Brasil é um dos mais importantes produtores de minério de ferro e de aço do mundo e a Vale é protagonista nesse mercado. O uso de HBI nos alto-fornos pode diminuir as emissões de gases de efeito estufa em cerca de 25%, com reduções potenciais ainda maiores ao longo da cadeia, o que colocaria a indústria em linha com os objetivos de redução de emissões até 2030. Tendo o Porto do Açu como porta de entrada de projetos de industrialização carbono zero, todas as condições e análises apontam para que o país se transforme em um grande produtor de HBI, suprindo siderúrgicas em todo o mundo”, projeta Albano Vieira, consultor para temas de Siderurgia e Mineração da Prumo, holding que desenvolve o Porto do Açu.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/09/2023





INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 163/2023
Página 94 de 94
Data: 27/09/2023
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 27/09/2023